



ISSN 2358-4041

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO - IESF

9 EDIÇÃO
Revista
HUMANAS ET AL

v. 5, n. 9, p. 1-153, jul. 2018.



REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 5, n. 9, p. 1-153, jul. 2018.

ARTIGOS

- ALOPÉCIA AREATA E O ESTRESSE:** a contribuição da psicologia ao tratamento do paciente.. 1-14
Autores: Líllian Raquel Braga Simões; Dannilo Jorge Escorcio Halabe
- AS CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....** 15-31
Autoras: Rosângela de Fátima da Silva Pinto; Ana Luiza Ferreira Pinheiro Soares
- EDUCAÇÃO E CULTURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** um estudo a partir do Projeto “Luiz Gonzaga” no Colégio Inspire Educar, no município de São José de Ribamar-MA..... 32-53
Autora: Elisiane Viegas Vieira
- O MAGISTRADO NO BANCO DOS RÉUS: RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE LUDOVICENSE EM “A TARA E A TOGA” DE WALDEMIRO VIANA.....** 54-64
Autoras: Juliana da Rocha Silva; Milca Camara Almeida; Joelina Maria da Silva Santos
- O OLHAR DO PROFESSOR NA INTERPRETAÇÃO DE DESENHOS INFANTIS:** estudo com crianças de quatro a cinco anos de idade..... 65-88
Autora: Laise Raquel Meireles Galvão
- O PERFIL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL NA ATUALIDADE:** uma análise sobre as contribuições desse profissional para a formação continuada de professores..... 89-110
Autora: Fabiana Aragão Vieira
- OS DESAFIOS DO PROFESSOR DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL FRENTE ÀS DIFICULDADES DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS:** estudo realizado na Unidade Escolar Rural Vila Boa Esperança no município de Raposa, MA..... 111-129
Autora: Ingrid Abreu Lopes
- RELEITURA DA SOCIEDADE MARANHENSE DO SEC. XIX A PARTIR DA OBRA “O MULATO”, DE ALUÍZIO AZEVEDO.....** 130-141
Autoras: Angela Maria Oliveira dos Santos; Larissa dos Santos de Araújo; Marília Costa de Oliveira; Joelina Maria da Silva Santos
- UM OLHAR SOBRE CULTURA A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME “O ÚLTIMO SAMURAI”.....** 142-153
Autores: Antonio de Pádua Cortez Moreira Junior; Raphaella Abreu Carvalho Cortez Moreira

ALOPÉCIA AREATA E O ESTRESSE:

a contribuição da psicologia ao tratamento do paciente

Líllian Raquel Braga Simões*

Dannilo Jorge Escorcio Halabe*

RESUMO

Este trabalho objetivou compreender algumas pontuações sobre o surgimento da alopecia areata, sua relação com o estresse emocional e a contribuição da Psicologia para o tratamento. A pesquisa bibliográfica envolveu a leitura e interpretação de livros, artigos, periódicos e sites, de forma que, todo material recolhido foi analisado gerando uma linha de raciocínio, na qual se combina dados da literatura teórica e empírica, para assim, sintetizar e fundamentar o artigo. A busca de artigos foi realizada na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, com publicações entre os anos de 2012 a 2017, em português. Contudo, houve a necessidade de extensão das pesquisas para publicações datadas a partir do ano 2000, o que possibilitou uma busca maior de dados, cujas viabilizou o acesso a informações mais consistentes entre o saber da medicina e o saber da psicologia, contribuindo assim para o alcance de conhecimentos científicos referentes ao objetivo principal investigado. Pela experiência obtida com o estudo das literaturas, há uma grande dificuldade até mesmo no conhecimento sobre a doença, e consecutivamente, em terapias voltadas para o tratamento desta. Processo este, que envolve diversos fatores, que interferem desde o conhecimento sobre a doença até o papel da psicologia dentro do tratamento da saúde mental destes pacientes.

Palavras-chaves: Alopecia areata. Estresse. Tratamento.

1 INTRODUÇÃO

Aprendemos desde a infância sobre a importância que as pessoas dão aos cabelos. Pois desde a gestação, os pais já se questionam sobre a aparência do bebê que está por vir. E diversas vezes se perguntam, se o bebê será cabeludinho ou carequinha, enfim, já atribuem um valor aos cabelos em seu imaginário. Por isso, é perceptível a importância que a sociedade dá aos cabelos, e os entende como símbolo de autoestima e vitalidade.

O estudo sobre a alopecia areata e os aspectos psicológicos que a envolvem se tornou interessante, devido ao contato íntimo com as informações e especulações sobre a doença. Pois, além das dúvidas e conflitos internos que esta traz, existe também a

* Psicóloga do NIGAPp (Núcleo Integrado de Gestão e Acompanhamento Psicopedagógico) do IESF (Instituto de Ensino Superior Franciscano), psicóloga (CEUMA, 2015), especialista em saúde mental e atenção psicossocial (LABORO, 2017) e professora da pós-graduação em psicopedagogia da IESFMA. E-mail: pscilliansimoes@gmail.com

* Professor da Universidade CEUMA e Faculdade Santa Fé, psicólogo (UFMA, 2008), especialista em docência do ensino superior (UFMA, 2011), mestre em educação (UFMA, 2012) e doutorando em psicologia clínica (PUC-SP). E-mail: halabe@dr.com

possibilidade do desenvolvimento de outras patologias devido à fragilidade da saúde mental do paciente.

E junto com todas estas situações, também veio à necessidade de maiores esclarecimentos acerca da alopecia areata, sua relação com o estresse emocional e a intervenção da psicologia no tratamento, visto que é um assunto escasso tanto em abordagem quanto em pesquisa neste âmbito.

Sabemos que a sociedade considera a imagem física de extrema importância para aceitação do indivíduo, e em meio a tanta exposição, a pergunta central da pesquisa era saber qual a contribuição da psicologia ao tratamento desses pacientes acometidos pela alopecia areata.

Cordeiro (2007) relata que uma boa revisão de literaturas é baseada na formulação adequada de uma pergunta, pois esta define quais serão as estratégias adotadas para identificar os estudos que serão incluídos em cada pesquisa, e, a escolha do tipo de estudo depende da pergunta que se pretende responder.

A pesquisa foi bibliográfica, por isso, também buscou informações extraídas de publicações envolvendo leitura e interpretação de livros, artigos da scielo, google acadêmico e periódicos, onde todo material recolhido foi analisado para determinar um plano de leitura, e fundamentar a parte teórica do trabalho.

Para isso, a técnica de análise do conteúdo foi utilizada para identificar, selecionar e avaliar as pesquisas relevantes, coletar e analisar dados de estudos incluídos na revisão, pois o assunto é muito abordado pela dermatologia, mas, apenas pelo viés da medicina, sendo relevante o levantamento de dados sobre o envolvimento de componentes psíquicos neste processo de adoecimento.

A abordagem dessa temática da alopecia areata buscou compreender e desvendar especulações que circundam a história: possíveis causas, consequências e tratamento da doença. Tendo em vista, o pouco conhecimento de tratamentos psicológicos voltados especificamente para o tratamento desta doença, quando sua etiologia for proveniente de traumas psíquicos, cujos abalem a saúde mental do sujeito. Com o intuito de entender qual é a influência psíquica do adoecimento, uma vez que, o abalo da saúde mental do sujeito gera também a debilidade neste.

Este estudo, através de uma revisão de literatura, pretendeu buscar artigos completos na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, com publicações entre os anos de 2012 a 2017, em português. A pesquisa trouxe uma apuração sobre o domínio teórico e prático da psicologia para tratar essa patologia e suas repercussões. Para tal, no tópico 2 – O

Desenvolvimento dos Cabelos e a Alopecia Areata - traz de forma resumida, a formação do aparelho pilosebáceo, o conceito da alopecia areata e sua relação com o estresse. Na sequência, o subtópico 2.1 – Impactos da Alopecia Areata na Vida do Sujeito – mostra a situação real em análise, os possíveis danos causados pela doença e o abalo da saúde mental do paciente. No tópico 3 – Considerações Finais – pretende-se listar algumas conclusões referentes a esta pesquisa, sem no entanto, dar por exaurida a investigação.

2 O DESENVOLVIMENTO DOS CABELOS E A ALOPÉCIA AREATA

Muitos acreditam que o cabelo é o nosso cartão de visitas, e se referem a eles como a moldura do rosto, já que, os cabelos são da maior importância para os mais diferentes povos, em diferentes regiões e nas diferentes épocas, conforme afirma Oliveira (2007). E se nos homens a queda dos cabelos já incomoda isso é ainda mais perturbador para as mulheres, sendo previsível o desencadeamento do sofrimento psíquico, que tem como consequência, o isolamento do convívio social e até mesmo familiar. E, embora não tenha uma função vital, a perda dos cabelos pode ser sinal de alguma doença.

De acordo com Oliveira (2007), a formação do aparelho pilosebáceo ocorre na nona semana de gestação do bebê, e, segundo a embriologia, as estruturas epiteliais são desenvolvidas a partir da ectoderme com origem comum ao sistema nervoso. Ao nascer, o bebê perde a maior parte dos pêlos fetais, e em seguida, no seu primeiro ano de vida, os cabelos, chamados de lanugo ou fetal, voltam a cair, permanecendo apenas a outra parte, chamada velus, que permanece sem desenvolver-se. Os cabelos e/ou pêlos definitivos se desenvolvem de acordo com a constituição e etnia de cada indivíduo, eles são constituídos por células mortas, chamadas queratinizadas, e em razão disto, os cabelos podem ser cortados sem provocar dor.

Há uma estimativa de que o couro cabeludo tem cerca de cem mil a cento e cinquenta mil fios de cabelo, diminuindo progressivamente com a idade. A quantidade de cabelos que se perde ao dia é cerca de 50 a 100 fios por dia, sendo esta situação considerada normal (FERNANDES, 2010). A mudança na morfologia e a mudança histológica do folículo do cabelo são descritas pelo ciclo de vida do cabelo ao longo do tempo. Diferentes tipos de distúrbios estão associados aos folículos pilosos, sendo provenientes de diversos fatores, dentre estes distúrbios está a Alopecia areata. (REBELO; REIS, 2015).

Um termo que podemos utilizar como característica para nos referirmos a Alopecia areata é o adjetivo instigante, pois, até mesmo a pronúncia e etiologia da palavra é

uma questão conflituosa, já que a ortografia correta da palavra também traz consigo diversas especulações. A palavra alopecia ou alopecia significa perda de cabelo (FERNANDES, 2010). Enquanto areata significa ocorrendo em fragmentos (MILLER, 2016). Há várias pessoas que reconhecem a alopecia areata quando mencionada como “pelada”.

A alopecia areata é uma doença autoimune, que causa a queda dos cabelos e/ou pêlos, que se apresenta em áreas delimitadas, com formato oval, redondo ou irregular e de tamanho variável, contudo, não ocorre a destruição ou atrofia dos folículos, o que torna o quadro da doença reversível. (RIVITTI, 2005).

A alopecia areata é não cicatricial, o que significa que pode ser tratada e curada, ou ser revertida espontaneamente sem nenhum tratamento. Neste tipo de alopecia os folículos pilosos têm um comportamento patológico, mas continuam vivos. (REY E BONAMIGO, 2006).

A etiologia desta doença, provavelmente é proveniente de vários fatores, ou seja, pode ser multifatorial. Esses fatores são difíceis de identificar, o que leva alguns autores a apontarem fatores genéticos, imunológicos e psicológicos, como causadores da doença. Dessa forma, há tanto influência genética como autoimune, além da possível influência de traumas psíquicos. (CARVALHO; D’ACRI, 2014).

Há diversos fatores dos quais a doença é oriunda, sendo que fatores emocionais e de estresse são cogitados como desencadeadores ou agravantes do quadro (FERNANDES, 2010). Então, o estresse emocional se torna um fator para ser investigado minuciosamente, isto porque, o estresse desenvolve uma afecção dos folículos pilossebáceos, o que causa a queda dos cabelos. De forma que, algumas pessoas perdem cabelos em áreas específicas, quando passam por esse estado de extrema tensão e/ou nervosismo, caracterizando assim, a alopecia areata. (LIPP apud FERNANDES, 2010).

O diagnóstico da alopecia areata, que é clinicamente silenciosa, pode ocorrer pela simples aparência das áreas sem cabelo, lisas, mas há casos que necessitam de biópsia da pele afetada para afastar outras causas da doença, muitas vezes essas lesões são identificadas na ida ao cabeleireiro. (VARELLA, 2011).

A doença tem prevalência estimada entre 1% e 2% da população, atingem ambos os sexos e qualquer grupo racial (VARELLA, 2011). Prado e Neme (2008) afirmam que o maior índice de prevalência da Alopecia areata ocorre dos 20 aos 50 anos e esta tem destaque por sua evolução crônica e associação com aspectos psicológicos ou psicossomáticos.

2.1 Impactos da alopecia areata na vida do sujeito

Há estudos de até vinte anos de história sobre a alopecia areata que a citam como uma doença crônica, o aparecimento da primeira perda dos cabelos pode ocorrer de forma discreta, parcial ou total. Nos diversos casos existem situações em que esse episódio ocorre em pequenas áreas, outros nos quais a perda total dos cabelos ocorre em questão de dias. (YAZIGI *et al*, 2009).

Os cabelos têm muita importância para as pessoas, especialmente para as mulheres, que vivem em constante mudança de visual. As novidades e inovações no mercado da beleza são constantes, há uma variedade de tratamentos capilares, o que aguça e induz cada vez mais a procura destes. Além de desenvolver na sociedade em que vivemos a supervalorização da imagem, seja dos homens e/ou principalmente, das mulheres. “Muito frequentemente encontramos a fantasia de ‘lindos cabelos’ como idênticos a capacidade de atração, situação na qual quem atrai detém o poder, já que faz aflorar o desejo do outro”. (OLIVEIRA, 2007, p. 138).

O processo da perda de cabelo é um processo que causa um impacto extremamente forte e negativo sobre a autoimagem das pessoas, na área emocional e social, pois as leva a um sofrimento psíquico (YAZIGI *et al.*, 2009). Isso porque, as pessoas fazem a avaliação de sua imagem através de sua interação com o ambiente. Sobre a importância dos cabelos para as mulheres, pode ser representado no que Oliveira (2007, p. 142) escreve:

Nesse contexto, a importância dos cabelos para nosso imaginário é representada por várias figuras: Medusa, com seus cabelos de cobra; Sansão, cuja enorme força estava nos longos cabelos; as sereias, que seduzem cantando e se penteando; e ainda Rapunzel, a menina de longas tranças pelas quais o príncipe subia para visitá-la na torre onde se encontrava encarcerada.

Desde a infância, aprendemos a cultivar e dar valor significativo aos cabelos, uma vez que, somos culturalmente influenciados pela sociedade na qual vivemos, sendo o padrão de beleza cultivado como primordial para se alcançar uma realização pessoal e aceitação por parte desta sociedade.

As mulheres são as principais vítimas dessa relação entre a cultura e a imagem do indivíduo, porém, a cada dia fica mais evidente que a insatisfação com a imagem é uma realidade para homens e mulheres, que buscam sempre enquadrar-se nos padrões considerados aceitáveis pela sociedade. Logo, os cabelos são de grande relevância para a imagem que a sociedade tem do sujeito, uma vez que estes são considerados como a moldura do rosto. (YAZIGI *et al.*, 2009).

Os sujeitos acometidos pela alopecia areata possuem tendência a apresentar descontrole emocional e pouca habilidade para lidar com as emoções, bem como, personalidade dependente, antissocial, com sintomas psicopatológicos mais específicos, como transtorno de adaptação, ansiedade e depressão. Nesses indivíduos, também se identifica comprometimentos emocionais, tanto nas relações parentais quanto na vida conjugal, o que o faz terem experiências de privação afetiva, abandono, rejeição ou separação temporária. (PRADO; NEME, 2008).

A alopecia areata é uma afecção que embora em muitos casos seja frequente, é pouco conhecida até mesmo pelas pessoas que são acometidas por ela, pode trazer importantes consequências psicossociais aos doentes, pois até o diagnóstico ocorrer, muitas hipóteses são levantadas, e isso, desenvolve nos indivíduos muitas dúvidas e sofrimento. Os fatores de ordem psicológica são difíceis de avaliar e dar valor, devido à ausência de protocolos e inventários específicos, porém, são relevantes no esclarecimento da história da doença, pois são significativos para identificar as características da personalidade do indivíduo, a vivência dos acontecimentos significativos de vida e o impacto da doença na qualidade de vida e bem-estar emocional desses sujeitos. (ROCHA, 2011).

Conhecer a história pessoal, familiar e cultural, bem como a história médica, o início, duração, agravamento e recorrência da patologia dermatológica e a incidência de eventos de vida estressante que a precedem é relevante, pois, em estudos realizados um primeiro episódio desta desordem costuma acontecer com dissoluções na dinâmica familiar, incluindo a separação parental, morte de um dos seus membros ficou explícita. A alopecia areata afeta a comunicação tátil, a relação corporal e a autoestima de uma maneira muito significativa, levando em consideração todos os estigmas sociais que são as consequências mais comuns entre populações acometidas, principalmente, pelas desfigurações que o indivíduo sofre na imagem. (MORAES, 1997).

Prado e Neme (2008) consideram a pele como um órgão que pode ser utilizado para manifestar processos psíquicos, sendo de tal maneira, um meio para exposição dos conflitos. Logo, se entende que as pessoas tendem a demonstrar o sofrimento psíquico por meio da queixa somática. Há estudos nos quais se sugere que pacientes com Alopecia areata têm vivências de eventos estressores e a recordação de traumas é intensamente dolorosa e mais expressiva, se comparado à ocorrência de acontecimentos indesejáveis.

Segundo Souza, Callou e Moreira (2013), a abordagem centrada na pessoa oferece uma teoria consolidada e um método psicoterapêutico consistente, e, que Rogers direciona sua visão de homem e de mundo à confiança na capacidade de autorregulação do indivíduo,

dando ênfase ao indivíduo enquanto pessoa, deixando para segundo plano, a compreensão sobre a doença. A doença não é interior ou exterior ao indivíduo, mas, ela faz parte de seu modo de funcionamento existencial, ou seja, pessoa e doença se constituem mutuamente, sendo parte de um mesmo tecido. A pessoa é a doença e a doença é a pessoa.

Na análise do comportamento, há relatos de que a doença de pele causada pelo estresse pode provocar um desequilíbrio orgânico, mas, isto é apenas parte da explicação do comportamento. Para se agir em relação à doença, que é consequência do estresse, é necessário exigir que as circunstâncias aversivas que são responsáveis pelo que o paciente sente, tenham possibilidade de ser alteradas e que comportamentos mais eficazes para lidar com estas situações possam ser aprendidos. Contudo, os fatores genéticos não são excluídos na etiologia da doença. (GON; GON; ZAZULA, 2010).

A intervenção da psicologia para o tratamento desses pacientes tem como finalidade investigar a conexão entre o funcionamento psíquico e a manifestação da Alopecia areata. Confirmando isso, Silva, Castoldi, Kijner (2011, p. 54) relatam que “a pele demonstra o estado interior e exterior dos órgãos e expressa sensações físicas, emoções, sentimentos e reações psíquicas”.

De acordo com Rivitti (2005), o estresse emocional em alguns estudos é tido como favorável para o surgimento da alopecia areata, devido à observação de que traumas emocionais que precederam o processo, e também, a ocorrência de alta prevalência de alterações de ordem psíquica nos doentes. Mas, em outros estudos é demonstrado que não há qualquer participação dos fenômenos emocionais no desenvolvimento da alopecia areata. Cruz (2011) reforça que a alopecia areata é uma das doenças cutâneas que têm o desenvolvimento ou evolução relacionada aos estressores emocionais. Neste âmbito, Carvalho e D’Acri (2014) afirmam:

Com frequência, o estresse emocional tem sido citado como desencadeador da doença. Ocorre, assim, a atribuição da queda de pêlos no indivíduo, muitas vezes, a um desequilíbrio psicológico decorrente de episódios traumáticos agudos, como luto, divórcio e perda de emprego.

A descoberta de uma substância encontrada nos folículos pilosos relacionada à patogênese da alopecia areata liberada devido ao estresse foi revelada em alguns estudos, e isto ocorre quando uma pessoa ultrapassa seus limites, o que faz com que o organismo fique debilitado e a energia mental diminua, sendo que, conseqüentemente, o indivíduo perde a qualidade de vida, o que o leva ao adoecimento. (FERNANDES, 2010).

Atualmente, a etiologia autoimune específica de órgão é proposta, e indica a presença de um infiltrado imune rodeando os folículos pilosos na alopecia areata (ROCHA,

2011). Conforme Cavalcanti (2015), dentre as causas da alopecia estão o fator genético, emocional, hormonal, traumas e medicamentosos, podendo levar a estresse, ansiedade, depressão, traumas e disfunções hormonais. A rotina diária tem interferido negativamente no comportamento emocional, acarretando um dos fatores mais contribuintes para a perda de cabelos o estresse. (SANTANA; LOPES; SANTOS, 2017).

Em pesquisa realizada por Rocha (2011) foi investigado o papel do estresse associado à vivência de acontecimentos de vida significativos e de outros fatores de ordem emocional na etiologia e patogenia da alopecia areata, na qual a amostra de 15 doentes observou que embora não seja considerado por todos os estudos como desencadear desta doença, ficou confirmado que o estresse interfere na evolução e na intensidade dos sintomas dos doentes com alopecia areata. Mas em outro ângulo, a avaliação e/ou intervenção psicológica pode ser útil na abordagem destes doentes, uma vez que o impacto psicológico na doença é relevante, uma vez que interfere no bem estar destes pacientes e da família.

Devemos considerar o estresse como um fator que torna a pessoa vulnerável ao adoecimento. A pessoa que tem propensão a esses sintomas precisa buscar o controle nas situações de estresse, para que o organismo encontre seu equilíbrio, já que sem períodos de recuperação e controle, várias doenças podem surgir, dentre elas, a Alopecia areata. O adequado manejo do estresse, os tratamentos farmacológicos e psicoterapêuticos aplicados corretamente favorecem a diminuição da incidência da doença (YAZIGI et al., 2009). Sobre isso, Santos (2014, p. 205) confirma:

Conceitualmente, o estresse é derivado de avaliações sucessivas dos estímulos percebidos, ocorrendo quando pressões ambientais, psicológicas ou desajustes biológicos imprimem a necessidade de ativar recursos adaptativos até que seja dissipado o caráter estressor da situação ou o organismo sucumba à magnitude e, ou, ao tempo de exposição ao elemento avaliado como estressógeno.

O ser humano tem a capacidade de suportar e superar o sofrimento ou frustração, sem que aconteça algo, mas esta força está em nosso interior. O ego quando está frágil se rompe com mais facilidade, mas quando esse sofrimento é bem trabalhado a pessoa aprende e amadurece. (SILVA, 2000).

A alopecia areata é uma enfermidade psicossomática, por se tratar de um quadro com manifestações orgânicas presentes no contexto de um determinado modo de ser, uma vez que a pessoa é submetida a uma sobrecarga de acontecimentos biográficos perturbadores, que o leva a um estado conflitual não superado. (FERNANDES, 2010).

Cruz (2011), nesse aspecto aborda que os processos de somatização e o significado mente-corpo focado na interface dos estados afetivos e/ou emocionais é utilizado

pela medicina psicossomática, uma vez que a comprovação de que os estados emocionais, principalmente, os negativos, proporcionam diversas alterações neuroendócrinas e imunológicas, que atingem a fisiologia de todo organismo.

A psicossomática indaga tanto o saber médico quanto o psicanalítico, criando um empecilho na teoria de ambos saberes, o que pode causar grandes equívocos com consequências irreparáveis. Na etiologia pouco esclarecida da doença se utiliza a explicação que condiciona o psíquico e o social ao biológico. Sendo a causalidade psíquica considerada quando tem a presença de fatores psíquicos confirmada, pois a medicina aceita que estes produzem sintomas físicos, mas, os descarta quando há lesão orgânica. O corpo e seu funcionamento são colocados em evidência pelo sofrimento psíquico. (MYSSIOR, 2010).

Segundo Valente e Rodrigues apud CRUZ (2011) foi a partir da psicanálise que a interação entre corpo e mente ganhou novas perspectivas, na qual ambas são pensadas de forma conjunta e dinâmica, o que possibilitou o surgimento da psicossomática. Nessa perspectiva Cruz (2011, p. 18), contribui que:

Apesar de não ter se aprofundado nas questões de somatização, com os estudos sobre histeria, Freud assinala a relevância dos aspectos psíquicos em algumas manifestações somáticas, fornecendo bases para se pensar na interação entre o psíquico e o somático a partir da psicanálise.

A noção psicanalítica de somatização ganha espaço através das divergências nas formas de compreender e lidar com o fenômeno psicossomático, pois está localizada na relação entre o psíquico e o somático. Devido ao estresse psicossocial, o corpo tem a experiência através dos sintomas e distúrbios influenciados pelo psiquismo no desencadeamento, manutenção ou cura destes. A técnica psicanalítica mais conhecida e utilizada é a associação livre, na qual o sujeito acaba trazendo ao consciente uma cena traumática, o que o leva a associar o trauma aos sintomas. A verbalização do episódio traumático aliviavam os sintomas. (CRUZ, 2011).

Freud buscava diferenciar a psicanálise das psicoterapias, reforçando no desejo do paciente o traço exclusivo do tratamento analítico. Sendo que as psicoterapias tem como ênfase a fenomenologia do sintoma, levando em consideração o tratamento do sintoma e não sua causa. (MYSSIOR, 2010).

O tratamento psicológico é relevante para que o paciente tenha possibilidade de superar seus conflitos e as consequências psicossociais que estes têm que enfrentar. Já que, algumas pesquisas encontradas apontam para a relação da alopecia areata com aspectos psicológicos ou psicossomáticos, ainda que, na literatura científica sejam mais exaltados os tratamentos sistêmicos da medicina. A demonstração científica da participação de fenômenos

psiquiátricos na gênese de alopecia areata é muito difícil. A possível explicação bioquímica para os fatores da patologia provocados por condições emocionais estaria na produção de neuromediadores capazes de interferir na imunidade. (RIVITTI, 2005).

Podemos verificar em diversos estudos que ainda há uma limitação nos tratamentos da alopecia areata, quando desencadeada por fatores psicológicos, cuja importância no diagnóstico é inegável. Partindo deste pressuposto, encontramos a Psicodermatologia, que tem como fundamento unir o trabalho do médico e do psicólogo, com o objetivo de encontrar melhores esclarecimentos sobre as doenças de pele, considerando que esta é a forma de contato do indivíduo com o mundo externo e uma importante via de expressão de conflitos e emoções. (MÜLLER; RAMOS, 2004).

Mediante a escassez de estudos sobre a alopecia areata em diferentes abordagens metodológicas e pelo fato desta se correlacionar com a psicossomática, reforçada na concepção de Fernandes (2010), então, o resultado da pesquisa trouxe em sua totalidade tratamentos para a doença baseados na prática psicanalítica.

3 CONCLUSÃO

O presente estudo de revisão buscou compreender como a psicologia pode contribuir no tratamento de paciente com alopecia areata, além de mostrar a necessidade deste, assim como o método terapêutico tradicional. Na averiguação sobre o domínio teórico e prático da psicologia para tratar essa patologia e suas repercussões, se procurou por autores de diferentes abordagens metodológicas sobre o tema. No entanto, a escassez de literatura atuais relativa ao tema dificulta a comparação dos resultados e definição de protocolos na investigação e tratamento destes doentes.

A alopecia areata é pouco abordada e explorada pela psicologia, como se o tratamento da doença devesse ter apenas intervenção médica, sem levar em consideração, componentes psíquicos de suma relevância para o tratamento, que apenas no atendimento psicológico podem ser trabalhados. Foi observado que o estresse tem relação com o estado emocional e cognitivo do indivíduo, o que pode resultar na manifestação da alopecia areata.

Considerando que nos dias atuais, as pessoas estão mais expostas a situações que levam ao estresse, e conseqüentemente, propensas a desencadear diversas doenças, sejam elas orgânicas ou psicológicas.

A princípio, quando falamos em alopecia areata, a impressão que muitas pessoas têm, é a de que essa doença é tão irrelevante mediante tantas outras que existem de maior

gravidade, como câncer, diabetes, Alzheimer, AIDS e algumas outras, porém, quem sofre de alopecia areata sabe dos infortúnios provenientes desta. Embora existam tratamentos avançados há a possibilidade de não se ter o efeito esperado, além da reincidência da doença que não é descartada.

Na avaliação dos estudos, as abordagens medicamentosas e métodos clínico-psicológicos apresentavam visivelmente uma enorme proximidade nas medidas utilizadas, bem como a restrita relação do estresse emocional como fator desencadeante da patologia. Que por sua vez, causa transtornos psicossomáticos e psiquiátricos que estabelecem a precariedade na saúde mental do paciente.

Nessa perspectiva, amplia-se a necessidade de um tratamento multidisciplinar, no qual se tenha atendimentos psicológicos, atendimentos em grupo, técnicas de relaxamento e estratégias de redução de estresse, que contemplem um suporte psicossomático do sujeito em sua integralidade.

Sendo evidente, a relevância de estudos de maior abrangência para a promoção e prevenção de doenças como a alopecia areata, para que desse modo, se viabilize um atendimento mais completo e qualificado, expandindo o conhecimento das relações entre o adoecimento orgânico e os aspectos emocionais que abalam a saúde mental dos pacientes.

Durante todo o processo de construção do artigo, ficou perceptível, o quão pouco a alopecia areata é conhecida por parte da psicologia, o que induz os profissionais desta área a não terem um saber aguçado sobre esta patologia. Por tudo isso, podemos considerar que devido às recentes investigações da doença, a abrangência do tema pode ser ricamente explorada, pois o conhecimento adquirido contribui para o avanço nas investigações, em várias dimensões, inclusive a psicológica.

De modo que, o psicólogo apresenta um papel notório no que diz respeito ao tratamento, uma vez que, o surgimento da doença desencadeia no sujeito, anseios, dúvidas e conflitos internos, além de viabilizar o aparecimento de outras patologias tanto orgânicas, quanto psicológicas.

O conhecimento na área da Psicologia é fundamental, para que haja uma compreensão sobre o que é a alopecia areata, e qual a importância do psicólogo no tratamento desses pacientes, pois a partir desse dimensionamento em diante, se desperte o interesse no desenvolvimento de pesquisas e projetos sobre os fatores psicológicos que podem ser ponto focal do desencadeamento e/ou agravamento da patologia, levando em consideração o percurso de doenças com etiologia desconhecida e baixa prevalência, que acabam se tornando

epidemias, uma vez que, a sociedade tem a cultura de se manifestar em meio ao problema já instalado e dificilmente na prevenção deste.

ALOPÉCIA AREATA, STRESS AND MENTAL HEALTH: a reflection on the contribution of psychology to the treatment of the patient

ABSTRACT

This work aimed to understand some scores on the occurrence of alopecia areata, its relation with emotional stress and the contribution of Psychology to the treatment. The bibliographic research involved the reading and interpretation of books, articles, periodicals and websites, so that all collected material was analyzed generating a line of reasoning, in which data from the theoretical and empirical literature are combined, in order to synthesize and to substantiate the article. The search for articles was carried out in the Virtual Health Library database (<http://brasil.bvs.br/>), with publications between the years 2012 to 2017, in Portuguese. However, there was a need to extend research for publications dating from the year 2000, which made possible a greater search for data, which enabled the access to more consistent information between the knowledge of medicine and the knowledge of psychology, thus contributing to the scientific knowledge regarding the main objective investigated. From the experience obtained with the study of literature, there is great difficulty even in the knowledge about the disease, and consecutively, in therapies aimed at the treatment of this. This process involves several factors that interfere from the knowledge about the disease to the role of psychology within the treatment of the mental health of these patients.

Keywords: Alopecia areata. Stress. Treatment.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Lara Trindade de, D'ACRI, Antonio Macedo. Alopecia areata: revisão bibliográfica e relato de caso. **Cad. Bras. Med.** XXVII, n.3, p.1-58, 2014.

CAVALCANTI, C. P. **Protocolos de tratamento da alopecia: uma revisão.** 2015. 31 f. TCC (Graduação em Farmácia) - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, Paraíba, 2015.

CORDEIRO A. M. et al. **Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do colégio brasileiro de cirurgias**, v. 34, n. 6, nov./dez. 2007.

CRUZ, Marina Zuanazzi. **Psicossomática na saúde coletiva: Um enfoque biopsicossocial.** 2011. 104 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98410>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

FERNANDES, Mirian. **Alopecia areata e as relações com estresse, depressão e psicossomática: uma revisão.** Monografia (Pós-Graduação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Curso de Especialização em Gestão de Pessoas. Criciúma, 62f. 2010.

GON, M.C.C., GON, A.S., ZAZULA, R. Análise Comportamental de relatos verbais de mães de crianças com dermatose crônica. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. XV, n. 3, p. 57-71, 2013.

LIPP, Marilda e Novaes; MALAGRIS, Lúcia Emanuel. O stress emocional e seu tratamento. In: Bernard Range (Org.). **Psicoterapias comportamental e cognitiva**. 1 ed. Rio de Janeiro. Artes Médicas, 2001.

MILLER, Petra. **Alopécia Areata**. New York: Cavendish Square Publishing, 2016, 62p.

MORAES, Sara Teresa Pérez. Associações entre aspectos psicológicos e a alopecia areata: estudo exploratório. **Bol. Psicologia**, v. 47, n. 106, p. 91-112, Jan./Jun. 1997.

MÜLLER, Marisa Campio, RAMOS, Denise Gimenez. Psicodermatologia: uma Interface Entre Psicologia e Dermatologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 3, p. 76-81, 2004.

MYSSIOR, Silvia Gleber. **Doenças e manifestações psicossomáticas na infância e na adolescência**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

OLIVEIRA, Marina Trench de. Cabelos: da etologia ao imaginário. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 3, p. 135-151. 2007.

PRADO, Renata B. R.; NEME, Carmen M. B. Experiências afetivo familiares de mulheres com alopecia areata. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 25, n. 4, p. 487-497, out./dez. 2008.

REBELO, Ana Santos, REIS, Catarina Pinto. **Novas estratégias para o tratamento da alopecia**. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde, Lisboa, 41f. 2015.

REY, M. C. W.; BONAMIGO, R. R. Tratamento da alopecia areata. **Med. Cutan. Iber. Lat. Am.**, FFFCMPA, Rio Grande do Sul, v. 34, n. 2, p. 49-56, 2006.

RIVITTI, E. A. Alopecia areata: revisão e atualização. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. V. 80, n. 1, p. 57-68, 2005.

ROCHA, Joana et al. Alopecia areata – análise retrospectiva da consulta de Dermatologia.... **Acta Med Port**. 2011, 24, n. 2, p. 207-214.

SANTANA, J.V.; LOPES, V. M.; SANTOS, J. A. B. A Relação entre estresse e alopecia androgenética: uma revisão da Literatura. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, maio de 2017, vol.11, n.35, p.01-17.

SANTOS, A. F. Determinantes psicossociais da capacidade adaptativa: um modelo teórico para o estresse. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 201-207, abr. 2014.

SILVA, Anelise Kirst da, CASTOLDI, Luciana Castoldi, KIJNER, Lígia Carangache. A pele expressando o afeto: uma intervenção grupal com pacientes portadores de psicodermatoses. **Contextos Clínicos**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2011.

SILVA, Marco Aurélio Dias da. **Quem ama não adocece**. O papel das emoções na prevenção e cura das doenças. 24. ed. São Paulo. Best Seller. 2000.

SOUZA, C.P. de, CALLOU, V.T. e MOREIRA, V. A Questão da psicopatologia na perspectiva da abordagem centrada na pessoa. Diálogos com Arthur Tatossian. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, XIX, n. 2, p. 189-197, jul./dez. 2013.

VARELLA, Drauzio. **Alopécia areata**. 2011. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/drauzio/alopécia-areata>>. Acesso em 10 jan. 2018.

YAZIGI et al. Estudo manejo estresse em pacientes cometidos por alopecia areata. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 93-99, jan./mar. 2009.

AS CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Rosângela de Fátima da Silva Pinto*

Ana Luiza Ferreira Pinheiro Soares**

RESUMO

A Metodologia Científica é uma disciplina que auxilia os alunos da graduação a aprenderem métodos e técnicas que contribuirão durante a execução de pesquisas e de trabalhos científicos. Dessa forma, o conteúdo curricular da disciplina possui grande relevância para acadêmicos e pesquisadores. Assim, torna-se imprescindível destacar a importância da Metodologia Científica no ensino superior, através da necessidade que o graduando tem em utilizá-la como suporte às exigências acadêmicas. Por meio da pesquisa bibliográfica, ressalta-se nessa pesquisa sobre o início da vida acadêmica, enfatizando a necessidade do graduando em ser instrumentalizado através da pesquisa, faz-se considerações acerca da Metodologia Científica e da pesquisa, sobre Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e por fim, as contribuições dessa disciplina para os graduandos, principalmente no primeiro ano da graduação até a conclusão do curso.

Palavras-chave: Metodologia científica. Pesquisadores. Trabalhos acadêmicos. ABNT.

1 INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior exige constantemente dos acadêmicos uma vida de planejamento, dedicação, determinação e disciplina para que possam desenvolver as habilidades necessárias para executar e apresentar trabalhos científicos. Nessa circunstância, é necessário ter uma disciplina que auxilie durante a iniciação do curso de graduação por meio das práticas de investigação científica e instrumentalização para o trabalho acadêmico, possibilitando a discussão de conceitos e características da ciência.

Nesse contexto, a disciplina Metodologia Científica faz parte da estrutura curricular da maioria dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) que adotam várias nomenclaturas como: Metodologia do trabalho acadêmico, Métodos e técnicas para a pesquisa bibliográfica (MTEPB), Iniciação à pesquisa científica dentre outras. Embora sejam atribuídas nomenclaturas diferentes, todas, a grosso modo, buscam minimizar as dificuldades dos alunos em relação à novas demandas do ensino superior.

* Graduanda do 8º período Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: zangela.slz@gmail.com.

** Bacharel em Biblioteconomia pela UFMA. Curso de Formação Pedagógica. Pós-graduada em Didática Universitária. Especializanda em Problemas Fenomenológicos e Hermeneutica. Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Instituto de Ensino Superior franciscano. E-mail: analuzianormalizar@gmail.com

Este artigo pretende destacar as contribuições da disciplina Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação, como norteadora da prática da pesquisa, abordando acerca dos métodos e técnicas fundamentais que servem para auxiliar o graduando durante o ensino superior. Assim, investiga-se: De que maneira a disciplina Metodologia Científica contribui para a formação, instrumentalização dos trabalhos acadêmicos e desenvolvimento do espírito científico dos alunos dos cursos de graduação?

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar as contribuições da disciplina Metodologia Científica para os alunos dos cursos de graduação, entretanto para alcance desse objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos: refletir sobre a importância da disciplina para a formação acadêmica, para o despertar do espírito científico e enfatizar sobre seu aspecto instrumental.

Nota-se que os alunos de graduação sentem grandes dificuldades de seguir as normas técnicas para que o trabalho possa ser concluído com êxito e seja caracterizado de cunho científico. Apesar dos alunos de graduação vivenciarem a disciplina Metodologia Científica ainda no 1º período, os mesmos perpassam durante curso da vida acadêmica cometendo erros que poderiam ser evitados.

Socialmente este tema é importante, pois o estudo pode contribuir significativamente como fonte de pesquisa para alunos da graduação que buscam entender sobre a relevância da pesquisa e sobre as exigências técnicas, quer seja individual quer seja em grupo além de auxiliar o estudante acadêmico acerca das contribuições da disciplina Metodologia Científica.

A metodologia que norteou este trabalho caracteriza-se por ser bibliográfica, na medida em que buscou informações em materiais publicados na área.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira abordagem trata do início da vida acadêmica; em seguida tece considerações sobre a ciência e a universidade como espaço para prática de pesquisa. Dando prosseguimento, ressalta-se sobre a disciplina Metodologia Científica, sobre a Associação Brasileira de Normas Técnicas e contribuições.

2 INÍCIO DA VIDA ACADÊMICA

O ingresso no mundo acadêmico exige algumas habilidades do estudante, diferentemente do Ensino Básico. O Ensino Superior requer uma mudança de atitude, assim como dedicação e muita leitura, pois essa é uma nova etapa, e deve apresentar boa escrita e ter senso crítico. O impacto da chegada ao Ensino Superior é sentido em diversos aspectos, logo

no início da academia, o estudante se depara com a disciplina Metodologia Científica, e esta é fundamental para todo percurso da vida acadêmica dos alunos que cursam o Ensino Superior. Essa disciplina tem por objetivo solucionar problemas propostos, na medida em que, a pesquisa acadêmica tem seus pressupostos na Metodologia Científica e em normas devidamente rígidas e controladas.

O processo de formação acadêmica leva o universitário a passar por diversas atividades práticas, tanto em laboratório como em campo, dependendo da necessidade solicitada pelo curso, essas atividades resultarão no fortalecimento das habilidades profissionais. Através da fundamentação teórica, o universitário inicia seu aprendizado utilizando instrumentos que possam lhe proporcionar a assimilação dos conteúdos, para isso é necessário formar uma biblioteca pessoal, adquirindo de maneira sistemática livros que terão fundamental importância para o desenvolvimento de seu estudo, que devem ser explorados constantemente. O estudante deve dedicar-se à leitura de textos básicos para aprofundamento dos estudos em sua área específica.

A iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno, que de simples repetidores, passam a criadores de novas atitudes e comportamento, através da construção do próprio conhecimento. (MAIA, 2008).

Ao longo da vida acadêmica o universitário deve ser participante ativo, tornando-se um investigador da disciplina de estudo, além de ser um coordenador crítico do seu próprio tempo procurando condições de ordens físicas e psíquicas que sejam favoráveis ao seu estudo e ainda proporcionarem a continuidade equilibrada dos estudos, encaixando um horário fixo para analisar e revisar o que foi visto na universidade em casa, para que esteja sempre preparado intelectualmente.

A partir disso, é necessária uma adequação, por parte do estudante, ao novo ambiente de estudo. Para Severino (2007, p. 37):

No ensino superior, os bons resultados do ensino e da aprendizagem vão depender em muito do empenho pessoal do aluno no cumprimento das atividades acadêmicas, aproveitando bem os subsídios trazidos seja pela intervenção dos professores, seja pela disponibilidade de recursos pedagógicos fornecidos pela instituição de ensino.

A realização da pesquisa é uma ação indispensável na formação acadêmica, uma vez que ao ingressar no Ensino Superior, exige-se do graduando a produção do conhecimento. Este se produz por meio da pesquisa, através dela o sujeito se constitui como pesquisador, além do desenvolvimento profissional que do ato de pesquisar proporciona na formação do sujeito.

Para Cervo, Bervian e Silva (2007), a finalidade da pesquisa diferencia-se de um pesquisador para outro, devido às diferenças de habilitação apresentada por cada investigador. Para os autores, um iniciante busca “[...] a aprendizagem e o treino das técnicas de investigação, refazendo os caminhos percorridos pelos pesquisadores.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 58), isto é, o aprendizado é adquirido por meio da repetição de estudos anteriores, permitindo a formação profissional desse iniciante.

A pesquisa, desta forma, reforça a concepção da aprendizagem, já que está se resume em estabelecer o avanço do conhecimento científico e acadêmico, aprofundando o saber, possibilitando novas descobertas de modo que elas proporcionem habilidades para organizar, ter pensamentos críticos, escrever, ter foco entre tantos outros.

O período da graduação é um momento em que o estudante tem a oportunidade de aprender com a teoria aquilo que vivenciará na prática, isso exigirá muito esforço, amadurecimento, já que a fase acadêmica impõe uma constante vida de estudo e dedicação, diferenciando-se dos níveis anteriores da educação passados por este estudante.

À medida que os aprofundamentos dos estudos avançam os textos progressivamente vão sendo substituídos por textos especializados, por estudos monográficos, resultado de pesquisas elaboradas por especialistas. Assim, os estudos passam por uma fase de amadurecimento, estruturando a vida profissional, constituindo a biblioteca do estudante.

Durante o primeiro período da faculdade, o aluno transita em deslumbramento com este universo novo, e se depara com diferentes disciplinas, textos com linguagens mais científicas, seminários, trabalhos científicos, diferentes metodologias de professores, e outros fatores que servirão para formação profissional.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA

A ciência em sua história é composta de inúmeros pormenores referentes à autoria, assuntos, interpelações, sistematizações, estratégias, interpretações, criação de produtos, entre outros fatores que estimulam uma discussão instigante e que possui uma origem eminentemente ligada à filosofia. Dessa maneira, Rodrigues (2006, 125) enfatiza:

A origem do conhecimento científico se confunde com a da própria filosofia. A ciência contemporânea, porém, mudou significativamente, rompendo com aspectos contemplativos da filosofia. A ciência Contemporânea tem sido principalmente operativa, busca conhecer a realidade para poder intervir na natureza e dominá-la.

Etimologicamente, a palavra ciência vem do latim *Scientia*, que significa saber, conhecimento. A ciência é representação dos questionamentos e curiosidades do ser humano,

é a capacidade de interrogar ao invés de simplesmente aceitar, ou pelo menos de buscar uma justificativa esquematizada das realidades ao redor, nos diversos seguimentos, é conjunto de procedimentos relacionados, organizados e não aleatórios que norteia as ações do pesquisador naquilo que almeja estudar, investigar.

A ciência deste século, tal como conhecemos atualmente, nasceu no Século XVI, seu objetivo era e é comandar a natureza, desvendar as verdades sistemáticas e as leis que a orientam. “Até então a abordagem do conhecimento era mais contemplativa do que propriamente experimental.” (Xavier, 2017, p. 35) Pretendia-se monitorar a natureza e para isso ela deveria ser conhecida em seus minuciosos detalhes. Para obter o domínio das leis naturais, o cientista precisa adotar uma série de procedimentos que devem ser aplicados com muito rigor na prática científica.

Nesse sentido,

A Ciência atribui-se a exclusividade na produção de verdades sobre fenômenos mundanos. Só ela teria condições epistemológicas e metodológicas para descobrir e revelar verdades, isto é, fatos universais, previsíveis e imparciais. Em outras palavras, apenas esse modo de conhecer seria capaz de chegar a realidade repetíveis em qualquer parte do universo com previsibilidade de ocorrência, porque utilizam rigorosamente métodos objetivos, sem a interferência emocional do sujeito pesquisador. (XAVIER, 2017, p. 36).

Independentemente de a ciência ser realizada por especialistas, a sua efetivação é concreta para todos. Atualmente influencia, modifica e torna dependente dela principalmente nas coisas do cotidiano, gerando impactos positivos na saúde, alimentação, moradia, e eventualmente criando coisas difíceis de avaliar no sentido de boas ou ruins, como os aparatos para a guerra, afinal a ciência é concreta e efetiva. É a busca de argumentações de comportamentos e fenômenos de onde vivemos ou do que conhecemos, mas queremos saber mais. O sentido que têm a palavra ciência pode ser percebido da seguinte forma:

A palavra ciência pode ser assumida em duas acepções: em sentido amplo, ciência significa simplesmente conhecimento, como na expressão tomar ciência disto ou daquilo; em sentido restrito, ciência não significa um conhecimento qualquer, e sim um conhecimento que não só apreende ou registra fatos, mas também os demonstra pelas suas causas determinantes ou constitutivas. (RUIZ, 2006, p. 128).

Compreende-se que o processo de construção de trabalhos acadêmicos é científico, mas procuramos pormenorizar sua cientificidade a partir de conceitos de metodologia, pesquisa, e trabalho e da própria conceituação de monografia, a fim de entender o que a torna científica, já que este é um processo e a cientificidade não acontece de forma aleatória, e sim acontece por meio de características que a defendem como tal.

Para que se possa caracterizar o conhecimento científico, convém que se o contraponha a outros modos de conhecer. Naturalmente, a ciência não é o único

caminho que o homem trilhou ou pode trilhar para chegar à verdade e à certeza; nem é a verdade ou a certeza que caracterizam o conhecimento científico. O que distingue e caracteriza as diversas espécies de conhecimento são o modo de conhecer e os instrumentos do conhecer. O mesmo ‘objeto’ de conhecimento pode ser atingido por diversas vias e diferentes modos. (RUIZ, 2006, p. 95).

Ainda na opinião de Ruiz (2006, p. 96), há algumas características que estão intrínsecas à expressão conhecimento científico, “[...] que lembra laboratório, instrumental de pesquisa, trabalho programado, metódico, sistemático e não provoca associação com inspiração mística ou artística, religiosa ou poética”, mesmo que compreendida em relação aos tipos de conhecimentos não científicos, a ciência por si só obteve um status de integridade, tudo que é científico ou que traz este nome consigo consegue integridade, justamente pelo conhecimento geral de ser usados métodos que seguidos resultam em conhecimentos e informações certas, possíveis de verificações.

Na atualidade, vive-se diante da geração do conhecimento, os quais são embasados por outros estudos existentes, e em observações que fazem parte da rotina da ciência, constituindo-se uma lista de conhecimentos reunidos e de intensas transformações, característica que fortalece a sociedade da informação, pois ela possibilita um ciclo no qual, o que já existe de registro referente a estudos, induzindo a novas pesquisas possibilitando um processo quase que infinito, assim sempre haverá formas de trabalhar um só tema, haverá modos distintos de compreender um só assunto. O que é interessante é que todos são cientificamente testados e defendidos, considerando informações preexistentes sobre o assunto.

4 A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO PARA A PRÁTICA DA PESQUISA

O acadêmico é um indivíduo que desenvolve ou pelo menos deveria desenvolver o espírito de pesquisa na universidade, propósitos que podem ser concretizados pelos trabalhos realizados ainda na universidade, propiciando o senso crítico, a habilidade com as formas de fazer pesquisa. Nesse sentido, Severino (2007, p. 26) menciona que a pesquisa assume três dimensões na Universidade:

De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos [...] assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária e eficaz para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão [...]

Ruiz (2006, p. 48, grifo do autor) também contribui mencionando sobre os trabalhos desenvolvidos pelos universitários,

Se o trabalho científico do estudante não tem, *hic et nunc*, caráter de descoberta e avanço para a ciência e para a humanidade, tem com toda a certeza, caráter de redescoberta e conquista para si mesmo. Não deve parecer de pouca importância reconstituir para si uma parcela de tudo o que já foi construído pela ciência.

Desta forma, a pesquisa exerce um papel relevante durante a formação de qualquer profissional de nível superior, pois a investigação científica faz parte do propósito da universidade, e da construção do conhecimento, contribuindo com o avanço intelectual dos universitários. “A investigação científica é um processo importante para a aquisição e a produção do conhecimento. Ela possibilita ao pesquisador compreender o mundo em que vive. É por meio da pesquisa que se realiza a investigação científica”. (RODRIGUES, 2006, p. 88).

A pesquisa está permanente na vida dos universitários, por isso, a concepção de desvendar o conhecimento por meio da investigação científica deve ser algo natural dos acadêmicos, ter o contato com o saber a fim de compartilhá-lo, é uma das tarefas do pesquisador. A busca por soluções faz parte desse processo para tentar resolver inúmeras questões que surgem diante de uma investigação científica, seja no âmbito das ciências exatas, humanas, sociais ou biológicas, a construção do conhecimento será consequência do trabalho investigativo.

Na opinião de Gil (2008) a pesquisa pode ser classificada em dois tipos, quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos. Quanto a esta são as bibliográficas, documentais, experimentais, levantamentos, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa-ação e referente a aquelas são as exploratórias, descritivas e explicativas. Some-se a isto o processo de aprendizagem em que a pesquisa permite ao universitário.

O aprendizado é consequência da interação do sujeito com o objeto do conhecimento. Ao elaborar suas hipóteses, investigar o objeto, ele realiza elaborações próprias, constrói significados e, portanto, gera aprendizado. Aprender, na visão de Piaget “é construir significados”, “fazer elaborações próprias”. (FURLANETTO apud FICHMAN, 2008, p. 7).

O ato no qual o sujeito realiza diante do processo de aprendizagem acontece de forma dinâmica. É algo inerente do sujeito gerar a capacidade de aprender, portanto, a provocação para o ato de pensar advém de outros fatores, os quais possibilitam ou não o avanço desse sujeito na busca pelo saber, pela construção deste, pelo qual a pesquisa é um caminho fundamental.

A universidade deve disponibilizar meios que levem o discente a ser pesquisador em todo o curso da vida acadêmica, sem limitá-lo, para que durante o cumprimento das atividades precisas como a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) ou artigos científicos, este tenha êxito. Essas atividades podem e devem ser trabalhadas durante o processo de pesquisas.

A pesquisa servirá como fonte de conhecimento que fortaleça o pesquisador para direcioná-lo a meios mais eficazes para se aprender a pesquisar, a realizar a pesquisa, e publicá-la, porque o conhecimento precisa e deve ser publicado para que seja fonte de investigação de outros estudiosos, pesquisadores e até mesmo ajudar na resolução de problemas.

5 A DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO MEIO ACADÊMICO

A disciplina Metodologia Científica consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para realização de uma pesquisa acadêmica, sendo uma ferramenta essencial durante a realização dos trabalhos aos alunos de graduação, possibilitando desenvolver um trabalho segundo as exigências metodológicas contidas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para que seja encaminhado a resolver problemáticas de investigação científica. Sabe-se que existem algumas exigências metodológicas para elaboração de um trabalho científico, trabalhos esses de natureza teórica, científica ou filosófica devem seguir diretrizes impostas a uma investigação científica objetivando contribuir de maneira relevante à ciência.

A disciplina Metodologia Científica é importantíssima para a vida acadêmica, pois os conteúdos apresentados servirão de base para todo o curso e para a atuação profissional também, portanto é necessário ter dedicação e tempo para a leitura. Por isso, é importante compreender que Metodologia Científica é a disciplina que “estuda os caminhos do saber”, entende-se que “*método*” representa caminho, “*logia*” significa estudo e “*ciência*”, saber. É de grande relevância estudar os caminhos do saber. Os caminhos, ou seja, os métodos ensinados nesta disciplina, que se resumem em procedimentos ou normas para a realização de trabalhos acadêmicos, a fim de dar ordenamento aos assuntos pesquisados.

O ser humano evoluiu para a busca de respostas através de caminhos que pudessem ser comprovados, nos quais pudesse refletir sobre as experiências e transmitir a

outros. A necessidade de saber o porquê dos acontecimentos foi o impulso para a evolução do homem e o surgimento da ciência.

Cervo e Bervian (2002, p. 16) afirmam que:

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

A ciência demonstra que é capaz de fornecer respostas dignas de confiança sujeitas a críticas; é uma forma de entender, compreender os fenômenos que ocorrem.

Oliveira (2002, p. 47) afirma que:

Trata-se do estudo, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeito de um fenômeno qualquer no qual o estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático, dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas, exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes.

Percebe-se, com o autor, que os fenômenos de que os homens pré-históricos sentiam medo passaram a ser explicados pelos estudos, por meio de critérios metodológicos, por isso a importância da ciência como uma forma de conhecimento humano, objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível.

No conhecimento científico, o pensar deve ser sistemático, verificando uma hipótese (ou conjunto de hipóteses), atribuindo o rigor na utilização de métodos científicos. Dessa forma, o trabalho científico configura-se na produção elaborada a partir de questões específicas de estudo.

Segundo Galliano (1986, p. 26), “[...] ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los”.

Pode-se afirmar que o conhecimento científico possui grande importância, pois diz respeito às principais características, relações e importância do senso comum. Por meio dele são esclarecidas as principais dúvidas a respeito do senso comum, através de uma análise simplificada, dando ênfase a importância do conhecimento científico. Assim verifica-se que o conhecimento científico é baseado no senso comum, que são conhecimentos existentes insuficientes para explicar os problemas surgidos. Eles existem na pretensão de construir uma resposta segura para sanar as dúvidas existentes com racionalidade e objetividade.

Dessa forma a disciplina Metodologia Científica, é mais do que uma disciplina, estudá-la significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais,

sendo base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam além da prática, no mundo das ideias.

Durante a elaboração do trabalho de cunho científico é necessário entender que a técnica da pesquisa trata dos procedimentos práticos que devem ser adotados para realizar um trabalho científico, qualquer que seja o método aplicado, é o que escreve Miranda Neto (2005). A técnica serve para registrar e quantificar os dados observados, ordená-los e classificá-los. A técnica especifica como fazer. (OLIVEIRA, 2002).

Para a realização de uma pesquisa, é necessário o uso de técnicas adequadas capazes de coletar dados suficientes, de modo que deem conta dos objetivos traçados, quando da sua projeção. Para determinar o tipo de instrumento, é necessário observar o que será estudado, a que irá reportar.

De acordo com Fachin (2003, p. 29):

Vale a pena salientar que métodos e técnicas se relacionam, mas são distintos. O método é um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, destinadas a realizar e antecipar uma atividade na busca de uma realidade; enquanto a técnica está ligada ao modo de se realizar a atividade de forma mais hábil, mais perfeita [...]. O método se refere ao atendimento de um objetivo, enquanto a técnica operacionaliza o método.

Outro ponto relevante durante a construção do trabalho científico é o hábito de leitura, essa é uma característica acadêmica que precisa ser desenvolvida, pois é difícil uma formação de qualidade sem muita leitura. Durante a realização da leitura para pesquisa, deve-se anotar os pontos principais em fichas de leitura, bem como a fonte consultada. Tendo por finalidade da leitura a memorização, compreensão do conteúdo, para que possa formar um senso crítico sobre o assunto.

Cervo e Bervian (2002, p. 96-99) afirma que algumas etapas devem ser seguidas, para realizar uma leitura:

- a) Pré-leitura: é a leitura de reconhecimento que examina a folha de rosto, os índices, a bibliografia, as citações ao pé da página, o prefácio, a introdução e a conclusão. Tratando-se de livro, a dica é percorrer o capítulo introdutório e o final; no caso de leitura de um capítulo, ler o primeiro parágrafo. Quando for um artigo de revista ou jornal, geralmente, a ideia está contida no título do artigo e subtítulos, que se apresentarem. Lembre que os primeiros parágrafos, em geral, tratam dos dados mais importantes;
- b) Leitura seletiva: selecionar é eliminar o dispensável para nos fixarmos no que realmente nos interessa; para tanto, é necessário definir critérios, ou seja, os objetivos do trabalho, pois somente os dados que forneçam algum conteúdo

sobre o problema da pesquisa que possam trazer uma resposta é que devem ser selecionados;

- c) Leitura crítica ou reflexiva: supõe a capacidade de escolher as ideias principais e de diferenciá-las entre si das secundárias;
- d) Dessa forma, diante da problemática de uma pesquisa, o estudante precisa fazer reflexão por meio da análise, comparação, diferenciação, síntese e do julgamento, levantando similaridades ou não, para formar sua ideia sobre o assunto. Nessa fase também, você deve ter visão global do assunto, passando para a análise das partes, chegando à síntese;
- e) Leitura interpretativa: nessa fase o pesquisador procura saber o que realmente o autor afirma e que informações transmitem para a solução dos problemas formulados na pesquisa. Chegando a essa etapa, é o momento de procedermos à integração dos dados descobertos durante a leitura na redação do trabalho de pesquisa.

Ao acadêmico vivenciar essas etapas, pode ser que apresente um bloqueio para desenvolver seus trabalhos, pois quando se inicia a vida acadêmica e se ingressa na área de pesquisa é comum o estudante ter dificuldade para realizar seus primeiros trabalhos, pois em geral falta experiência, nessa situação a ajuda de quem já tem mais conhecimento é de fundamental importância com orientações básicas tanto para a realização dos trabalhos como na hora de escrever os trabalhos realizados.

No contexto acadêmico, é de extrema relevância instrumentalizar o aluno para desenvolver pesquisas, estudos, que possam beneficiar a ciência, instruindo-o a desvendar os desafios encontrados nesse primeiro contato, para que seja capaz de desempenhar sua habilidade como estudante de forma eficaz. A disciplina Metodologia Científica, apresentada aos graduandos logo no primeiro ano da faculdade, irá contribuir para essa instrumentalização, já que é uma disciplina que estará sempre sendo colocada em prática durante a execução de todos os trabalhos de cunho científico. A metodologia a ser trabalhada servirá de sustentação para os trabalhos da faculdade.

Para Severino (2007, p. 18), Metodologia seria:

[...] um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta [...]. São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

Diante dessa afirmativa há uma necessidade de sistematizar o conhecimento científico, pois a partir disso a metodologia começa a ser instituída e atrela a pesquisa o seu pleno desenvolvimento.

Na maioria dos trabalhos acadêmicos geralmente utiliza-se a pesquisa bibliográfica, complementada com tema e dos objetivos da pesquisa, sendo esta parte redigida em texto. A disciplina Metodologia Científica vem auxiliar o acadêmico a realizar seus trabalhos obedecendo às Normas Brasileiras Registradas (NBR) fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940, órgão responsável pela normalização de trabalhos técnico-científicos no Brasil.

Durante a vida acadêmica, é extremamente necessário o hábito da leitura, o qual possa despertar o pensamento crítico do aluno, para que este seja capaz de ser formador de suas próprias opiniões, atuante e criativo na sociedade.

Libânio (2001, p. 39) afirma que:

O primeiro objetivo da disciplina de Metodologia Científica é resgatar em nossos alunos a capacidade de pensar. Pensar significa passar de um nível espontâneo, primeiro e imediato a um nível reflexivo, segundo, mediado. O pensamento pensa o próprio pensamento, para melhor captá-lo, distinguir a verdade do erro. Aprende-se a pensar à medida que se souber fazer perguntas sobre o que se pensa.

Muitas vezes, o estudante ou pesquisador, ao ser abordado para fazer um trabalho científico acadêmico, apresenta muitas dificuldades de diferenciar as características quanto à estrutura, ao conteúdo ou à forma de apresentação inerente de cada tipo de trabalho.

Lakatos e Marconi (2003, p. 234) explicam sobre trabalhos científicos acadêmicos:

[...] devem ser elaborados de acordo com as normas preestabelecidas e com os fins a que se destinam. Serem inéditos ou originais e contribuirão não só para ampliação de conhecimentos ou compreensão de certos problemas, mas também servirão de modelo ou oferecer subsídio para outros trabalhos.

A principal razão que leva o pesquisador a escrever é a necessidade de expressar os resultados de pesquisas, reflexões e estudos que realizou, em determinado período, por solicitação dos professores ou espontaneamente, por isso deve pensar em se comunicar de forma clara, precisa e objetiva.

Segundo Demo (2000), o trabalho científico leva o aluno a aprender melhor e a tornar-se um profissional capaz de usar a pesquisa como processo permanente de aprender, de renovar sua competência. Para a elaboração de um trabalho científico, deve-se ter em mente a ordenação das etapas correspondentes à sequência da investigação, bem como apresentar clareza e qualidade na escrita, linguagem clara, objetiva e direta.

Ao tratar das especificidades da disciplina de Metodologia Científica, observa-se que elas não estão restritas apenas os conteúdos reflexivos, e sim na aplicabilidade prática de recomendação para um melhor desempenho da pesquisa, nesse âmbito, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ocupa espaço relevante na medida em que é uma entidade afiliada a International Organization for Standardization (ISSO), que determina normas internacionais, fundada em 1947, com sede em Genebra (Suíça).

A Norma é um documento que fornece diretrizes, regras para atividades, com o objetivo de ordenar com qualidade determinada informação. Cada país tem suas próprias regras para normalização, que ao serem levadas para a ISO influencia a norma mundial. Como já foi mencionado, no caso do Brasil, o encaminhamento é feito através da ABNT.

Atualmente a produção acadêmica tem aumentado consideravelmente, sendo exigido na maioria dos cursos a elaboração de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), além da elaboração constante de tantos outros trabalhos como relatórios, projetos e artigos. O estímulo à produção de artigos é constante nas mais diversas áreas do conhecimento, muitas vezes carentes de materiais bibliográficos. Nesse contexto, a qualidade de trabalhos elaborados pela comunidade acadêmica recebe o suporte dado pelas normas a sua elaboração. Elas existem para facilitar o trabalho realizado tanto por acadêmicos quanto por pesquisadores, e devem ser seguidas para que obtenham maior credibilidade, porque auxiliam na diminuição da possibilidade de erros.

A presença de tantas regras, detalhes, indicações rígidas para digitação e formatação do texto, que parecem cercear a liberdade do aluno em pensar e escrever sem nenhuma exigência metodológica, faz com que o estudo de Metodologia Científica nas universidades raramente seja bem aceito pelos alunos. Em contrapartida, a metodologia objetiva bem mais do que levar o aluno a elaborar projetos, a desenvolver um trabalho monográfico ou um artigo científico como requisito final e conclusivo de um curso acadêmico. Na verdade, a ABNT pretende desenvolver a capacidade de comunicação do aluno de maneira satisfatória, para que este possa fazer uso de estruturas linguísticas coerentes, e ter uma boa argumentatividade.

5.1 As contribuições da disciplina Metodologia Científica

A disciplina Metodologia Científica colabora para gerar sujeitos críticos, reflexivos, criativos capazes de desenvolverem os métodos e técnicas científicas durante a construção dos trabalhos acadêmicos, estimulando-os a serem alunos pesquisadores,

motivados a encontrar respostas para suas indagações, além de construir conhecimentos que serão válidos durante todo o percurso da graduação.

A menção de Maia (2008, p. 7) traduz sobre a relevância da disciplina:

A metodologia, porém, objetiva bem mais do que levar o aluno a elaborar projetos, a desenvolver um trabalho monográfico ou um artigo científico como requisito final e conclusivo de um curso acadêmico. Ela almeja levar o aluno a comunicar-se de forma correta, inteligível, demonstrando um pensamento estruturado, plausível e convincente, através de regras que facilitam e estimulam à prática da leitura, da análise e interpretação de textos e conseqüentemente a formação de juízo de valor, crítica ou apreciação com argumentação plausível e coerente.

A disciplina subsidia diretrizes que possam auxiliar os alunos de graduação na realização dos trabalhos, instrumentalizando seus conhecimentos, além de despertar o gosto e o prazer pelos estudos, pois a mesma ensina técnicas de estudos que ampliam o conhecimento do graduando, que conseqüentemente será um auxílio para as disciplinas posteriores.

O termo *Metodologia* significa “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência” (DEMO, 1995, p. 11). Ainda, segundo Demo (1995), a metodologia é uma disciplina que instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando acesso aos “caminhos do processo científico”, além disso, ela visa, promover questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

Para Severino (2007, p. 17-18) o trabalho científico:

[...] refere-se ao processo de produção do próprio conhecimento científico, atividade epistemológica de apreensão do real; ao mesmo tempo, refere-se igualmente ao conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracterizam a vida intelectual do estudante [...]

A disciplina Metodologia Científica propõe metodologias que buscam auxiliar o graduando durante a formação acadêmica, pois será uma ferramenta norteadora para elaboração de trabalhos bem elaborados de acordo com as exigências técnicas, tanto nos trabalhos de individuais como em grupo.

Compreender que o estudo de metodologia científica não significa um fim, mas que a verdadeira compreensão do tema, proporcionará os meios adequados para atingir os objetivos almejados, desperta a importância desta disciplina para os futuros pesquisadores, aqueles universitários que conseguirem perceber que há ferramentas e meios diversos que podem tornar o processo de pesquisa não fácil, pois a cientificidade não é fácil por natureza, mas pode tornar mais organizada e por conseqüente uma pesquisa mais hábil e eficiente, é a maneira de organizar e dinamizar as pesquisas. É uma forma estratégica para adquirir e produzir conhecimentos. (ALMEIDA, 2016).

Vale ressaltar que esta disciplina é indispensável para o estudante acadêmico ao logo do curso, pois lhe dará as diretrizes necessárias para realizar trabalhos nas outras disciplinas cursadas, já que todos irão exigir o cumprimento das normas da ABNT.

6 CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível compreender que a disciplina Metodologia Científica pode viabilizar ferramentas as quais ajudarão o estudante durante todo o processo da vida acadêmica, pois com a presença de tantas regras, inúmeros detalhes, exigências, formação de textos acadêmicos fica difícil dá continuidade sem ter um aparato, é justamente com o auxílio dá disciplina que é possível, vencer as barreiras.

Algumas ações podem ser adotadas para reduzir as dificuldades encontradas por estes jovens acadêmicos, uma delas é o estudo de materiais didáticos que dão orientações básicas para quem almeja seguir essa carreira. Com tal medida o começo para estes estudantes torna-se menos complicada e com a organização das etapas realizadas nos trabalhos, as revisões de literaturas são muito importantes para obtenção de resultados satisfatórios.

Vive-se em um mundo competitivo, no qual existe uma corrida muito intensa pelo conhecimento, em que os conhecimentos e os avanços da ciência e tecnologia são gerados pelas pesquisas, assim atualizar-se através das diversas fontes de conhecimento é de fundamental importância. Vale ressaltar que a pesquisa durante a vida acadêmica deve ser uma atividade constante do universitário, e com o acesso à disciplina Metodologia Científica o estudante será estimulado a elaborar trabalhos de acordo com as normas exigidas.

Assim, essa disciplina provoca impactos positivos à vida do acadêmico instrumentalizando-o para o aprendizado. Através desta pesquisa pode-se perceber a necessidade que a disciplina traz ao estudante, e que diante disto, afirma-se que o objetivo geral foi cumprido com êxito, pois foram demonstradas as contribuições da disciplina Metodologia Científica para os alunos de graduação. Fica evidente a necessidade de atribuir formas, que proporcionem aos alunos da graduação, ter acesso mais detalhado às regras exigidas conforme a ABNT, demonstrar como fazer, quando e porque fazer uma pesquisa ou trabalhos mais bem elaborados, além de fazer uso das técnicas de estudo para construir uma formação de qualidade.

THE CONTRIBUTIONS OF THE DISCIPLINE SCIENTIFIC METHODOLOGY FOR STUDENTS IN GRADUATION COURSES

ABSTRACT

The Scientific Methodology is a discipline that helps undergraduate students to learn methods and techniques that will contribute to the execution of research and scientific work. In this way, the curricular content of the discipline has great relevance for academics and researchers. Thus, it is essential to highlight the importance of Scientific Methodology in higher education, through the need that the graduate has to use it as support to academic requirements. Through the bibliographic research, it is emphasized in this research about the beginning of the academic life, emphasizing the need of the graduate in being instrumented through the research, there are considerations about the Scientific Methodology and the research, about Brazilian Association of Technical Norms (ABNT), and finally, the contributions of this discipline to undergraduates, especially in the first year of graduation until the conclusion of the course.

Keyword: Scientific methodology. Researchers. Academic work. ABNT.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento de. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 57-66, jan./jun., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/92>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**: informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FICHMAN, B. Aplicações da EAD na educação formal. In: LITTO, F; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 39-46.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática.** São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual.** São Paulo: Loyola, 2001.

MAIA, Rosane Tolentino. A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. **Revista Urutagua – Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá – Paraná, n. 14, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/014/14maia.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **Pesquisa para o planejamento: métodos e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica: completo e essencial para a vida universitária.** [S.l.]: Avercamp, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia científica.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos.** Recife: Editora Rêspel, 2017.

EDUCAÇÃO E CULTURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

um estudo a partir do Projeto “Luiz Gonzaga” no Colégio Inspire Educar, no município de São José de Ribamar-MA

Elisiane Viegas Vieira *

Anderson Izydio Ribeiro Cabral**

RESUMO

A pesquisa sobre **EDUCAÇÃO E CULTURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** um estudo a partir do Projeto “Luiz Gonzaga” no Colégio Inspire Educar, no município de São José de Ribamar-MA teve como norte o seguinte questionamento: Qual a contribuição do “Projeto Luiz Gonzaga” para a formação cultural dos alunos da educação infantil do Colégio Inspire Educar? Para tanto, foi necessário ressaltar a importância da cultura no contexto educacional, conhecer aspectos da vida e obra do cantor e compositor Luiz Gonzaga e apresentar, por meio das músicas, informações sobre os costumes e tradições da população sertaneja. O trabalho foi realizado, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, em que o universo foi composto pelas seis professoras da educação infantil e a amostra foi feita com a professora do Infantil I. Diante disso, verificou-se que os alunos tornaram-se sujeitos da aprendizagem, também percebeu-se o respeito às diferenças entre os costumes, valores e hábitos existentes na sociedade e a percepção da música como elemento importante para a construção de novas aprendizagens, o que impõe a constatação de que houve o incentivo à cultura, o que proporcionou, por parte dos alunos, o conhecimento da região nordeste e do artista em razão do qual foi proposto esse projeto.

Palavras-chave: Luiz Gonzaga. Educação Infantil. Cultura. Colégio Inspire Educar.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras culturas humanas eram tribais e nômades, o que sugeria o conhecimento sendo prestado unicamente no seio do núcleo familiar. Ao longo do tempo, com as transformações da sociedade, a cultura vem cumprindo um papel de extrema importância na forma como a criança realiza a leitura de mundo, através da identificação cultural adquirida no ambiente formal e não formal. Brincadeiras, cordel, folguedos, teatro, leitura, entre outros, são importantes ferramentas que podem contribuir de forma significativa para a formação do indivíduo, moldando assim vivências, propiciando um fortalecimento no vínculo familiar das crianças com seus pais e com as pessoas que as cercam.

Por considerar a cultura de suma importância no contexto educacional, o presente artigo tem por objetivo investigar qual a contribuição do “Projeto Luiz Gonzaga” para a

* Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: lisvvieira5@gmail.com

** Graduado em Pedagogia pela UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e em História pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) com Pós-Graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico pela FACINTER (Faculdade Internacional de Curitiba). Professor do Ensino Fundamental e de História das séries finais e do Ensino Fundamental nas UEB's Galileu Santos e Professor Nascimento de Moraes, respectivamente, atreladas à Secretaria Municipal de Educação de São Luís - MA (SEMED). Professor do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: izydio@bol.com.br

formação cultural dos alunos do Infantil I do Colégio Inspire Educar, em São José de Ribamar, MA.

O “Projeto Luiz Gonzaga”, desenvolvido pelo Colégio Inspire Educar, objetiva um trabalho interdisciplinar, abrangendo o segmento do Infantil I. Ele fica localizado na Rua da Caema, quadra H, número 34, no bairro Paraíso das Rosas, na cidade de São José de Ribamar. Foi fundado em 2016, com a linha pedagógica do construtivismo interacionista.

Dessa forma, o estudo norteou-se na seguinte problemática: Qual a contribuição do “Projeto Luiz Gonzaga” para a formação cultural dos alunos do Infantil I do Colégio Inspire Educar, em São José de Ribamar, MA?

Na perspectiva de resposta ao problema, foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

- a) Os projetos culturais cooperam para a aprendizagem, integração, cidadania e inclusão social, aumentando as competências, habilidades e criatividade dos alunos. Por meio da participação efetiva deles nesse processo de pesquisa, eles constroem autonomia, criticidade e uma relação bem mais próxima com a cultura;
- b) O referido projeto proporciona às crianças do Infantil I do Colégio Inspire Educar a aquisição de conhecimentos sobre vida e obra de Luiz Gonzaga e a sua importância no contexto nacional, o contato com cultura e a visibilidade do Nordeste por meio da fauna, flora e o amor romântico retratado em suas canções.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, em que o universo foi composto pelas seis professoras da educação infantil e amostra foi feita com a professora do Infantil I. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista.

No âmbito social, o “Projeto Luiz Gonzaga” foi relevante, pois permitiu aos alunos o acesso à cultura nordestina que é bastante diversificada, uma vez que sofreu influência de africanos, europeus e indígenas, seja nos costumes, na culinária ou nas músicas. Outrossim, proporciona às crianças a oportunidade de conhecer a vida e obra de um artista de grande relevância para a cultura nacional e a valorização do sertão nordestino, contribuindo, assim, para o enriquecimento e fortalecimento cultural delas.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em quatro capítulos, apresentando-se, no primeiro, a cultura e educação, no qual foi abordado um breve entendimento sobre cultura e a possibilidade em se transformar que ela tem, ao longo do

tempo, bem como o modo de vida do homem. Nesse sentido, o indivíduo preserva sua cultura por meio dos ensinamentos de sua comunidade. Posteriormente, faz-se uma breve explanação acerca da educação, mencionando a importância de trabalhos em grupos, projetos na comunidade e na escola, oportunidade essa que as crianças têm de expor seus pensamentos e práticas culturais. Esse capítulo ainda apresenta a relação entre cultura e educação e as manifestações culturais presentes no ambiente escolar.

O terceiro capítulo tem por objetivo apresentar a análise acerca da elaboração e execução do Projeto “Luiz Gonzaga”, caracterização do campo de pesquisa, abordagem e apresentação do projeto, bem como análise e discussão de dados. No capítulo quatro, é apresentada a conclusão da pesquisa, bem como a validação das hipóteses, respondendo assim ao problema apresentado neste artigo.

2 CULTURA E EDUCAÇÃO

2.1 Breve entendimento sobre cultura

Ao discorrer sobre cultura, não se imagina a gama de significados, contextos e saberes que ela abrange. O homem, ao mesmo tempo que produz cultura, é modificado por ela ao longo das transformações da sociedade. Ao praticar cultura, o homem faz-se e refaz-se. Essas múltiplas práticas humanas criam uma saudável pluralidade de conceitos, ou seja, várias maneiras de serem humanos estabelecidos pelas necessidades e condições de sua realidade. A partir do momento que se reconhece os mais distintos tipos de cultura, aprende-se a respeitar e a refletir acerca do modo de vida. Quando se é confrontado a outras culturas, passa-se olhar com importância, constituindo assim a aceitação e relação com a diversidade cultural tão rica no Brasil, bem como no estado.

A Declaração de Friburgo (apud MEYER-BISCH; BIDAULT 2014, p. 20-21), artigo 2º, ao mencionar a cultura, considera que:

O termo ‘cultura’ abrange os valores, as crenças, as convicções, as línguas, os saberes e as artes, as tradições, instituições e modos de vida através dos quais uma pessoa ou um grupo expressa sua humanidade e o significado que ela ou ele dá a sua existência e a seu desenvolvimento.

O indivíduo demonstra, por meio das manifestações culturais, sua identidade, estabelece conceitos de vida, valores e tradições de seu povo ou comunidade. Ao expressar-se com produção de objetos, música, dança, pintura, artesanato, entre outros, são retratados seus anseios e histórias, bem como conquistas e mazelas da sociedade da qual fazem parte,

refletindo a respeito da maneira com que olham para o próprio lugar de vida, atuando de forma efetiva, contribuindo de forma significativa, propondo o fortalecimento dos laços e das histórias, crenças e tradições praticadas e, por conseguinte, cooperando para valorização cultural.

Vale ressaltar que cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. (SANTOS, 2006).

Pode-se entender o contexto histórico de um grupo social ou uma comunidade, por meio da cultura deles. Todo o modo de vida, relações sociais, políticas e econômicas são baseadas e fundamentas no contexto cultural no qual tiveram origem, o que até hoje reflete nos indivíduos do grupo do qual fazem parte ou que habitam em determinado território.

A riqueza de formas das culturas e suas relações fala bem de perto a cada pessoa, já que é um convite a cada um para que se veja como ser social. Além disso, faz com que se pense na natureza dos todos grupos sociais de que se faz parte, promove indagações acerca das razões da realidade social que se partilha e das forças que as mantêm e as transformam. (SANTOS, 2006). Portanto, deve-se visualizar a diversidade cultural e compreendê-la como uma importante ferramenta, pois existem diversas culturas ao redor do mundo. A partir delas, formam-se as identidades culturais dos indivíduos, originadas desde o processo de colonização, o que resultou na miscigenação dos povos, cada um levando seus costumes e suas tradições aos territórios conquistados.

O autor Raymond Williams (1969), sociólogo da cultura, escritor e crítico e literário alega que, apenas no século XVIII, a palavra cultura passa a significar o termo civilização, desse modo sugerindo refinamento. Destarte, esse termo passou a ser utilizado como correspondente à civilização, sugerindo ordenamento e educação, indivíduo educado, em oposição, ao ser primitivo, selvagem ou bárbaro. Sendo assim, os termos cultura e civilização eram considerados iguais. Nesse sentido, entende-se que há um tempo, ao se falar em cultura, estava-se fazendo referência a pessoas que tinham acesso a uma educação de qualidade, pessoas de berço, ou seja, pessoas com o poder aquisitivo elevado em relação a outras. Em suma, pessoas com essas características eram indivíduos que possuíam cultura.

Assim, atualmente, quando se refere à cultura, pensa-se em música, arte, culinária, festas típicas, cinema, pintura, escultura, teatro ou no que diz respeito às festas e cerimônias

tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou ainda o modo de comer, vestir, falar etc. Várias habilidades que os indivíduos constroem e conseguem produzir durante uma trajetória podem ser transmitidas, ensinadas e apreendidas de geração para geração. Nesse expediente, o processo cultural é construído por meio das interações socioafetivas e da construção de definições com os elementos presentes em determinado grupo ou sociedade. Essas são repassadas de geração para geração e estão sujeitas a alterações devido a essas interações individuais e de grupo, isto é,

Cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente. (GOHN, 2005, p. 98).

A cultura, ao longo do tempo, pode transformar-se, assim como o modo de vida do homem, a forma como se alimenta, se veste, interage com a natureza, entre outras ações. Não obstante sofra essas modificações que ocorrem, muitas vezes, até de forma natural, o indivíduo preserva sua cultura por meio dos ensinamentos e da tradição cultural de sua comunidade. Desse modo, pode-se constatar que a preservação da cultura de um povo ocorre na transmissão, ou seja, no repasse de informações para os indivíduos mais jovens do grupo, de modo que esses possam prosseguir levando a adiante qualquer manifestação cultural pertencente ao seu grupo social. Esse é o fundamento que alicerça e identifica um povo, aprendendo acerca da cultura, valoriza-se o país.

2.2 Breve entendimento sobre Educação

O termo “educação” na etimologia tem origem latina, por intermédio de dois termos: *educare*, que significa alimentar, cuidar e criar, referindo-se tanto às crianças quanto aos animais em geral e às plantas; e *educere*, que significa modificar de estado, tirar para fora, conduzir para. (LIBÂNEO, 2004b, p. 72). Esses dois termos são sintetizados na palavra *educatio*, que é traduzida como “educação”.

Sendo assim, o termo educação, uma espécie de síntese de *educare* e *educere*, remete ao seguinte entendimento: “[...] criação, tratamento, cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de determinado meio social”. (LIBÂNEO, 2004b, p. 72). De fato, esse significado condiz com o que foi abordado acima, pois educar está intimamente ligado ao fato de cuidar, de conduzir, de

mediar, principalmente no que tange à educação infantil, na qual a criança está em pleno desenvolvimento das atividades cognitivas e socioafetivas, bem como do processo histórico cultural.

Dessa maneira, pode-se verificar que o processo educativo vem da prática, da vivência diária e de suas trocas que ocorrem de forma natural, pois a todo momento o homem produz cultura e a transmite, bem como, o meio no qual está inserido. É condição *sine qua non* a colaboração mútua entre os indivíduos, para que haja essa troca de valores, saberes, conhecimento.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, versa em seu artigo 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996). Expressar-se culturalmente seja por meio da fala, da linguagem corporal, entre outras, é uma característica inerente à criança, a qual tem esse direito assegurado nas diretrizes e bases da educação nacional como foi citado no artigo acima. Ao participar de trabalhos em grupo, projetos em comunidade e na escola, a criança tem a oportunidade de expor pensamentos e práticas culturais influenciadas pelo meio ao qual faz parte e por sua família. Esse processo é de grande importância na formação da criança e no processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, usar esses elementos e seus produtos culturais pode ajudar a criança a desenvolver o modo de vida, as relações com outras crianças, de modo que ela também é atraída por amostras da cultura. Assim, a realização de projetos no âmbito educacional contribui de maneira significativa para o que foi supramencionado. Busca-se refletir, então, acerca da relação entre cultura e educação, tendo como referência alguns estudos e estudiosos que abordaram esse tema.

2.3 Breve entendimento sobre Cultura e Educação

Há uma relação mútua desempenhada entre educação e manifestações culturais no ambiente escolar, ambas complementam-se, já que a escola produz cultura por meio de projetos socioculturais, ambientais, entre outros, bem como os ensinamentos diários dos educadores que são profissionais imprescindíveis nos processos de transformação da sociedade. Ademais as experiências vivenciadas pelas crianças fora do ambiente escolar contribuem, de forma expressiva, para a formação da identidade cultural, uma vez que o meio

social é educativo e todos os estabelecimentos sociais que a criança frequenta são espaços educativos constantes, contínuos e permanentes.

Do ponto de vista de Libâneo (2004a, p. 61),

É preciso considerar, que os alunos trazem para a escola e para as salas de aula um conjunto de significados, valores, crenças, modos de agir, resultante de aprendizagens informais, que muitos autores chamam de cultura paralela ou currículo extraescolar. Na verdade, esses são conhecimentos construídos no seio do mundo. Esses valores vão dar suporte fundamental na hora de elaborar uma ideia ou uma concepção da realidade.

As experiências de aprendizado de uma criança que vive em uma cultura sem sistema de educação oficial são moldadas pela participação ou observação dos adultos praticando atividades culturalmente pertinentes. Por exemplo, na cultura camponesa tradicional maia, as meninas aprendem a tecer com suas mães, a criança traz sua bagagem cultural do seio familiar, das brincadeiras de rua, da igreja que frequenta, da casa de amigos e parentes de forma geral, ela interage e absorve a cultura do meio no qual está inserida. Ao iniciar a vida escolar, a criança traz consigo todo esse entendimento que se junta ao entendimento das outras crianças. Com fundamento nisso, é que se afirma que os valores de natureza familiar podem ser vistos como ponto inicial, ou seja, ponto de partida para novas aprendizagens, em razão de a cultura exercer uma influência sobre diversos aspectos do desenvolvimento da criança.

Soma-se a isso, o entendimento dos professores e da escola, juntamente com a linha pedagógica. O pensar em educação deve ter por base o diálogo sobre a função social que é formar cidadão com competência e habilidade para as atividades do dia a dia. Esse conhecimento proveniente do ambiente social é tão importante para o ensino-aprendizagem que pode ser uma direção na formulação de material pedagógico, pela qual o professor visa incluir os conteúdos trabalhados por meio de uma atividade da atualidade, visto que está relacionada com a realidade dos alunos, mas também promove novos saberes.

Para que a cultura, de fato, faça parte do processo educativo, é necessário que o profissional da área de educação tenha inteira consciência de sua formação cultural e da importância dessa para o processo de ensino aprendizagem do aluno. Com base nisso, tem-se documentos e legislações. O art. 26 da Lei 12.796/2013, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) coloca a cultura como necessária e obrigatória no processo educativo, haja vista que “[...] nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”. (FREIRE, 1979, p. 61).

Relacionando educação e cultura, a concepção de Durkheim (1972, p. 41) afirma que:

Educação é uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social e tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destina.

Em vista disso, pode-se entender a educação como ajustamento, acomodação, ou seja, o indivíduo absorve a cultura existente no meio no qual está inserido e continua preservando os costumes que aprendeu sem nenhum questionamento de seus costumes e modo de viver, fortalecendo suas vivências, aceitando, assim, de forma passiva, a cultura que lhe foi imposta. Essas podem ser consideradas percepções referentes à educação, não almejam nenhuma modificação na esfera social, mas a modesta preservação da cultura. Por sua vez, é igualmente recebida a percepção que abrange a educação como ação transformadora da sociedade e do indivíduo crítico, reflexivo, autônomo, à procura de respostas para os problemas da atualidade.

Toda atuação transformadora deve propor alternativas que, dessa forma, devem estar coesas com os fins dos sujeitos a quem se propõe. Toda ação educativa incide em uma conjuntura histórico-cultural, sempre que há pessoas interagindo, há uma ação educativa acontecendo na prática, que, portanto, é configurada por elementos de extrema significância cultural.

Dessa forma, o ato de a criança observar, imitar o adulto e levar suas experiências adquiridas no meio do qual faz parte e está inserida, interagir com outras crianças, absorver ensinamentos que são transmitidos de geração a geração permite refletir acerca da importância de contextos culturais específicos na formação dos sujeitos e de sua identidade cultural. “A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural”. (LIBÂNEO, 2004b, p. 97). O cotidiano da criança perpassa por processos educativos, seja pela educação formal ou informal e isso está diretamente ligado ao meio social com o qual convive. Soma-se a isso os saberes, as vivências, o modo de viver da criança e de seus antepassados, que a princípio apresenta-se de maneira individual e, posteriormente, de forma coletiva, sobretudo, no ambiente escolar, onde a criança desenvolve-se em diversas áreas do conhecimento.

Na visão de Brandão (2003, p. 25):

Ao que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura”. O mesmo autor além disso coopera assegurando que ‘educamos para tornar interior a

peças uma cultura que as antecede, uma cultura que as conforma e que, em contrapartida existe nas e através das interações entre as pessoas' (Brandão p. 141). Desse modo, 'para a antropologia todo o acontecimento da educação existe como um momento motivado da cultura. Mas toda a cultura humana é um fruto direto do trabalho da educação' (Brandão p. 141) e, a 'educação é uma ação e um processo de formação pelo qual os indivíduos podem integrar-se criativamente na cultura em que vivem' (Libâneo, 2004b, p. 162). Brandão (2003, p. 170), contudo, é enfático ao afirmar que o lugar de realização da mente humana é a cultura.

A cultura torna-se, assim, alicerce para a educação. A socialização e o aprendizado ocorrem desta maneira, dentro da conjuntura social de determinados grupos ou sociedades, fundamentando-se na história e nos aprendizados sociais deles. Os indivíduos são formados pela cultura com que convivem, seja em ambiente formal ou não formal, absorvem, ou seja, acolhem essa cultura e a transmitem para as futuras gerações.

Portanto, faz-se necessário o Colégio Inspire Educar abordar, com os alunos do infantil I, de forma lúdica, utilizando a música como forma de expressão, a trajetória de vida de Luiz Gonzaga, desde o dia do seu nascimento em 1912 até sua morte em 1989, por meio de um projeto interdisciplinar que ressalta a riqueza da cultura nordestina em seus diversos aspectos. De mesmo modo, é relevante a apresentação da música, da vestimenta, dos instrumentos musicais, da alimentação, das estações do ano. Assim, há uma contribuição para um conhecimento expressivo no que cerne à região Nordeste, ao serem empregadas como instrumento as músicas e letras desse grande compositor e de seus parceiros. Evidencia-se, com isso, que as músicas do cantor e compositor são de extrema importância na formação de um indivíduo crítico, reflexivo, autônomo, capaz de intervir na sociedade em que vive, tornando-se assim um agente transformador.

A escola deve se envolver com a cultura de seus alunos e tal tema é facilmente encontrado em músicas de Luiz Gonzaga. O acesso a essas, para quem ainda não lê, poderá ser feito através da interferência do professor alfabetizador, através da leitura oral em classe. Uma música pode ser um pretexto para introduzir um assunto. Pois além de ser uma atividade prazerosa, pode contribuir para o enriquecimento cultural. Isto nos favorece a obra de Luiz Gonzaga. (ALMEIDA, 2005, p. 17).

Entende-se que o uso da música na educação brasileira ainda é concebido como uma recreação, um passatempo, um recurso utilizado em momentos em que não é possível cumprir o planejamento escolar ou como uma distração para as crianças, sem a dimensão devida como material didático-pedagógico que possa cooperar para o desenvolvimento no ensino aprendido do aluno e a formação do cidadão. De acordo com Libâneo et al. (2010, p. 14): "As escolas precisam passar por profundas transformações em suas práticas e culturas para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo".

As escolas podem buscar novas estratégias para inserir a música no cotidiano das crianças, pois ela possui caráter racional, subjetivo e emocional e certamente poderá contribuir, de forma efetiva, no processo ensino-aprendizagem. Vale ressaltar que, por apresentar natureza interdisciplinar, pode ser aplicada em qualquer disciplina. A grande questão, atualmente, é desenvolver as crianças e os jovens, assegurando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de maneira que obtenham requisitos para encarar as imposições do mundo contemporâneo.

3 EDUCAÇÃO E CULTURA: análise acerca da elaboração e execução do Projeto “Luiz Gonzaga” no Colégio Inspire Educar, no município de São José de Ribamar-MA

3.1 Caracterização do campo de pesquisa

O Colégio Inspire Educar fica localizado na Rua da Caema, quadra H, número 34 no bairro Paraíso das Rosas, na cidade de São José de Ribamar, MA. Foi fundado em 2016 e, atualmente, conta com o número aproximado de 150 alunos, 10 funcionários, entre eles, professores, porteiro, coordenadora e auxiliares de limpeza. Oferece salas climatizadas, atende aos segmentos, Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, com conforto e praticidade, salão de festas, parque arejado com brinquedos seguros e modernos.

As informações que se seguem foram fornecidas pelo Colégio Inspire Educar, tendo como base o Manual da Família 2018, ou seja, consiste em uma breve transcrição.

O Colégio Inspire Educar tem sua educação baseada na proposta construtivista interacionista, tendo por objetivo a construção do conhecimento, o diálogo e a construção de valores, baseados em princípios, a saber:

- a) Educação com princípios cristãos;
- b) Incentivo à criatividade;
- c) Preocupação e ação com a sustentabilidade do Meio Ambiente;
- d) Promoção na criança da capacidade de criticar, argumentar, de transformar e de inventar;
- e) Priorização de um sistema de valores que considera a justiça, a verdade, a solidariedade, a criação de regras essenciais para a formação do ser humano;
- f) Valorização da participação da família no desenvolvimento da criança;
- g) Estímulo ao brincar, o cuidar e o educar;

- h) Respeito à diversidade e sua valorização, desenvolvendo valores éticos e morais;
- i) Equipe em constante processo de qualificação.

O empenho maior é proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, que desenvolva suas habilidades, atitudes e conhecimentos. É essencial que se promova reflexão, criatividade, autonomia, convivência em grupo e responsabilidade, para a formação de indivíduos competentes, solidários e conscientes de seu papel na sociedade.

A proposta pedagógica é contribuir para formação de um cidadão ético e solidário, que respeite o próximo, valorize a relação com Deus, fundamentada em princípios bíblicos e na concepção construtivista de desenvolvimento e aprendizagem. Com base no princípio “Fazer educação é a nossa inspiração”, a escola reafirma o compromisso de promover uma educação de excelência.

O Colégio Inspire Educar valoriza e prioriza a educação de seus alunos, proporcionando condições necessárias para o desenvolvimento de seu potencial, fazendo-os perceber que o esforço de cada um e de todos juntos faz a diferença. Acredita-se, também, que uma relação efetiva entre Família e Escola é essencial para uma educação baseada no exemplo, no diálogo e na construção de valores. O objetivo principal do trabalho que é desenvolvido consiste em criar alicerces bem formados na história do aluno, para que, ao atingir a idade adulta, tenha desenvolvido todas as suas capacidades para atuar na história da humanidade.

3.2 Abordagem sobre o Projeto “Luiz Gonzaga” no Colégio Inspire Educar

O Colégio Inspire Educar propôs-se a contar a trajetória de vida de Luiz Gonzaga, desde o dia de seu nascimento em 1912 até sua morte em 1989, ressaltando a riqueza da cultura nordestina e reivindicando atenção da sociedade para o povo esquecido do sertão. Vale destacar que as informações que se seguem foram fornecidas pelo Colégio Inspire Educar, por meio do Projeto Interdisciplinar Luiz Gonzaga – 2017, com o tema – “Luiz Gonzaga: A vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão”.

Isto posto, surgiu o Projeto interdisciplinar Luiz Gonzaga, intitulado “**Luiz Gonzaga: a vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão**”, com o objetivo de construir um significativo e interdisciplinar projeto sobre a região Nordeste, utilizando como instrumento, as músicas e letras desse grande compositor e de seus parceiros. Além do objetivo supracitado, foram estabelecidos outros:

- a) Elaborar um estudo antológico da vida de Luiz Gonzaga e como esta influenciou a cultura brasileira nos 40 anos de baião, promovendo um conhecimento aprofundado de uma das figuras mais conhecidas e relevantes do país;
- b) Divulgar a vida e obra do grande compositor e músico Luiz Gonzaga, considerando o pernambucano em destaque do século XX;
- c) Mostrar as dificuldades enfrentadas pelo povo sertanejo;
- d) Apresentar a beleza e a riqueza da nossa raiz;
- e) Apreciar a música e o ritmo deixados pelo rei do baião. (COLÉGIO INSPIRE EDUCAR, 2017).

A justificativa do projeto decorre do fato de Luiz Gonzaga ser um mestre da música. Foi ele quem abriu as portas da música nordestina para o centro-sul do país. Estilizou e recriou a riqueza musical do Nordeste e popularizou gêneros regionais, como toada, aboio, xote, chamego e xaxado.

Na década de 1940, tendo o rádio como principal meio de difusão cultural do país, a música de Gonzaga virou um fenômeno em todo o Brasil. A obra do referido autor é marcada pela inventividade, originalidade e qualidade de repertório. Asa branca, por exemplo, é ainda hoje cantada em todos os cantos do país, fazendo parte do imaginário popular.

Luiz Gonzaga teve parceiros brilhantes, como Zé Dantas e Humberto Teixeira. A sua tão popular sanfona passou a ser um instrumento constante do repertório da música brasileira. O conjunto da obra de Gonzaga influenciou artistas como Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Dominguinhos, entre outros. Chegou a ser renegado pela elite cultural do país, mas logo ganhou reconhecimento e devidas homenagens pela sua contribuição à cultura brasileira.

Exemplo de vida na arte, Gonzaga tornou-se referência para todas as gerações de cantores, compositores e sanfoneiros que vieram depois dele. Entretanto, a globalização e a mídia, que tem invadido a casa, os olhos e ouvidos da sociedade, ajudam a colocar no esquecimento essa cultura que é singular e até mesmo o próprio sertanejo. Fato esse bastante preocupante, uma vez que atinge principalmente as crianças e adolescentes. Pode-se observar hoje que muitos deles já ouviram falar de Luiz Gonzaga, porém poucos sabem da grandeza de importância para o cenário cultural brasileiro.

Além de conhecer a história de Luiz Gonzaga, por meio do projeto, as crianças trabalharam com as lindas canções, bem como prestaram homenagens aos seus seguidores, a exemplo de Flávio Baião, Adelmário Coelho, Raimundinho do Acordeon, Targino Gondim, Wanderley do Nordeste, entre outros. Propõe-se, então, um mergulho na obra do ponto de

vista antológico, procurando investigar o surgimento dos temas abordados por Luiz Gonzaga como a saudade, a tristeza em deixar a terra natal, a política e a religião. Salienta-se, também, a necessidade de conhecer os compositores nordestinos, fazendo uma análise fonográfica dos ritmos.

O projeto foi realizado no mês de fevereiro, nos dias 9, 13, 14, 15 e 22. Foram realizados seis encontros, cinco para a execução do projeto e um para a culminância. *A priori*, foi trabalhada a biografia de Luiz Gonzaga juntamente com o tema do projeto. Em seguida, foi pedido aos alunos que fizessem uma pesquisa, sobre a vida de Luiz Gonzaga com ilustrações, para *a posteriori* ser feita a socialização em sala e a organização de um painel. A partir dessa etapa, foram confeccionados os instrumentos. A pesquisa foi socializada por meio de cartaz e deu-se início aos ensaios para a culminância do projeto. Posteriormente, foi realizada a culminância do projeto com um delicioso lanche com comidas típicas da região nordeste.

Abaixo, tem-se as atividades que foram realizadas para o desenvolvimento do projeto:

- Pesquisa para a coleta de dados;
- Lista de palavras relacionados ao tema;
- Exposição da biografia de Luiz Gonzaga;
- Vídeos das músicas utilizadas no projeto:
- Xote das meninas (Infantil I)
- Coreografias;
- Leitura e escrita.

No Infantil I, foi confeccionada uma sanfona. Além disso, houve ensaios da música de Luiz Gonzaga para a culminância do projeto. Por fim, foi feita a escolha do traje para o dia da culminância.

Vale ressaltar que os pais também participaram do projeto. No infantil I, foi pedido que eles ajudassem as crianças trazendo gravuras, fotos, reportagens, curiosidades sobre a vida de Luiz Gonzaga, a fim de que pudessem montar um grande painel.

Ao final do projeto, foi realizada a avaliação por meio de observações diárias, durante todo o processo das atividades propostas pelos professores. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos: interesse, dedicação, criatividade, contextualidade, empenho, dentre outros.

3.3 Apresentação, análise e discussão de dados

Para a efetivação da pesquisa, foi aplicada uma entrevista (APÊNDICE A) com a professora do Infantil I, a qual contém 5 (cinco) questões com o intuito de verificar a relação entre cultura e educação, bem como analisar a eficácia do Projeto Luiz Gonzaga. Desta feita, o primeiro questionamento foi: Como você percebe a cultura no âmbito da Educação Infantil? Quais as competências e habilidades foram desenvolvidas pelos alunos para promover um aprendizado reflexivo e significativo?

Como resposta, obteve-se: *“A cultura desempenha uma função essencial na forma como a criança interpreta o meio. Uma diferença determinante entre a aprendizagem da criança e qualquer sistema técnico inteligente é que tais sistemas podem reconhecer e organizar informações, mas não podem captar seu significado e a adoção de ferramentas culturais adequadas – símbolos, significados, roteiros, objetivos, etc. – da atividade humana são os desafios básicos da aprendizagem inicial”*.

Pelo relato da professora, percebe-se que é imprescindível ter-se em mente que as crianças ainda não conseguem compreender e avaliar, conscientemente, a definição de mundo. No início do desenvolvimento, as crianças não são capazes de assimilar a organização social da interação, porém à medida que crescem, conseguem maior autonomia nos grupos infantis em que estão inseridas. No entanto, observou-se que a professora não responde objetivamente quais as habilidades e competências adquiridas e ou desenvolvidas pelos seus alunos durante a execução do projeto Luiz Gonzaga.

O segundo questionamento foi: Qual a importância de divulgar a vida e obra do grande compositor e músico Luiz Gonzaga por meio do projeto interdisciplinar no Colégio Inspire Educar? Como foi a escolha do repertório, para que os alunos pudessem conhecer a diversidade e a riqueza das músicas do rei do baião?

Sendo a resposta para as perguntas acima: *“O projeto visou contar a trajetória de vida do grande Luiz Gonzaga, desde o seu nascimento em 1912 até sua morte em 1989, como também, ressaltar a riqueza da cultura nordestina e reivindicar atenção da sociedade para o povo esquecido do sertão, utilizando como instrumento as músicas”*.

Nos dois questionamentos feitos, a professora não foi objetiva em sua resposta, respondendo de forma superficial, uma vez que todos reconhecem a importância de Luiz Gonzaga no contexto nacional. Mencionou apenas que o projeto visou contar a trajetória de vida do grande Luiz Gonzaga, desde o seu nascimento em 1912 até sua morte em 1989, como também, ressaltar a riqueza da cultura nordestina e reivindicar a atenção da sociedade para o

povo esquecido do sertão, utilizando como instrumento as músicas. A referida docente não se manifestou no que diz respeito ao questionamento feito sobre a escolha do repertório do artista.

O terceiro questionamento foi: De que forma o projeto contribuiu nas aulas e nas atividades propostas em sala de aula?

Sendo esse respondido da seguinte forma: *“Contribuiu significativamente no despertar da curiosidade, trabalho em grupo e individual, além de desenvolver o interesse pela musicalização. O papel de cada instrumento no Baião: a sanfona tem a função harmônica e melódica, já a base rítmica é formada pelo zabumba, que marca o tempo, e pelo triângulo, no contratempo”*.

A professora descreveu que houve contribuição significativa nas aulas e nas atividades, visto que o projeto proporcionou o interesse e a curiosidade dos alunos, bem como auxiliou no desenvolvimento de habilidades afetivas e emocionais, como: trabalho coletivo, respeito às opiniões dos outros, colaboração, convivência, capacidade argumentativa e melhor aceitação das frustrações, erros e acertos. Ademais, a musicalização foi um atrativo para as crianças, uma peça fundamental e colaborativa nesse processo de aprendizagem, ou seja, com os ouvidos atentos e com a orientação da professora, foi possível entender o papel de cada instrumento.

Os PCN's sugerem o trabalho da música como produto cultural e histórico, por intermédio de “[...] movimentos musicais e obras de diferentes épocas e culturas, associados a outras linguagens artísticas, no contexto histórico, social e geográfico, observados na sua diversidade”. (BRASIL, 1997, p. 56).

O quarto questionamento foi: Houve a participação da família na construção e ou na execução do projeto?

“Sim, por meio da pesquisa, contribuição com instrumentos e incentivo à cultura”, respondeu a questionada.

De forma bem rápida e um pouco limitada, a professora relatou que a família participou, realizando pesquisas sobre o tema proposto, contribuindo, dessa forma, com incentivo à cultura. Sendo assim, faz-se necessário um bom relacionamento entre a família e a escola. Essa relação deve estar presente em qualquer trabalho educacional que contenha como principal objetivo o aluno, de modo a propiciar um bom desempenho escolar e social às crianças.

Nesse diapasão, Reis (2007, p. 6) menciona que: “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez

escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”.

O quinto questionamento foi: Analisar as músicas de Luiz Gonzaga sobre um ponto de vista histórico abriu a possibilidade de os alunos aprofundarem seu conhecimento a respeito da região nordeste de maneira prazerosa? O projeto Luiz Gonzaga possibilitou a construção da valorização das diferentes culturas existentes no Brasil?

Diante desse questionamento, a entrevistada manifestou-se da seguinte maneira: *“Sim, além da temática da seca e da pobreza, o sanfoneiro atribuiu outras imagens e símbolos ao sertanejo. São muitas as músicas em que está presente a poesia, a alegria, a dedicação ao trabalho, a bravura, a beleza e a coragem do povo nordestino”*.

A música não substitui o restante da educação, ela tem como função atingir o ser humano em sua totalidade. A educação tem como meta desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que é capaz. Porém, sem a utilização da música, não é possível atingir essa meta, pois nenhuma outra atividade consegue levar o indivíduo a agir. A música atinge a motricidade e a sensorialidade por meio do ritmo e do som, e por meio da melodia, atinge a afetividade. (SCAGNOLATO, 2009).

A resposta foi satisfatória no que tange à abordagem da temática da seca e da pobreza do sertão nordestino, bem como a atribuição de outras características do povo sertanejo, o drama do retirante aparece com fortes elementos de crítica social e de protesto. Todas essas temáticas foram representadas nas músicas do Rei do Baião, proporcionando, assim, aos alunos, o conhecimento da região nordeste e do artista em razão do qual foi proposto esse projeto. Além de colaborar para que vários conhecimentos sejam com mais facilidade apreendidos pela criança, a música faz com que ela desenvolva criatividade, subjetividade e exerça liberdade de expressão. Vale ressaltar que a professora não deixou claro em sua resposta se o projeto possibilitou a construção da valorização de outras culturas existentes nas outras regiões do Brasil.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo procurou averiguar qual a contribuição do Projeto Luiz Gonzaga: A vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão para a formação cultural dos alunos do Infantil I do Colégio Inspire Educar. Notou-se que o referido colégio buscou, por meio do Projeto “Luiz Gonzaga”, contribuir na formação educacional dos alunos matriculados no Infantil I do ano de 2017. Esse projeto foi utilizado como uma

metodologia de trabalho destinada a dar vida ao conteúdo proposto, tornando a escola mais atraente para as crianças. Outrossim, visou torná-las sujeitos da aprendizagem, o que foi determinante na construção de seus saberes, bem como na constante interação com os meios ao seu redor.

A professora do Infantil I, ao longo de suas intervenções, estimulou, observou e mediou, criando situações de aprendizagem significativa por meio das músicas, da confecção dos instrumentos musicais utilizados pelo Rei do Baião, do cartaz sobre a importância de Luiz Gonzaga para a nossa cultura. Notou-se essas contribuições, por meio das coreografias que foram ensaiadas para a apresentação da culminância do projeto e da vestimenta que se tornou uma característica inconfundível de Gonzagão.

Percebeu-se que o projeto foi uma forma dinâmica e prazerosa que o Colégio Inspire Educar encontrou de organizar o trabalho, com objetivos e metas claras de construção do conhecimento e de desenvolvimento integral da criança, o que proporcionou momentos significativos. Pôde-se, assim, evidenciar a possibilidade constante de relação entre teoria e prática, de inclusão da pesquisa e da construção da autonomia da criança.

Trabalhar música com os alunos foi importante na educação infantil do colégio, porque despertou o lado lúdico. Vale frisar que aperfeiçoou o conhecimento, a socialização, a alfabetização, a inteligência, a capacidade de expressão, a coordenação motora, a percepção sonora e espacial, a matemática, entre outros.

As hipóteses estabelecidas na introdução desse trabalho foram validadas à medida que o projeto cultural cooperou para a aprendizagem, a integração, cidadania e a inclusão social. Apesar de a professora, durante a entrevista, não ter respondido com clareza, percebeu-se que o projeto em questão aumentou as competências, habilidades e criatividade dos alunos, por meio da participação efetiva deles nesse processo de pesquisa. Os educandos construíram maior autonomia, criticidade e uma relação bem mais próxima com a cultura, o que proporcionou-lhes a aquisição de conhecimentos sobre vida e obra de Luiz Gonzaga e a importância desse para o contexto nacional, o contato com a cultura e a visibilidade do Nordeste por meio da fauna, flora e o amor romântico retratado em suas canções.

Foi possível constatar que a realização do Projeto “Luiz Gonzaga: A vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão” revelou aos alunos o quão rica é a cultura nordestina, sobretudo, a representada pelo músico Luiz Gonzaga, o qual ficou nacionalmente conhecido como o Rei do Baião. A utilização de recursos concretos como as vestimentas e os instrumentos musicais colaboraram para o aprendizado das crianças de forma prazerosa, lúdica.

Os discentes cantaram e dançaram as músicas, podendo assim vivenciar e compartilhar experiências sobre o projeto proposto pelo colégio, em um mundo extremamente ligado à internet. Essa busca é fundamental para que as crianças conheçam e aprofundem-se em uma cultura tão rica como é a nordestina, muito bem representada pelo Rei do Baião. Ademais, é possível, por meio do acesso a essas experiências, ensinar às crianças o respeito às diferenças de costumes, valores e hábitos existentes na sociedade brasileira. É importante considerar-se que, ao longo das aulas e no decorrer do projeto, os alunos perceberam a música como elemento essencial para a construção de novas aprendizagens.

Houve, também, a participação da família, o colégio informou aos pais dos educandos, utilizando a agenda escolar quanto a todas as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto. Os pais puderam participar, por meio de pesquisas sobre a vida de Luiz Gonzaga, imagens do artista, bem como material para confecção dos trabalhos manuais que foram feitos pelos discentes. Esses foram, então, expostos no dia da culminância do projeto e, assim, os pais contribuíram com essas ferramentas e incentivos à cultura dos filhos, o que proporcionou aos alunos o conhecimento da região nordeste e do artista em razão do qual foi proposto esse projeto. Uma grande culminância, com a apresentação dos alunos, marcou a finalização desse belíssimo projeto.

EDUCATION AND CULTURE IN CHILDREN EDUCATION:

a study from the “Luiz Gonzaga” Project at the Inspire Educar College, in the municipality of
São José de Ribamar-MA

ABSTRACT

The research on EDUCATION AND CULTURE IN CHILDREN EDUCATION: a study from the "Luiz Gonzaga" Project at the Inspire Educar College, in the municipality of São José de Ribamar-MA, the research guided the following questioning to investigate the contribution of the "Project Luiz Gonzaga" For the cultural training of their children's education students at Inspire Educar College. For that, it was necessary to emphasize the importance of culture in the educational context, to know aspects of the life and work of the singer and composer Luiz Gonzaga and to present, through music, information about the customs and traditions of the Sertanean population. The work was carried out through the bibliographical and field research, where the universe was composed by the six teachers of the children's education and sample was the teacher of the infantile I. With this, it was verified that the students became subjects of the learning, the respect the differences between the customs, values and habits existing in our society and the perception of music as an important element for the construction of new learning, which imposes the confirmation that there was an incentive to culture which provided students with the knowledge of northeast region and the artist to whom this project was proposed.

Keywords: Luiz Gonzaga. Child education. Culture. Inspire Educate College.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Augusto de. **Luiz Gonzaga para alfabetização de jovens e adultos - Curso de formação de alfabetizadores**. UFS, São Cristóvão, Sergipe, 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/LuizGonzaga_JoseAugustoAlmeida.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

COLEGIO INSPIRE EDUCAR. Projeto interdisciplinar Luiz Gonzaga. **Luiz Gonzaga: a vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão**. São José de Ribamar, 2017.

DÜRKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOHN, Maria da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. ed. São Paulo: Alternativa, 2004a.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

MEYER-BISCH, Patrice; BIDAULT, Myléne. **Afirmar os direitos culturais: comentário à Declaração de Friburgo**. Tradução de Ana Goldberger. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2014. Disponível em: <www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2018.

REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. **Mundo Jovem**: um jornal de ideias, ano XLV, n. 373, fev. 2007.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SCAGNOLATO, Lindací Alves de Souza. **A importância da música no desenvolvimento infantil**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/16851/1/a-importancia-damusica-no-desenvolvimento-infantil/pagina1.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade 1790-1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO
CURSO DE PEDAGOGIA

O presente Roteiro de Entrevista objetiva coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema é **Luiz Gonzaga: A vida de um viajante tocando, cantando e dançando Gonzagão**. Esse instrumento pretende verificar qual a contribuição do “Projeto Luiz Gonzaga” para a formação cultural dos alunos do Infantil I do Colégio Inspire Educar em São José de Ribamar, MA.

Desde já, agradeço a atenção dispensada.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À PROFESSORA DO INFANTIL I

- 1) Como você percebe a cultura no âmbito da Educação Infantil? Quais as competências e habilidades foram desenvolvidas pelos alunos para promover um aprendizado reflexivo e significativo?
- 2) Qual a importância de divulgar a vida e obra do grande compositor e músico Luiz Gonzaga por meio do projeto interdisciplinar no Colégio Inspire Educar? Como foi a escolha do repertório, para que os alunos pudessem conhecer a diversidade e a riqueza das músicas do rei do baião?
- 3) De que forma o projeto contribuiu nas aulas e nas atividades propostas em sala de aula?
- 4) Houve a participação da família na construção e ou na execução do projeto?
- 5) Analisar as músicas de Luiz Gonzaga sobre um ponto de vista histórico abriu a possibilidade de os alunos aprofundarem seu conhecimento a respeito da região nordeste de maneira prazerosa? O projeto Luiz Gonzaga possibilitou a construção da valorização das diferentes culturas existentes no Brasil?

APÊNDICE B – REGISTRO DO PROJETO LUIZ GONZAGA



O MAGISTRADO NO BANCO DOS RÉUS:

relações de poder na sociedade ludovicense em “A tara e a toga” de Waldemiro Viana

Juliana da Rocha Silva*

Milca Camara Almeida*

Joelina Maria da Silva Santos**

RESUMO

Este artigo tem como finalidade investigar o autoritarismo e o abuso de poder social do magistrado José Cândido Pontes Visgueiro dentro da obra fictícia "A Tara e a Toga" de Waldemiro Viana, analisando seu comportamento e a obsessão por Mariquinhas, a "Devassa", uma prostituta adolescente, conhecida por toda a cidade por seus atributos sexuais, na qual, por meio desse ofício sustentava a si e a sua mãe. Pontes Visgueiro a tirou das ruas para que a moça fosse exclusivamente sua, contudo, os hábitos de Mariquinhas não se alteraram, a mesma, por vezes, continuava a ter relações com alguns outros homens, não apresentava o comportamento destinado para as mulheres do século XIX e sua linguagem era informal e vulgar. Pontes Visgueiro, por sua vez, era um homem com alto posto social e que por meio de sucessivos escândalos, traições e a impotência de não conseguir tyrannizar Mariquinhas, matou-a de forma fria, calculista e condenável, entretanto, o capital social que detinha era muito maior que a justiça e as leis que regem a sociedade.

Palavras-chave: Magistrado. Obsessão. Poder e Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A obra “A tara e a toga” enfatizará ficticiamente um crime que aconteceu na pacífica cidade de São Luís no século XIX, na qual, um magistrado acabará sentado no banco dos réus para ser julgado por um crime que cometera ao assassinar uma adolescente e amante chamada Maria da Conceição, conhecida como “Mariquinhas, a Devassa”, a mesma recebera esse apelido pelo tradicionalismo da sociedade da época, ou seja, por se relacionar com vários homens e cometendo fornicções (sexo antes do casamento).

Quanto ao desembargador José Cândido Pontes Visgueiro, um magistrado, homem relevante de bons conhecimentos, privilégios e criado em uma sociedade conservadora, porém por trás da sua toga as revelações eram obscuras de uma pessoa prepotente, chantagista e controladora, contudo, apesar dessas características, o mesmo não conseguiu dominar “Mariquinhas” e essa paixão tornou-se tão obsessiva que o levou a tomar

* Especialista em Literatura Brasileira e Língua Portuguesa pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF – Paço do Lumiar MA. Graduada em Letras Português pela Faculdade Santa Fé. Professora de Língua Portuguesa. Email: juliana.rocha027@hotmail.com

* Especialista em Literatura Brasileira e Língua Portuguesa pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF – Paço do Lumiar MA. Graduada em Letras Português pela Faculdade Santa Fé. Email: milcamara@yahoo.com.br

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara- SP; Mestre em Pedagogia Profissional, Havana –CUBA, Graduada em Letras e Artes – UFPA. E-mail: joelina.santos@ifma.edu.br

atitudes drásticas, na qual não são características comportamentais dos magistrados que acabou por assassiná-la.

Diante do insucesso do desembargador em dominar “Mariquinhas”, para satisfazer seus desejos e mostrar que seus poderes estavam acima de tudo e de todos, almeja-se investigar o seu autoritarismo na obra fictícia “A tara e a Toga” do autor Waldemiro Viana.

Assim, essa pesquisa tem relevância para o mundo acadêmico porque tem o propósito de analisar o comportamento do desembargador Pontes Visgueiro, que exercia trabalho judicial na capital do Maranhão do século XIX, a qual utilizava do poder da sua posição social perante à sociedade ludovicense em seus casos amorosos e judiciários. A literatura acaba por ser polissêmica, tornando-a uma importante ferramenta de construção de conhecimento para o mundo acadêmico e social.

Em face do exposto, para a consolidação dessa investigação, a priori analisam-se algumas literaturas que tratam do tema e em seguida explicam-se as relações do abuso do poder social dentro da trama.

2 A SOCIEDADE E O PODER NO SÉCULO XIX NA OBRA FICTICIA “A TARA E A TOGA”

A sociedade do século XIX não aceitava a conduta de uma mulher que mantinha relações sexuais com vários parceiros e as atitudes de “Mariquinhas” eram desonrosas para a época, inclusive tornar-se a senhora de um desembargador, posição social muito admirada no período histórico, Mariquinhas por ser uma adolescente, que não tinha a pretensão de assumir um relacionamento, apenas queria ser livre e ter a oportunidade de viver algumas aventuras amorosas, tirando proveito de alguns casos.

Nessa relação de dominação das pessoas e das circunstâncias, o desembargador Pontes Visgueiro possuía características peculiares, na qual sempre que lhe era conveniente, solicitava a retribuição de favores realizados anteriormente, visando ter o êxito em tudo que era adequado para seu contentamento. A própria sociedade era opressora e preconceituosa, assim, no século XIX, o sistema moral do homem torna-se essencial em restringir as vítimas devedoras de favores.

Com efeito durante muito tempo, o castigo violento se desenvolveu na história das penalidades como uma represália, pois o sentido da justiça – e, por tanto do direito – se desenvolveu como um sentimento de compensação por algo infligido pelo malfeitor, castigado não em função de ser culpado ou responsável pelo fato de que através disso, compensava-se algo. (MARTINS, 2013, p. 245).

A punição entre credor e devedor como o autor acima explica, aplica-se ao desembargador Pontes Visgueiro, pois o mesmo sabia o momento oportuno de cobrar seus favores, compreendendo que caso a pessoa recusasse, era uma forma de quebra de contrato ou rompimento com a aliança que existia entre ambos. O magistrado era um dominante sobre as pessoas, usando a violência física ou simbólica como meio de mostrar que seu poder prevalecia diante de qualquer indivíduo que se opunha em fazer as suas vontades.

O castigo em punir as pessoas torna-se cada vez mais frequente até hoje no século XXI, os homens, quanto menos favoráveis na sociedade são marginalizadas, o poder dentro de um grupo social, torna-se um prazer em punir esses indivíduos que estão vulneráveis a qualquer tipo de sacrifícios para manter-se dentro de uma sociedade que a injustiça prevalece.

O desejo de possuir uma mulher foi capaz de castigar a jovem “Mariquinhas”, a mesma por não se submeter a viver em uma casa, apenas satisfazendo os desejos carnavais de um homem sexagenário, iniciando assim, um conflito de relações entre o casal, narrada na fictícia obra de Waldemiro Viana “A tara e a toga”, a então criança que o desembargador se compadeceu no início da narrativa, pedindo esmolas com a sua mãe, despertou uma paixão incontrolável que perturbava seus sonhos, e seus pensamentos estavam sempre relacionados a ela, desde o momento que a mãe da menina explicou ao desembargador a capacidade que ela tinha de realizar todos os anseios sexuais dos homens, como reproduzido na obra.

- Essa menina... ela é o que para ti, criatura?
- Mariquinhas é minha filha, meu senhor.
- E o que faz ela, na vida? Somente acompanhar-te, como esmoler? A mãe riu um risinho debochado:
- Ah, meu senhor, ela faz tudo que o branco quiser.
- Tudo, como? Lava, passa, cozinha, sabe arrumar uma casa? ...
- Bem, isso aí... não é bem especialidade dela, vosmecê me entende?
- Baixou os olhos, como envergonhada: - Mas as outras coisas, aquilo que os homens gostam ...
- lá isso ela é perita!(VIANA, 2010, p. 18-19).

A vontade de possuir essa criança se tornou obsessiva, durante a trajetória da narrativa, para conquistar Mariquinhas e mantê-la ao seu lado, Pontes Visgueiros ofereceu-lhe vários benefícios que qualquer mulher se encantaria, uma casa, joias, móveis, roupas e qualquer coisa que quisesse adquirir, porém, de benfeitor tornou-se amante, que constantemente viviam em conflitos e desavenças até mesmo em público, na qual, Mariquinhas sempre o lembrava de forma pejorativa suas limitações físicas de desempenho masculino. Como demonstra Viana.⁴

Mariquinhas, pavio curtíssimo, demonstrou seus conhecimentos do jargão das sarjetas de onde provinha:

- Não, seu velho depravado, não é para isso que me manténs. Tu me queres é para satisfazer teus desejos animalescos, é para chafurdar essa tua língua entre minhas pernas, para lambuzar teus dedos em minhas partes, velho degenerado! – Riu-se, debochada, olhando para o cordão humano que se fechava à sua volta: - Mesmo porque como homem – homem de verdade, quero dizer, com tudo funcionando – tu não vales nada, velho safado.

Desvairado, o velho brandiu o chicote na direção da face da amante, que se esquivou com um grito apavorado. E já encomendava uma segunda chicotada quando sua mão sofreu o ímpeto, e seus olhos se cruzaram, horrorizados, com os da filha e das netas que, juntamente com os maridos, naquele largo se encontravam para as festas e que tinham vindo curiosos, verificar a razão daquele assuada. (VIANA, 2010, p. 84).

O conflito constante entre os amantes mostrava que Pontes Visgueiro não controlava “Mariquinhas”, que o expunha diante de uma sociedade preconceituosa, e ao mesmo tempo, pode ser observado que não controlava seus atos em expor as suas netas e sua filha perante seus desejos pela moça, assim, parecia que esquecia do cargo que ocupava como desembargador. Às vezes, sentia-se incomodado com aquela situação, que dissipava sua honra e pensava em desistir dessa relação que não lhe propunha futuro, porém, quando a amante chegava com seu jeito promissor, tudo era desfeito e aqueles desejos aumentavam.

Em seus aposentos trocou de roupa, vestiu camisolão, sentou-se à beira da cama e chorou amargamente, com profunda vergonha de si mesmo. Deitou-se, então, apagou a luz do candeeiro e tentou dormir.

(...)

(...) a endiabrada amante que chegava da farra.

A moça surria meia alheada:

- Ora, Candinho, o que é que tem? Estava bêbada, a infeliz. Caiu no inconsequente frouxo de riso dos ébrios, chegando logo a lágrimas: - Ora, Candinho, tu és tão mau pra mim.... Por quê? – E logicamente começou a chorar lamuriante: - Eu faço tudo pra ti, tudo. Deixo tu fazer aqueles negócios comigo do jeito que gostas, não é? – Soluçou desalentada: - E ainda faço aquelas sujeiras que me pedes, Velho, e ...

O velho tratou de trazê-la para dentro, cuidando em tapar-lhe a boca, vexado (...)

(...)

Pontes Visgueiro, então com imenso cuidado tratou de desnudá-la completamente, seus sentimentos vibrando a cada peça descartada...

Recuperada a consciência, o velho voltou a chorar amargamente lastimando sua sina. (VIANA, 2010, p. 101-104).

O desembargador chegou a um ponto de opressão tanto da família quanto da sociedade, que teve que aceitar os conselhos do genro que acabou o convencendo de ir passar um tempo em outra cidade, Teresina-PI, o qual era muito conhecido por ter atuado como juiz antes de chegar ao Maranhão, o mesmo, quando voltou para a capital piauiense, já possuía uma casano local, e não deixando de lado seus desejos sexuais, teve um caso com uma empregada que foi trazida para os afazeres domésticos, a mesma o tratava com todo o carinho, fazia tudo para o agradar, porém, o desejo do desembargador pela Mariquinhas era incontrolável, por mais que pensasse que estava “curado” daqueles anseios, que o mesmo teve a intenção de retornar ao Maranhão e colocar mãe e filha para morar na rua. Chegando aqui,

foi realizar o que havia planejado, contudo, foi surpreendido pela amante que o fez desistir de tudo, todo o seu dilema recomeçou e sua louca paixão aumentava.

O desembargador queria ter o poder de dominar “Mariquinhas”, contudo, a moça queria ser livre e não permitia que o magistrado exercesse sobre ela o poder que possuía com os demais, e por conta do comportamento de Mariquinhas, o que acontecia era exatamente o oposto, a menina o dominava, o que acabava causando uma fúria incontrolável ao seu amante, que percebia que não adiantava presenteá-la com roupas, joias e casa, pois não havia o que a dominasse e convencesse em viver ao seu lado e ser somente sua. Cansado em ser traído e ter se tornado um “brinquedo” nas mãos de “Mariquinhas”, o desejo de castigar a moça se torna cada vez mais enlouquecedor.

O velho arrependia-se de não ter trazido a empregada, ou mesmo de não ter ficado definitivamente por lá: - ‘Por que a trouxe, meu Deus? Era tão mais simples, com ela, que gostava sinceramente de mim...’. Enfurecia-se: - ‘É por causa dessa vagabunda, que me leva à loucura, que me ridiculariza, que me humilha. Por Deus, sou um homem fraco, sou um ser abjeto’. – Prometia a si mesmo, em seu desespero: - “Mas isso um dia acaba, com certeza. E não há de demorar muito”. (VIANA, 2010, p. 161).

O anseio de vingança por “Mariquinhas” tornou-se tão obsessivo que chegou ao ponto do desembargador, que deveria ser contra a qualquer tipo de crime ou situação que abalasse os princípios morais e éticos de uma sociedade, planejar a morte de sua amada, assim, vemos o poder prevalecer sobre uma pessoa, que não podendo dominar a outra, prefere matá-la do que viver sem a mesma, a punição e a crueldade satisfará o seu desejo. Assim, ganhar a confiança novamente de “Mariquinhas”, pois estavam brigados e com o relacionamento interrompido, será ideal para colocar sua vingança em prática.

Teresa..., colocou a cadeira ao lado da rede de Mariquinhas, orientando o velho para que se senta-se e empinou o dedo em riste na cara:

- Olhe lá hein? Comporte-se como cavalheiro que sei que vosmecê é! O velho tranquilizou, e a mulher se retirou.

(...)

- Então minha pombinha me perdoas?

- Não.

- Por Deus, Mariquinhas, eu estou me humilhando! Por que estas sendo tão cruel? Que mais posso fazer, para me perdoares?

- Deixa-me em paz, esqueci-te de mim e eu te perdorei.

- Não posso, minha filha. Não posso mais viver sem ti: Eis a única razão da minha existência. – Insistia: - Anda, pede-me o que quiseres: Tudo que eu tenho é teu.

A moça começou a tomar interesse pela conversa. (VIANA, 2010, p. 175-176).

Mariquinhas apesar de toda a desconfiança que tinha do desembargador, pois o mesmo já vinha ameaçado-a de morte, sofreu a influência de sua amiga, que a convenceu de ir ao encontro do homem e arrancar mais dinheiro dele, deste modo, a moça acaba perdendo Pontes Visgueiro e inconscientemente, concretizando o plano para sua morte. Mariquinhas

jamais imaginava que o seu amante, depois daquela encenação de suplicar seu perdão, iria atrair a menina, para a concretização do óbito da mesma. A dominação de uma pessoa tem o poder de mascarar os verdadeiros propósitos de uma situação, e em seu livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault esclarecerá a dominação através do poder.

Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universos de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. O desejo da paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram nascimento à regra, são apenas seu resultado e propriamente falando sua perversão. (FOUCAULT, 1995, p. 17).

Ponte Visgueiro atrai Mariquinhas com promessas de presentes que a mesma adorava, iludida, a menina só impõe alguns caprichos como levar sua amiga Teresa, e assim o plano para matá-la se desenrola como projetado, mas, antes o desembargador irá cobrar um favor a Guilhermino, um condenado pela justiça que ajudara, para pôr em prática seu plano macabro. Enfatiza Viana:

- É hoje, Guilhermino, que vou precisar de seus serviços. – Indagou-lhe, ríspido: - Posso mesmo confiar em ti?
O mulato sentou-se na cadeira indicada, a expressão vazia;
- Com toda certeza, patrão. Eu lhe sou grato. O senhor me deu uma oportunidade, quando ninguém mais confiava em mim.
O velho insistiu:
- Posso mesmo? – Olhou-o com dureza: - Pensa bem, pois vou pedir que executes uma missão difícil e muito, muito perigosa. Posso confiar, mesmo assim?
O outro não titubiou:
- Pode, sim, senhor.
- Pois então, muito bem. – Encarou o mulato: - Hoje à noite, lá pelas 7h, virá aqui uma pequena que me tem feito muito mal. Pelo fato de saber que eu gosto dela, humilha-me em público, ridiculariza-me, trai-me com qualquer pé-de-chinelo que lhe passe pela frente. – Compôs uma expressão torturada, esquecido do mulato: - Eu já não suporto mais tanto vexame. Já atingi meu limite... (VIANA, 2010, p. 180-181).

O dia planejado chegou e o poder do desembargador prevaleceria sobre aquela moça que se achava tão esperta e atraente, que antes era uma criança que desejou ajudar e a tirar da pobreza, agora era sua amante que desejava matar, por não conseguir dominá-la. No trecho retirado da obra se observa a conquista quase concluída pelo sarcástico e obsessivo desembargador.

- Vem meu amor: Vamos ver tudo que tens para dar-te.
Mariquinhas levantou-se e o acompanhou, entrando os dois no quarto contiguo à alcova. Nervosa, perguntou, observando os dois caixões: - O que é isto?
E parou, aterrada, observando a transformação no rosto do velho que a olhava com uma expressão desvairada. Quis gritar, mais uma manopla tapou-lhe a boca, enquanto a moça se sentia agarrada por trás por alguém que a dominava. Apavorada, viu o velho pegar, escondida atrás da porta um vidro com cujo o líquido embebia o lenço que tirava do bolso. Tentou de todas as maneiras livrar-se do abraço que a

manietava, em vão, enquanto o velho colocava o lenço úmido sobre seu nariz, premindu-o com força. Conseguiu morder a mão que lhe tapava a boca e balbuciou, aterrorizada:

- Não me mates, meu bem. Pelo amor de Deus, não me mates. (Op. cit, 2010, p.188)

A ira incontrolável do desembargador ao esquarterar a vítima, visando eliminar a dor da humilhação a qual fora submetido por uma pessoa que tanto desejava ter ao seu lado, contudo não obteve esse prazer em dominar sua amada, foi arrancando-lhe pedaço por pedaço como se fosse uma vitória alcançada sendo dominada mesmo que morta. Foucault (1995, p.17) declara sobre o poder entre a guerra e a dominação, “A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar se sessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida”.

A forma escolhida por Pontes Visgueiro de finalizar seus desejos por Mariquinhas, oposta ao papel que deve ser exercida por um magistrado. Todavia ao ver-se humilhado por uma pobre e desonrosa mulher, delineia um crime cruel e animalesco, sendo irracional, tirando a vida da moça e a esquarterando, findando o seu desejo e exibindo o seu poder, ainda que seja com a morte.

Desatinado, a loucura dominando-lhe o sentindo, Pontes Visgueiro determinou ao comparsa que a deitasse sobre o caixão de madeira:

- Deita-a aí, Guilhermino, e retira-te. Do resto cuido eu.

O empregado obedeceu e saiu do quarto. Mas ficou à porta, testemunhando o desvario do velho, que rasgava alucinado as vestes da amada, desnudando-a, apartando-lhe os seios, mordendo-os em transe de loucura.

Quanto mais agredia aquele corpo, mais o demente se excitava. Em seu desvario, sacou de uma faca que trazia à cinta e cravou-a no seio direito da amante, mordendo e chafurdando no sangue jorrava. Fez o mesmo com outro seio, a faca atingindo o coração, e o morde-o também, enlouquecido.

E abraçava, e beijava o cadáver, e ria, e chorava. E ficaria ali indefinidamente, se o mulato não tivesse voltado e, pondo-lhe a mão sobre o ombro e comenta-se: - Patrão, a mulher já tá morta. (VIANA, 2010, p. 190).

Entende-se, que o papel de um magistrado é proteger os cidadãos e igualá-los perante as leis que regem uma sociedade, contudo, José Candido Pontes Visgueiro, atribuiu-lhe e exercia um poder acima de todos, por ocupar um cargo público de alta credibilidade, assim, o poder tomou outros interesses, causando a morte de Maria da Conceição, vulgarmente conhecida como Mariquinhas, a Devassa, vítima do próprio desembargador, na qual era seu amante, depois desse ato monstruoso, o mesmo acabou sentando no banco dos réus, por uma paixão avassaladora, sem conceitos racionais e respeitosos de ambas as partes, foi condenado (VIANA, 2010, p. 231) “no grau máximo da penalidade instituída pelo art. 193, combinado com o art. 45 do Código Criminal”, ou seja, a prisão perpétua, o que cumpriu dois anos, contudo, tinha um capital social bem estabelecido, e acabou usando disto para livrar-se do decreto.

Pontes Visgueiro foi dado como morto em cárcere, contudo, os maranhenses acreditam que o mesmo subornou os carcereiros para que pudesse realizar sua fuga, e que seu túmulo estaria repleto de pedras. Ele foi visto em Portugal e a notícia de que o juiz assassino estava vivo, livre e vivendo com Simplícia, sua empregada de Teresina e agora parceira, esse fato teve repercussão nacional e por duas vezes foi desmentido oficialmente.

O que se indaga é que (VIANA, 2010, p. 234) “sem que se saiba o verdadeiro motivo, o túmulo 15535 do cemitério São Francisco Xavier jamais foi aberto, para uma possível exumação ou para qualquer outra providência”. Deste modo, percebe-se que o poder social de Pontes Visgueiro ainda possuía bases sólidas, visto que mesmo depois da sua suposta morte, as autoridades não ousaram em desrespeitar o nome do magistrado com outras investigações, diante do que estava sendo declarado sobre o desembargador.

O desembargador, por sua vez, continuava oprimindo e colocando-se em um patamar de superioridade perante os demais. Sentia-se entusiasmado e com gozo com a sensação de ter conseguido ludibriar pessoas a quem considerava inferiores.

Aos moucos ouvidos só velho desembargador a notícia soava como música imaginária, e tinha sabor de desforra. Sentia prazer em ver ludibriado aquele povo que o condenara sem qualquer mercê. Vibrava de satisfação em ter conseguido enganá-los a todos, chegando até a transferir, sem despertar maiores atenções, a maior parte de sua fortuna para o país que agora o acolhia, e isso nas barbas daqueles imbecis.

Não foi difícil. (VIANA, 2010, p. 235).

A obra nos mostra mais uma vez que Pontes Visgueiro não admitia perder o controle das situações, assim, ao perceber que Simplícia poderia se encantar pelo leiteiro português e mais uma vez ser enganado e traído, resolveu ir a uma funilaria e encomendar um caixão que supostamente seria usado para guardar relíquias. A obra nos direciona implicitamente a pensar que Pontes mais uma vez planeja executar um crime, visto que o mesmo contém artifícios para livrar-se da vítima e de futuras investigações sobre o caso. Com experiência em executar crimes e podendo não ser descoberto, ficava mais fácil por em prática seus insanos e elaborados assassinatos e provavelmente contaria com a ajuda de quem o devesse “favores” que seriam cobrados de acordo com as suas necessidades.

3 O ABUSO DE PODER SOCIAL DO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIRO COM RELAÇÃO À MORTE DE “MARIQUINHAS”

O abuso de poder social dentro da obra fictícia de Waldemiro Viana fica estabelecida no decorrer dos cargos públicos adquiridos por Pontes Visgueiro dentro da

sociedade do século XIX, o mesmo formou-se em Direito, foi deputado provincial, deputado geral, juiz no qual exerceu o cargo nove anos no Estado do Piauí e finalmente foi nomeado desembargador. Com todos os cargos adquiridos, não lhe dão direito de abusar e se aproveitar das pessoas para cometer ilegalidades, como exemplo temos os “favores” que foram cobrados e em alguns casos, as ameaças surgiram para que fossem realizados. O cargo de magistrado é para combater as ilegalidades cometidas e não as tornar possíveis, na trama fica claro que as pessoas sofreram abusos de poder social e se submeteram a praticar delitos devido ao que deviam ao desembargador Pontes Visgueiro. Com base no que foi descrito acima, Lopes Meirelles ressalta que:

O uso do poder é prerrogativa da autoridade. Mas o poder há de ser usado normalmente, sem abuso. Usar normalmente do poder é empregá-lo segundo as normas legais, a moral da instituição, a finalidade do ato e as exigências do interesse público. Abusar do poder é empregá-lo fora da lei, sem utilidade pública. O poder é confiado ao administrador público para ser usado em benefício da coletividade administrada, mas usado nos justos limites que o bem-estar social exigir. A utilização desproporcional do poder, o emprego arbitrário da força, da violência contra o administrado constituem formas abusivas do uso do poder estatal, não toleradas pelo Direito e modificadoras dos atos que as encerram. O uso do poder é lícito; o abuso, sempre ilícito. Daí por que todo ato abusivo é nulo, por excesso ou desvio de poder”, isto é, respectivamente, quando a autoridade pública pratica ato não esfera de competência decorrente de sua investidura legal ou, então, se competente, o elemento psicológico do ato tem motivos ou fins diversos daqueles objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público. Hely Lopes Meirelles, ainda examinando o tema aqui focado, lembrou que o abuso de poder: "Ora se apresenta ostensivo como a truculência, às vezes dissimulado como o estelionato, e não raro encoberto na aparência ilusória dos atos legais. Em qualquer desses aspectos – flagrante ou disfarçado - o abuso do poder é sempre uma ilegalidade invalidadora do ato a contém. (LOPES MEIRELLES, 1995, p. 94).

Com base no que foi mencionado por Lopes Meirelles, fica claro dentro da obra analisada que o desembargador Pontes Visgueiro realizou vários abusos de poder social, envolvendo várias pessoas, mesmo que indiretamente por dever “favores”, conseqüentemente acabou sentado no banco dos réus por cometer o assassinato da jovem Maria da Conceição por uma obsessão incontrolável em querer manter a moça como sua propriedade conjugal e sexual. No entanto, a situação não se desenrolou como desejado, nascendo assim, um desejo de vingar-se daquela que o fez passar por várias humilhações diante de uma sociedade opressora, Pontes acabou executando o crime que repercutiu no século XIX na pacata cidade ludovicense. O que deveria ser evitado por um magistrado, o poder que outrora foi relevante se tornou inconseqüente, o mesmo acabou sendo condenado e julgado pela sua intolerância, porém a morte da sua amada foi essencial para provar que mesmo diante de um crime, o poder prevalecia, e como não poderia ficar com aquela que se dedicara de corpo e alma, ninguém mais ficaria.

4 CONCLUSÃO

O poder como uma prática social é constituída e se alteram de acordo com cada época de uma sociedade, ou seja, o poder não deriva exclusivamente de uma única pessoa e sim das relações dentro de um corpo social, porém, uns recorrem para o lado positivo e outros para o negativo.

No caso do desembargador Pontes Visgueiro, o lado negativo foi mais forte e o poder disciplinador prevaleceu, tendo o corpo como principal objeto de poder. O poder sobre o corpo tem a finalidade de torná-lo dependente a determinadas normas, que no caso de Mariquinhas, o desembargador queria mantê-la ao seu lado para acatar todos os seus desejos sexuais, porém, não funcionou devido à mesma ter o desejo de liberdade.

Com a desistência de Mariquinhas em não se submeter aos “caprichos” do desembargador Pontes Visgueiro, o mesmo sofrendo com o insucesso da sua conquista, optou em assassiná-la a ter que a ver nos braços de outros homens. O desembargador não controlou sua obsessão em possuir a moça e acabou cometendo um homicídio que teve grande repercussão tanto dentro da obra fictícia “A tara e a toga”, de Waldemiro Viana quanto para a sociedade ludovicense, uma cena cruel e violenta através de desejos que causaram assombro para a sociedade do século XIX, devido a um magistrado sentar no banco dos réus, tornando-se ironicamente uma consequência do poder adquirido e que deveria ser usado para julgar os réus e não se tornar um.

Assim, o poder adquirido pelo magistrado Pontes Visgueiro o tornou réu da obsessão por Mariquinhas, a “Devassa”, na qual o mesmo, não foi capaz de controlar essa rebeldia e como uma forma de punição pelos atos cometidos pela moça, preferiu excluí-la do meio social, tirando sua liberdade e consequentemente castigando-a com uma morte cruel, sangrenta e desumana.

THE MAGISTRATE IN THE DOCK:

power relations in society from São Luís city in “Tara and the Toga” of Waldemiro Viana

ABSTRACT

This article aims to investigate the authoritarianism and abuse of social power of magistrado José Cândido Pontes Visgueiro within the fictional work "Tara and the Toga" of Waldemiro Viana, analyzing their behavior and the obsession with Mariquinhas, “a Devassa”, a teenage prostitute, known throughout the city for his sexual attributes, in which, through this office supported himself and his mother. Pontes Visgueiro took the streets so that the lady was solely his, however, queer habits have not changed, the same sometimes continued to have relations with a few other men, did not present the behavior intended for women of the century XIX and their informal and vulgar language. Pontes Visgueiro, in turn, was a man of high social rank and that by means of successive scandals, betrayals and the impotence of not being able to bully a wuss, killed her cold, calculating

and reprehensible, however, the social capital it held was much larger than the justice and the laws governing society.

Keywords: Magistrate. Obsession. Power and Society.

REFERÊNCIAS

COSTA, Flaviano Menezes da. **Moradas e memórias:** o valor patrimonial das residências da São Luís antiga através da literatura. São Luís: EDUFMA, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

LOPES MEIRELLES, Hely. **Direito administrativo brasileiro.** ed. atual. por ANDRADE AZEVEDO, Eurico de et al. 1995, São Paulo: Malheiros Editora, 2011.

NERES, J.; CAVALCANTE, D. **O século XIX e a literatura maranhense:** reflexões sobre a narrativa em prosa. São Luís: EDUFMA, 2016.

VIANA, Waldemiro. **A tara e a toga.** São Luís: Edições Fundação José Sarney, 2010.

O OLHAR DO PROFESSOR NA INTERPRETAÇÃO DE DESENHOS INFANTIS:

estudo com crianças de quatro a cinco anos de idade

Laise Raquel Meireles Galvão *

Gilsene Daura da Silva barros**

RESUMO

O Desenho é capaz de contribuir para o desenvolvimento humano, pois tem um papel fundamental na construção do pensamento de uma criança e de sua aprendizagem. Por meio do desenho a criança entende o mundo ao seu redor e tem as primeiras experiências, vez que utiliza as ilustrações como uma forma de linguagem para se comunicar quando não sabe se expressar verbalmente, e os adultos, de compreender a forma de pensar dos pequeninos. Este estudo nos faz entender que o desenho é o primeiro formato de expressão gráfica infantil e é existente em diversas culturas. Ao desenhar, a criança deixa suas marcas e registra seus pensamentos e sentimentos, sua imaginação e criatividade sendo imaginários ou reais. A pesquisa foi realizada na Escola “Jardim de Infância O Pescador”, na cidade de Raposa – MA, com crianças de quatro a cinco anos de idade. Portanto, o trabalho aqui apresentado visa ressaltar a relevância do olhar do professor na interpretação do desenho infantil e a extensão de sua visão como suporte influenciador no aspecto cognitivo, psicomotor, emocional e social das crianças.

Palavras-chave: Professor. Desenhos infantis. Educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

O desenho é crucial para a criança que inicia a vida escolar, visto que nessa fase desenvolve o nível pré-silábico e, por conseguinte inicia a reprodução de traços da escrita de adultos. Por meio dos desenhos, a criança desenvolve a aptidão da língua e escrita no decorrer do processo de alfabetização, bem como expressa suas emoções. É nesse estágio que eles têm o primeiro contato com o lápis e o papel, que acabam por iniciar os primeiros passos para a consolidação da escrita.

Diante desse pressuposto, o profissional que não conhece a importância do desenho para o processo da escrita deverá reavaliar sua instrução, uma vez que o desenho é o

* Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: laisemeireles@gmail.com

** Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1999), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (1999) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Tem especializações nas áreas: da Psicopedagogia pelo Instituto Sedes Sapientiae-SP; deficiência Mental pela UNESR-Marília-SP e Atendimento Educacional Especializado-UFCE. Foi Professora do Centro de Ensino Especial Helena Antipoff -SEDUC-MA, da Oficina de Preparação para o Trabalho, atualmente exerce a função de supervisora no turno matutino, é professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Tem experiência na área de Educação Especial, com ênfase em Pedagógica, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão, deficiência, tecnologia assistiva, Atendimento Educacional Especializado, mercado de trabalho. Integra o Grupo de Estudos Política e Gestão da Educação, Formação e Trabalho Docente(GEPGEFTD) - UEMA e o Grupo de Pesquisa Currículo na Educação Básica-UFMA. E-mail: dgilsene@gmail.com

ponto inicial da aprendizagem em nível escolar, e não só um momento de entreter as crianças, haja vista que seus traços, riscos, rabiscos são significativos e indicativos. Ora, pelos desenhos o educador poderá identificar dificuldades e desenvolver habilidades futuras no indivíduo por meio de atividades livres e dirigidas, adequando as fases pelas quais as crianças estejam passando. A criança cria e recria individualmente formas expressivas, integrando percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade, que devem ser assimilados ao processo aprendizagem, motivo que me fez aprofundar meus conhecimentos através da pesquisa.

Contudo, busca-se nesta pesquisa observar e analisar a partir do seguinte questionamento: De que forma o professor pode identificar, com base nas interpretações dos desenhos dos seus alunos, as influências emocionais e cognitivas?

Para responder o questionamento proposto, foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

- a) Os desenhos da criança da educação infantil revelam suas dificuldades na aprendizagem;
- b) Por meio dos desenhos há um favorecimento entre a relação emocional ao processo de ensino e aprendizagem, através da interpretação;
- c) O desenho tem uma função terapêutica, através de estímulos que fazem com que a criança saia da empatia e isolamento, manifestando assim um quadro de desenvolvimento geral da criança, tanto na construção de símbolos da escrita e na comunicação verbal.

Como objetivo da pesquisa tem-se: analisar o olhar do professor na interpretação dos desenhos dos seus alunos, e se os mesmos têm influencias emocionais e apresenta alguma dificuldade na aprendizagem.

Para a efetivação desta pesquisa faz-se o uso de uma abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, também como a utilização da pesquisa de campo.

No âmbito social, a interpretação de desenhos infantis é relevante porque permite que os docentes possam se aprofundar no processo investigativo a partir do uso dessa ferramenta, mas, percebe-se a desvalorização e a falta de conhecimento da prática adequado por partes dos profissionais da educação em utilizar como uma metodologia para alcançar um processo de ensino eficaz.

O artigo se divide em cinco capítulos: a introdução que apresenta alguns pontos relevantes que subsidiarão o artigo; o segundo capítulo ressalta a construção histórica do conceito de desenhos e sua importância para o ensino aprendizagem apresentando as fases de desenvolvimento do desenho da criança; já o capítulo subsequente versa sobre a posição de

diferentes autores, a partir das concepções teóricas e significado do desenho infantil, pontuando como a criança desenha e sua percepção sobre o seu o ato fantasioso e o desenvolvimento emocional infantil. Em ato contínuo, no quarto capítulo abordar-se-á sobre a pesquisa de campo e seus resultados; e, por último, as considerações finais destacando relevância para a aprendizagem infantil.

2 A IMPORTÂNCIA DOS DESENHOS INFANTIS COMO IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO EMOCIONAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Quando nos propomos a estudar o desenho, reconhecemos que este inicia ao mesmo tempo em que a história do homem, dado que identificamos na pré-história cenas gravadas nas paredes. Desde a pré-história o desenho teve o intuito de comunicação entre as pessoas, já nessa época desenvolviam um avançado domínio técnico, criando imagens que imitavam a realidade e algumas representações simbólicas, que transmitiam resultados e movimentos que era uma conexão com tudo o que estava a sua volta, facilitando o desenvolvimento de uma linguagem falada e escrita posteriormente.

Nesta perspectiva, Derdyk (1993, p. 10) destaca que,

O homem sempre desenhou. Sempre registros gráficos, índices de sua existência, comunicados íntimos destinados à posteridade. O desenho, linguagem tão antiga e tão permanente, sempre teve presente, desde que o homem inventou homem. Atravessou as fronteiras espaciais e temporais, e, por ser tão simples teimosamente acompanha nossa aventura na Terra.

Portanto o desenho é feito há muito tempo. São leituras que acontecem por meio de linguagem visual geralmente quando pensamos na palavra ler, interpretamos somente o ato de fazer leitura de textos e escritos. No entanto, há outros tipos de leitura. Também se podem ler imagens e gestos, ou interpretar desenhos, traços rabiscos sons e movimentos corporais.

A Arte Rupestre, uma forma de linguagem tão primitiva quanto simples, que encontramos em culturas humanas com simbologias, religiosas e ritualísticas, foi o ponto de partida da humanidade e de lá para cá não paramos de criar imagens. No tocante aos pequenos não é diferente. Com os desenhos, pinturas ou gravuras infantis, é criado o alicerce da escrita, contribuindo para que a criança ensaie a primeira forma de expressão de como ela ver o mundo e de como está inserida.

Nesse desiderato, esclarece Porcher (1992, p. 10):

Os desenhos infantis são, portanto palavras. Ao desenhar, a criança expressa coisa diferente do que sua inteligência ou nível de desenvolvimento mental; uma espécie de projeção da sua própria existência e da dos outros, ou melhor, da maneira pela qual se sente existir, e sente os outros existirem. (PORCHER, 1992, p. 10)

A criança comunica-se com o mundo através do desenho, antes de chegar propriamente ao desenho ela passa pela fase da garatuja com a gradativa evolução do rabisco, assim, passa a expressar suas memórias naquilo que desenha. Na fase da garatuja Lowenfeld e Britain (1970) classifica esta etapa a fase de dois a quatro anos de vida da criança. A arte de desenhar de uma criança se estabelece inicialmente no contato que a criança tem com o ambiente que está inserida e suas próprias experiências sensoriais.

A garatuja, rabisco, desenho e a escrita são meios de comunicação construída pelo homem durante sua história de vida com a intenção de transmitir a comunicação, direta ou indireta.

O desenho é incompreensível para nós, mas, para a criança qualquer rabisco é cheio de conteúdo e de vários significados e simbologias.

A criança que tem muita oportunidade para desenhar irá explorar uma maior quantidade de tipos de grafismo, sendo assim a sua percepção se torna acentuada.

As garatujas são conhecidas por serem reproduções gráficas, abstratas, significativas e expressivas que estão contidas em qualquer desenho representativo. O rabisco é uma ponte de comunicação entre o corpo e o papel.

No começo a criança desenha a forma de garatuja desordenada, que é o primeiro contato, desenha pelo simples fato do movimento, nesse estágio não faz ligação da mão com os olhos, são traços leves. A etapa seguinte é a longitudinal, que é ordenada e coordena sua atividade motora, todavia não tem intenção de representar algo concreto, apenas explora a percepção espacial no papel. Costuma ter traços mais fortes, entretanto muitas vezes por não ter noção do campo do papel os traços acabam por sair do papel e as linhas se sobrepõem umas às outras formando vários rabiscos. Em vista disso, observa-se que alguns gestos são largos e expansivos, enquanto outros, pequenos e introvertidos.

Logo após vem o garatuja ordenada circular, em que a criança domina movimento circular e inicia uma representatividade. Por último a garatuja nominada, que é conhecida por mesclar as etapas anteriores, isto é, evolui do pensamento motor para o pensamento representativo. Nessa fase, a criança faz a junção da linguagem motora e a linguagem oral, contando histórias por meio de frases.

Uma das formas de evoluir a percepção e incitar o conhecimento da criança abrange o ato de desenhar, sendo o desenho uma amostra semiótica, pois demonstra a forma como a criança compreende o mundo.

Nos dizeres do ilustre Lowenfeld (1970, p. 151):

De qualquer modo, as primeiras experiências representativas, de um homem, não devem ser consideradas uma representação imatura, pois na realidade, um desenho é principalmente, uma abstração ou um esquema de uma vasta gama de estímulos complexos e o início de um processo mental ordenado.

A criança rabisca e rabisca, e num piscar de olhos descobre uma gente, uma semente um animal, um brinquedo. Qualquer forma redonda, quadrada, vazia, pequena, comprida, agrupada, qualquer que seja a configuração tem significados. (DERDYK, 1993, p. 100).

Na fase pré esquemática a criança é um ser egocêntrico no mundo onde ela vive, o que a leva desenhar incansavelmente, principalmente desenhos de seres humanos, que ela se reconhece. Nesses desenhos são feitos apenas um círculo modesto ou torto, que simula uma cabeça, e depois ligada por traços que são as pernas e braços, que é o esquema corporal. Neste sentido, Freire (1997, p. 45) ressalta que,

Para o ser humano, não basta fazer, é preciso compreender (fazer em pensamento) [...]. No brinquedo simbólico, na sua construção imaginada e corporificada, a criança vive e representa um sem-número de relações. Saltar um rio largo, atravessar uma ponte estreita, repartir a comida feita, são atividades que materializam, na prática, a fantasia imaginada, e que retornarão depois da prática em forma de ação interiorizada, produzindo e modificando conceitos, incorporando-se às estruturas de pensamento.

Em continuidade, Perondi (2001, p. 175) afirma que “[...] os desenhos podem ser causados por ocorrências não previsíveis, porém, frequentemente, eles se relacionam por acontecimentos próximos ou por circunstâncias idênticos às experiências já vividas”.

De ante dessa afirmativa é compreensivo que as crianças são seres pensantes e reflexíveis e que através desses desenhos manifestam o real e imaginário, portanto iniciam a capacidade simbólica desenvolvendo a imaginação e sua capacidade de criar.

No que tange o desenho infantil, inicialmente as crianças imitam a escrita do adulto sem nenhuma relação com representações lógicas. Vygotsky (1998), afirma que “[...] o ato de desenhar e brincar das crianças deveriam ser considerados estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem escrita das crianças”.

Em seus estudos Vygotsky (1998, p. 29), enfatiza que: “[...] a criança, à medida que se torna mais experiente adquire um número cada vez maior de modelos que ela compreende”.

A concepção da teoria histórico-cultural explica que as figuras que são desenhadas pelas crianças apresentam a realidade conceitual, portanto ela desenha não o real do objeto, mas a sua realidade conceituada que é seu mundo de significados. Vygotsky (1993) afirma que o desenho tem uma participação da memória, pois a criança memoriza o que faz sentido a ela e em razão disso acredita-se que o desenho de memória pode ser uma narração gráfica.

Segundo as lições de Perondi (2001, p. 175) “[...] os desenhos podem ser inspirados por circunstâncias não previsíveis, porém, frequentemente, eles se relacionam por acontecimentos próximos ou por circunstâncias similares às experiências já vividas”.

É fundamental afirmar que a criança é um ser pensante, social, sensível, que abstrai do seu mundo ao redor tudo o que necessita para sua aprendizagem, assim constrói por meio de seus desenhos um mundo real e imaginário.

Vale ressaltar que vários estudos afirmam que as características de desenhos são próprias de cada idade que não se repetem.

Na atualidade, o desenho é reconhecido como uma nova vertente de conhecimento que implica uma expressão da vida mental, portanto a criança revela por meio do desenho o que passa em sua vida pessoal, mesmo que ela ainda não seja capaz de manifestar pela linguagem falada ou escrita.

O desenho que inicialmente era realizado pelo simples deleite, num consecutivo procedimento de aprimoramento dos traçados pela criança, em períodos seguintes, desperta pensamentos novos quando a criança começa a entender certos “erros” que comete ao produzir desenhos.

Esses “erros” muitas vezes proporcionam um desenvolvimento, posto que a criança tenta “resolver as falhas”. Entretanto, nesse momento, “[...] de modo algum é o pensamento que dirige e regula o ato da criação. É da criação que originalmente nascem à explicação, a comparação e o pensamento”. (FREINET, 1977, p. 86). Conforme citação abaixo que esclarece que:

No transcorrer do desenvolvimento do desenho, Freinet elucida que a criança fala de si por próprio, por meio da produção de desenhos no momento em que ela domina o desenho, pois antes disso, ela se desenvolve experimentalmente sem algo completo. A criança só poderá falar de si pelo desenho quando estiver segura do lápis. Até lá, a técnica é demasiado imperfeita e o instrumento falha a cada instante. A criança tira vantagem disso e realiza os seus desenhos segundo o princípio da tentativa experimental que definimos. Depois ajusta como lhe for possível, a sua expressão verbal à sua criação gráfica, mas um pouco como se estes grafismos não lhe fossem pessoais. (FREINET, 1977, p. 91-92).

Os autores Ferraz e Fusari (1993) compreendem que a imaginação em atividade é uma atividade de criação, que é o resultado de suas vivências e de alguns elementos de sua

realidade. Portanto desenhar é uma representação real ou abstrata que está ligado a imaginação.

A criança se mostra confiante, pois acredita imensamente em sua imaginação apoiando-se nas suas vivências, desejos e interesses para as representações.

3 O OLHAR DO PROFESSOR NA INTERPRETAÇÃO DOS DESENHOS

O desenho é um método que pode ser aprimorado no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, em outras palavras os desenhos das crianças desenvolvem a linguagem, a coordenação motora, memória, socialização do pensamento, criatividade, o desempenho, a autoestima, a comunicação e a leitura do mundo.

Estudos afirmam que o cérebro inicia sua capacidade quando somos pequenos e quanto mais estímulos nos proporcionam nascem mais neurônios e isto melhora a nossa capacidade cognitiva. Outro ponto é o processo biológico que é respondido para o cérebro às experiências do meio ambiente que cada um está inserido.

Portanto o ato de desenhar tem uma ligação íntima à escrita. A criança quando começa a perceber o mundo da escrita fica no estado de deslumbramento e tenta imitar a escrita dos adultos, assim inicia por meio do desenho essa fase de iniciação do desenho.

Certamente as garatujas e os desenhos não são rabiscos sem importância, a julgar pelo que é representado pelas crianças em seus primeiros passos com a escrita tudo tem um significado, e, portanto, cabe ao professor um olhar transformador fazendo dessa apreciação um método de ensino tão apropriado quanto qualquer avaliação quantitativa. O docente deve auxiliar o aluno no processo de aprendizagem para que este se aproprie do conhecimento, sabe-se que a criança constrói seu conhecimento a partir das vivências do mundo onde vive e deve-se estimular essa vivência. Através desses rabiscos a criança percorre o caminho até as representações gráficas.

Ademais, compete ao professor apropriar-se das fases do desenho infantil e sua relação com a escrita gráfica e simbólica no intuito de proporcionar aos educandos aulas interativas e produtivas. Contudo Moreira (2009) menciona que o professor deve previamente valorizar o desenho e sua linguagem, uma vez que esse reconhecimento por parte do professor tem grande significado para a criança já que tem o poder de desmotivá-la ou estimulá-la.

O educador deve conhecer as fases dos desenhos e sua importância para incitar o aprendizado dos alunos, com esse ato favorecerá o desenvolvimento integral. Quando o professor não tem o conhecimento sobre as fases do desenho, ele poderá ter atitudes

inapropriadas ao desenvolvimento saudável dos menores, como, por exemplo, repreender ou desmerecer as crianças quando estão praticando, riscando seu corpo, paredes, papéis e móveis e tudo que acarretem expressão negativa. O docente tem a responsabilidade de criar um ambiente especial para essa finalidade, porquanto isto implicará um adulto seguro de suas atitudes e uma criança mais criativa.

Colaborando o exposto acima, ressalta-se o posicionamento de Almeida (2003, p. 27):

[...] as crianças percebem que o desenho e a escrita são formas de dizer coisas. Por esse meio elas podem “dizer” algo, podem representar elementos da realidade que observam, e com isso, ampliar seu domínio e influenciar sobre o ambiente.

No ambiente escolar o educador deve aprimorar seus métodos de apresentar o desenho às crianças, neste sentido o desenho deve ser direcionado ou livre.

É na escola que as crianças iniciam sua vivência e suas primeiras relações de experiências fora de casa, quando começam a ter um conhecimento maior sobre a vida em grupo. Isto posto, é necessário transformar este local num ambiente caloroso, agradável, acolhedor e estimulante, para que os alunos se ajustem ao espaço escolar e possam trocar experiências sociais e educativas, que estimulem sua livre expressão. Além do mais, na pré-escola a criança não desenha com realismo um objeto, no entanto quanto maior for o interesse pelo que ela desenhava mais riqueza de detalhes terá de acordo com suas próprias experiências. Deste modo, mais uma vez evidencia-se o relevante papel de interpretação do professor na educação, pois é nesse momento que o educador consegue separar e reunir elementos próprios de cada aluno.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

O desenvolvimento progressivo do desenho implica mudanças significativas que, no início, dizem respeito à passagem dos rabiscos iniciais da garatuja para construções cada vez mais ordenadas, fazendo surgir os primeiros símbolos. (BRASIL, 1998, p. 92).

No processo da garatuja a criança consegue um tímido controle sobre o lápis em contato com o papel por meio desse momento o professor começa a avaliar e a utilizar esse estágio de conhecimento seja motor ou de percepção, nesse caminho o profissional da educação inicia a sua caminhada para o ensino, dessa maneira dando condições a criança e instrumentos que estimule a aprendizagem.

Como dispõe o Referencial Curricular Nacional Infantil:

Na garatuja, a criança tem com hipótese que o desenho é simplesmente uma ação sobre uma superfície, e ela sente prazer ao constatar os efeitos visuais que essa ação produziu. A percepção de que os gestos, gradativamente, produzem marcas e

representações mais organizadas permite à criança o reconhecimento dos seus registros. (BRASIL, 1998, p. 925).

Um dos pioneiros a estudar o desenho infantil foi Luquet (1969). O filósofo francês investigou o processo de elaboração do desenho em crianças e descobriu os quatro estágios de desenvolvimento que acontece durante a vida infantil: a) realismo fortuito, que é a prática do criança esboçar traços, associando a objetos e comparando-os, finalizando assim a etapa dos rabiscos; b) o realismo falhado, em que a criança tenta reproduzir as formas de objetos e pode conseguir ou não; c) realismo intelectual, nesta etapa a criança possui conhecimento e desenha o que sabe sobre o objeto e d) o realismo visual, nesse período o desenho perde suas características infantis iniciando a representação real dos objetos.

Para Luquet (1969, p. 135) o ato de desenhar da criança “[...] não mantém as mesmas características do princípio ao fim. Portanto, convém fazer sobressair o caráter distintivo das suas fases sucessivas”. Ele crê que qualquer desenho tem um fundo de realismo, pois a criança reproduz o real diante dessas observações ele qualificou como estágios do realismo.

Alguns autores afirmam que quando a criança conclui os primeiros estágios do desenho inicia o desenvolvimento da escrita. Wallon (apud SINCLAIR, 1987, p. 77) assegura que o “desenho aparece espontaneamente; seu desenvolvimento baseia-se na interpretação que a criança dá às próprias garatujas a escrita aparece como uma imitação das atividades do adulto”. O desenho contribui para o desenvolvimento da criança que reflete seu desenvolvimento emocional, cuja representação do desenho pode estar repleta de sentimentos.

Na visão de Derdyk (1994, p. 51):

O desenho é a manifestação de uma necessidade vital da criança: agir sobre o mundo que a cerca, intercambiar, comunicar. A criança projeta no seu desenho o seu esquema corporal, deseja ver a sua própria imagem refletida no espelho do papel.

Nos desenhos percebemos com clareza e certeza as preferências, interesses, conflitos emocionais e seu nível de inteligência e amadurecimento, devemos perceber nos pequenos e grandes detalhes, como cores, traços, fisionomias, tamanhos, tudo deve ser levado em consideração ao se interpretar os desenhos.

Ao desenhar, a criança passa para o desenho uma espécie de marca única de sua vivência, que ela mesma pode gostar ou não. Dessa maneira, a criança apropria-se do desenho. Ela pode dar, jogar fora, guardar, presentear ou destruir, como também pode fazer uma interpretação verbal, pode contar uma história ou simplesmente falar com uma só palavra

o que desenhou ou na mesma hora mudar o contexto da historinha ou apenas desenhar para se divertir, sendo assim intérprete da sua própria ilustração.

Assim sendo, compreendemos que o ser humano é de fato um ser de expressão e nessa marca, o desenho torna-se um canal substancial na comunicação interpessoal.

O desenho proporciona uma alternativa de revelação do inconsciente, ou seja, as emoções que as crianças não conseguem proferir por meio das palavras. É necessária a estimulação do desenho no ambiente escolar, social e familiar, para que esta criança consiga expressar sua imagem, a realidade onde vive e suas relações com o mundo, como destaca Derdyk (1994), citado por Santana (2010, p. 53):

Desenhar é atividade lúdica, reunindo, como em todo jogo, o aspecto operacional e o imaginário. Todo o ato de brincar reúne esses dois aspectos que sadiamente se correspondem. A operacionalidade envolve o funcionamento físico, temporal, espacial, material, as regras; o imaginário envolve o projetar, o pensar, o idealizar, imaginar situações. Ao desenhar, o espaço do papel se altera.

Os traços e rabiscos dizem muito mais que palavras ou atitudes que a criança possa apresentar, quando a criança desenha ela representa algo simbolicamente, seja um adulto, seja algum momento que tenha vivenciado. Somente observando os desenhos é que se tornam claros traços do real, e também de um imaginário que ela mesma constrói a partir do sua realidade, por meio da capacidade simbólica que as crianças possuem elas desenvolvem mais fortemente a habilidade de criar, de construir.

No papel aparecem formas humanas ou formas soltas onde não existe a obrigação dos desenhos serem legítimos, tendo em conta que na educação infantil os pequenos pintam e constroem o que sabem da realidade ou o que simplesmente sentem e, é nesse momento que o educador deve instigar a ampliação de conhecimento daqueles, questionando-lhes para que procurem em suas próprias memórias tudo que conhecem do mundo e registrem do seu modo. Cumpre ressaltar que cada criança tem uma maneira própria de produzir os seus desenhos e o educador tem a missão de expandir o repertório de imagens dos pequeninos, fazendo a ponte entre o mundo real que conhecem e a imaginação.

4 A APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NA UNIDADE DE ENSINO JARDIM DE INFÂNCIA O PESCADOR

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

A escola-campo escolhida foi a Instituição de Ensino “Jardim de infância O Pescador”, localizada na zona urbana de Raposa, município do estado do Maranhão, cujo endereço é Avenida Principal, s/n, Centro, CEP 65138-000, INEP 21008000. A escola tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Raposa/MA e o curso ofertado é a Educação Infantil.

Sua inauguração aconteceu no ano de 1985, oferecendo para o centro de Raposa a Educação Infantil nos turnos matutino e vespertino. Esta escola funciona dentro do prédio da escola Unidade Integrada Sarney Filho. O Jardim de infância Pescador tem como visão realizar trabalhos de forma participativa buscando a cooperação entre todos que formam a comunidade escolar favorecendo um ensino-aprendizagem de qualidade aos alunos atendidos. Sua missão é promover um ensino de qualidade, desenvolver um ambiente participativo, de respeito ao próximo, de solidariedade e de convívio cultural, preparando os alunos para a produção do conhecimento e para o exercício da cidadania.

A escola atende uma clientela de 114 alunos, nos turnos matutino e vespertino, e para tanto conta com 14 funcionários. No que se refere a sua estrutura dispõe de uma diretoria, uma cantina equipada com fogão industrial, freezer, uma estante e um armário para armazenar utensílios, possui ainda quatro salas de aula, dois ventiladores fixos por sala, uma televisão, um aparelho de DVD, quatro banheiros, sendo um de funcionários e os demais para o uso dos alunos, sem rede de esgoto sanitário conta apenas com fossa séptica e coleta de lixo periódica. A instituição de ensino também possui pátio coberto, carteiras (conjunto) e espaço externo suficiente para ampliação e com a capacidade para a construção de mais salas de aula.

O prédio é pequeno e reserva pouco espaço às atividades pedagógicas permanentes. As produções das crianças ficam em exposição, mas sem espaço fixo (parede). Os cartazes utilizados nas aulas também são expostos sem lugar fixo. Seu quadro administrativo é formado por: uma gestora e um agente administrativo. Seu quadro pedagógico é constituído por duas Supervisoras da Educação Infantil e oito professoras O seu quadro operacional é composto por seis funcionários de serviços diversos, quatro merendeiras e quatro vigias.

4.2 Análise e discussão

Esta pesquisa apresenta a pertinência do desenho infantil como técnica didática. Tema muito discutido por estudiosos na área da Educação, que vêm dando a esse assunto atenção especial devido a utilização de atividades que envolvam o ato de desenhar no desenvolvimento da criança aplicadas ao processo de aprendizagem. Com o tema “O Olhar do Professor na Interpretação de Desenhos Infantis”, realizado na Escola Jardim de Infância O Pescador, em Raposa, MA, teve como objetivo analisar e interpretar o desenho da criança como um fator determinante e primordial no processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

Duas turmas do turno vespertino do jardim II de alunos da Escola supramencionada foram selecionadas e, a partir daí, iniciou-se a observação das crianças em sala e das professoras regentes. São 27 alunos matriculados, sendo 12 em uma sala e 15, na outra, todos entre 4 e 5 anos. As crianças das turmas selecionadas para a pesquisa são de família de classe baixa, cujos pais ou responsáveis são na maioria dos casos pescadores, lavradores (trabalham em hortas) e empregados domésticos. Frisa-se que muitos deles são beneficiários de programas assistenciais do governo.

Os alunos são deixados na escola por volta de 13h30min e o retorno ocorre no final da tarde, às 17h00min. A análise dos dados foi baseada nas informações coletadas a partir das observações das professoras de suas impressões quando trabalham as atividades de desenho. A partir da observação e dos dados coletados, foi organizado o material para análise, que teve como base o roteiro de observação dos desenhos das crianças e um questionamento para as docentes de sala de aula. Abaixo, segue uma breve descrição das questões abordadas durante entrevista (APÊNDICE A) em sala de aula e os respectivos comentários em cada um deles.

O questionamento primeiramente foi feito à professora A, cuja formação é a Normal Superior e a desempenha há 14 anos, onde pergunta-se

Você utiliza o desenho como prática pedagógica? Se sim, por quê?

A professora respondeu que: *“Mais ou menos, acredito que o desenho tem uma grande representação na vida do aluno no sentido somente de criação e de deixar a criança calma”*.

Em seguida, inquiriu-se novamente se a professora acreditava que o desenho pode representar o estado emocional ou as dificuldades das crianças?

Respondeu ressaltando que: *“Acredito que sim, pois muitas vezes observo que quando estão sem paciência ou com fome elas não desenham como de costume desenham rápido ou pintam ou quando um desenho de cor diferente que a criança não costuma desenhar ou pintar é só perguntar que logo elas contam o que está acontecendo de errado na sua casa”*.

Em ato contínuo foi indagada sobre quando a atividade em sala envolve desenho se é percebido maior interesse por parte dos alunos?

A mesma relatou que: *“As crianças ficam animadíssimas, todos ficam pedindo papel e lápis de cor, posso dizer que só perde para o recreio, claro que tem umas que preferem desenhar na hora do recreio”*.

Quando questionada sobre a forma que o desenho pode influenciar no desenvolvimento cognitivo das crianças? Como?

A professora afirmou que: *“Acredito que somente na parte locomotora, consegue pegar o lápis com mais firmeza”*.

E quando se deixou ela livre para complementar sua resposta se gostaria de acrescentar algo mais sobre essa temática?

Ela enfatizou que: *“A meu ver, o desenho é um importante método que nós professores podemos utilizar para aprimorar e facilitar o comportamento da criança, além de nos aproximar das crianças mais afetivamente, pois quando uma criança quer dar carinho ela desenha”*.

A professora B é formada em pedagogia e a exerce há 20 anos.

Quando perguntou-se sobre a utilização do desenho como prática pedagógica? Se sim, por quê?

Como resposta obteve-se: *“Talvez, sim pois sempre trato o desenho como um prêmio para que eles fiquem quietos e obedeçam”*.

Quanto ao segundo questionamento se acreditava que o desenho pode representar o estado emocional ou as dificuldades das crianças?

Sua resposta foi que: *“Sim, pois as crianças quando desenham retratam o que estão passando em casa. Se for alegria percebemos pelo desenho e quando é tristeza também, ou seja, percebo os pontos negativos e positivos que o lado afetivo da criança, pois acredito que através do desenho podemos enxergar dentro da criança”*.

Em seguida fez-se a argumentação em relação a atividade em sala quando envolve desenho é percebido maior interesse por parte dos alunos?

Obteve-se como resposta que *“Sim ficam muito felizes e obedecem ao comando mais fácil. Gostam de competir qual o desenho é melhor e mais bonito”*.

Quando perguntou-se sobre a forma que o desenho pode influenciar no desenvolvimento cognitivo das crianças? E Como?

Ela foi taxativa em afirmar que: *“As crianças aprendem a ter firmeza na coordenação motora fina, sua imaginação e sua forma de pensar é estimulada.*

Logo após foi inquirida se tinha algo a acrescentar em relação à temática?

A mesma retratou que: *“Sempre gostei de desenho, lembro que sempre digo aos meus alunos para desenharem muito, assim eles aprendem e têm mais interesse”*.

De maneira bem pontual, as educadoras versaram sobre o tema proposto e percebeu-se que há convergências em suas respostas em relação à importância do desenho na prática pedagógica.

Para a docente A, o desenho sempre foi um meio de estímulo à aprendizagem. Prossegue a educadora que as crianças representam algo, relata ainda que pelo comportamento da criança pode ser verificado o estado em que ela se encontra: se está ansioso, impaciente por estar com fome ou se há algum problema de fundo emocional. O que ficou óbvio é que o tema em questão suscita boas reações nos alunos.

Nesse sentido, constatou-se que a professora utiliza o desenho não só como lazer, bem como um método de relacionamento, porém fica evidenciado que o desenho não é utilizado de forma adequada pois, a professora não tem conhecimento como pode ser aproveitado o desenho para facilitar o ensino aprendizagem, por meio do desenho a educadora poderá traçar um roteiro individualizado do aprendizado da criança assim, criando alternativas pedagógicas para o ensino adequado para cada criança.

A criança desenha por satisfação com entusiasmo e se diverte expondo suas emoções, devendo, portanto, respeitar seu momento, visto que cada criança tem seu próprio tempo de executar e projetar seu desenho de acordo com sua potencialidade.

Assim explica Derdyk (1993, p. 10): “[...] um jogo que não exige companheiros, onde a criança é dona de suas próprias regras. Nesse jogo solitário, ela vai aprender a estar só, “aprender a só ser”. O desenho é o palco de suas encenações, a construção de seu universo particular”.

Com efeito, a professora B se mostrou mais sensível e isso se refletia em sua rotina pedagógica, inclusive expressada no desenho infantil. Sua relação com os alunos era mais sentimental e afetiva, com muito contato físico, mas observando à dignidade e liberdade individuais das crianças.

Leva-me acreditar que o ato de desenhar é utilizado como um meio de conexão entre a professora e os alunos, porém é visto como uma prática para melhorar a coordenação da criança sem outra função pedagógica a professora não tem um olhar diferenciado para avaliar os seus alunos por meio do desenho pois, a mesma não tem conhecimento sobre os estágios que a criança passa no ato do desenho sendo assim, o desenho é meramente uma maneira de acalmar as crianças ou premia-las de modo que não tem uma visão mais completa do desenho que é atender objetivos pessoais e as metas da Administração Pública, isto é, a iniciação ao ensino das letras e números e posteriormente a alfabetização.

A propósito, ensina Porcher (1992, p. 108):

Ao desenhar, a criança expressa coisa bem diferente do que sua inteligência ou seu nível de desenvolvimento mental: uma espécie de projeção de sua própria existência e da dos outros. Eis porque a psicologia projetiva, por exemplo, utiliza muito o desenho das crianças como objetos nos quais é possível ler uma personalidade.

Acredita-se que reconhecendo as múltiplas funções do desenho, os educadores têm novas possibilidades de ensino em curto prazo, assim, me parece que a receita para acelerar o aprendizado consiste em ter o estímulo adequado em todas as etapas do desenho. De fato, ao desenhar a criança aprimora a capacidade de interpretação e leitura do mundo transmitindo essas sensações para o papel.

5 CONCLUSÃO

Em suma, verificou-se que o desenho estimula o desenvolvimento da criança em todas as suas vertentes: o lado afetivo, raciocínio, motricidade, memória visual, a criatividade e autoestima. Ao expor suas emoções, os alunos facilitam o trabalho do docente de interpretar a melhor forma de utilizar o desenho em favor da aprendizagem do educando.

Ao longo da pesquisa ficou evidente que está havendo mudanças sobre o pensamento a respeito do desenho como metodologia, vez que as escolas valorizavam prioritariamente a escrita, desprezando métodos pouco convencionais. A alfabetização encontra no desenho uma alternativa para conhecer o aluno e então criar mecanismos que viabilizem sua aprendizagem.

Nesse processo o professor deve compreender que o desenho não é apenas uma brincadeira de faz de conta, mas uma semente para muitas possibilidades de aprendizagem. Outrossim, o educador deve atentar para o fato de que a criança ao se expor fica muito vulnerável, e por também possuir uma mente moldável, compete-lhe zelar pelo seu bem estar

e interferir o mínimo possível em sua personalidade. Por meio de estudos o educador pode compreender o processo do desenho assim esse olhar passa a ser outro.

Contudo ressalta-se que o desenho é um processo complexo, uma vez que é a representatividade de dois mundos da criança, a do imaginário conectado com a realidade em que a criança filtra suas melhores lembranças, utilizando suas memórias e emoções.

É necessário respeitar a autonomia dos pequenos, porque esses desenhos refletem marcadamente sua personalidade para vida inteira. Se o professor não der a devida importância a sua manifestação de representar o mundo pelos rabiscos do papel pode acarretar reflexos negativos por toda a vida adulta. É imprescindível salientar que o educador não deve reformular, corrigir, comparar ou criticar os desenhos, haja vista serem esses os únicos atos com autonomia própria.

Neste sentido, destaca-se a relevância do olhar do professor como prática indispensável na sua conduta de avaliador, pesquisador e principalmente educador, pois por meio do desenho a criança manifesta suas paixões, de personalidade de sentimentos, de raciocinar, de agir e interação em grupo ou individual perante a comunidade escolar.

Contudo, espera-se com essa pesquisa contribuir para novas discussões, incitar reflexões, interesses e descobertas sobre a relevância da temática como recurso essencial no reconhecimento do desenvolvimento do processo educativo.

**THE TEACHER'S LOOK AT THE INTERPRETATION OF CHILDREN'S
DRAWINGS AT “O PESCADOR KINDERGARTEN SCHOOL IN RAPOSA- MA,
WITH CHILDREN OF 4 AND 5 YEARS OLD**

ABSTRACT

The Drawing is capable of contributing to human development, since it plays a fundamental role in the construction of a child's thinking and learning. Through drawing the child understands the world around him and has the first experiences, instead he uses the illustrations as a form of language to communicate when he does not know how to express verbally, and adults, to understand the way of thinking of the little ones . This study makes us understand that drawing is the first format of children's graphic expression and it exists in several cultures. When drawing, the child leaves his marks and registers his thoughts and feelings, his imagination and creativity being imaginary or real. The research was carried out at the "O Pescador Kindergarten" School, in the city of Raposa - MA, with children from four to five years of age. Therefore, the work presented here aims to highlight the relevance of the teacher's perspective on the interpretation of children's drawing and the extension of their vision as an influential support in the cognitive, psychomotor, emotional and social aspects of children.

Keywords: Teacher's. Children's drawings. Early childhood education.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed. São Paulo: contexto, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Formação Pessoal e Social: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <www.mec.com.br>. Acesso: 20 mar. 2018.
- DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. São Paulo: Scipione, 1994.
- _____. **O desenho da figura humana**. São Paulo: Scipione, 1993.
- _____. **Pensamento e ação no magistério**. São Paulo: Scipione, 1994.
- FERRAZ, Maria Heloísa de Toledo; FUSARI, Maria F. de Rezende. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, J. B. **Educação do corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1997.
- FREINET, Celestin. **O método natural: a aprendizagem da língua**. Tradução de Franco de Souza e Maria Antonieta Guerreiro. Lisboa: Estampa 1977. 405p.
- LOWENFELD, V.; BRITTAIN, W. L. **Desenvolvimento da capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- LUQUET, G. H. **O desenho infantil**. Porto: Editora do Minho, 1969.
- MOREIRA, Angélica Albano. **O espaço do desenho: a educação do educador**. 13. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.
- PERONDI, D. **Processo de alfabetização e desenvolvimento do grafismo infantil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- PORCHER, Louis. **Educação artística: luxo ou necessidade?** 5. ed. São Paulo: Summus, 1992.
- SANTANA, José Jorge Santos, **Você sabe desenhar? O desenho da criança e a relação com o desenvolvimento cognitivo; uma experiência na Escola Estadual Governador Roberto Santos**. Salvador: Generated by Foxit, 2010.
- SINCLAIR, Hermine. O desenvolvimento da escrita: avanços, problemas e perspectiva, In: PALACIO, Margarita Gomes; FERREIRO, Emilia. **Os processos de leitura e escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKI, L. S. **Imaginación y el arte en la infancia**. México: Tradução Hispánicas, 1987.

_____. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem/Lev Semenovich Vigotski, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente Roteiro de Entrevista objetiva coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema versa sobre o **“O olhar do professor na interpretação de desenhos infantis”**, realizada nas turmas do **“Jardim de Infância O Pescador”**, em Raposa - MA, com crianças de quatro a cinco anos de idade. Este instrumento pretende verificar o que o professor compreende acerca das interpretações de desenho de seus alunos e sua relevância para o ensino.

Desde já agradeço a atenção dispensada.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AS PROFESSORA DO INFANTIL II

- 1) Você utiliza o desenho como prática pedagógica? Se sim, por quê?
- 2) Você acredita que o desenho pode representar o estado emocional ou as dificuldades das crianças?
- 3) Em relação a atividade em sala envolvendo desenho, é percebido maior interesse por parte dos alunos?
- 4) Você acredita que o desenho pode influenciar no desenvolvimento cognitivo das crianças? Como?
- 5) Em relação à temática, tem algo a acrescentar?

APÊNDICE B – A CONSTRUÇÃO DOS DESENHOS LIVRES E DIRIGIDOS EM SALA DE AULA DA ESCOLA “JARDIM DE INFÂNCIA O PESCADOR

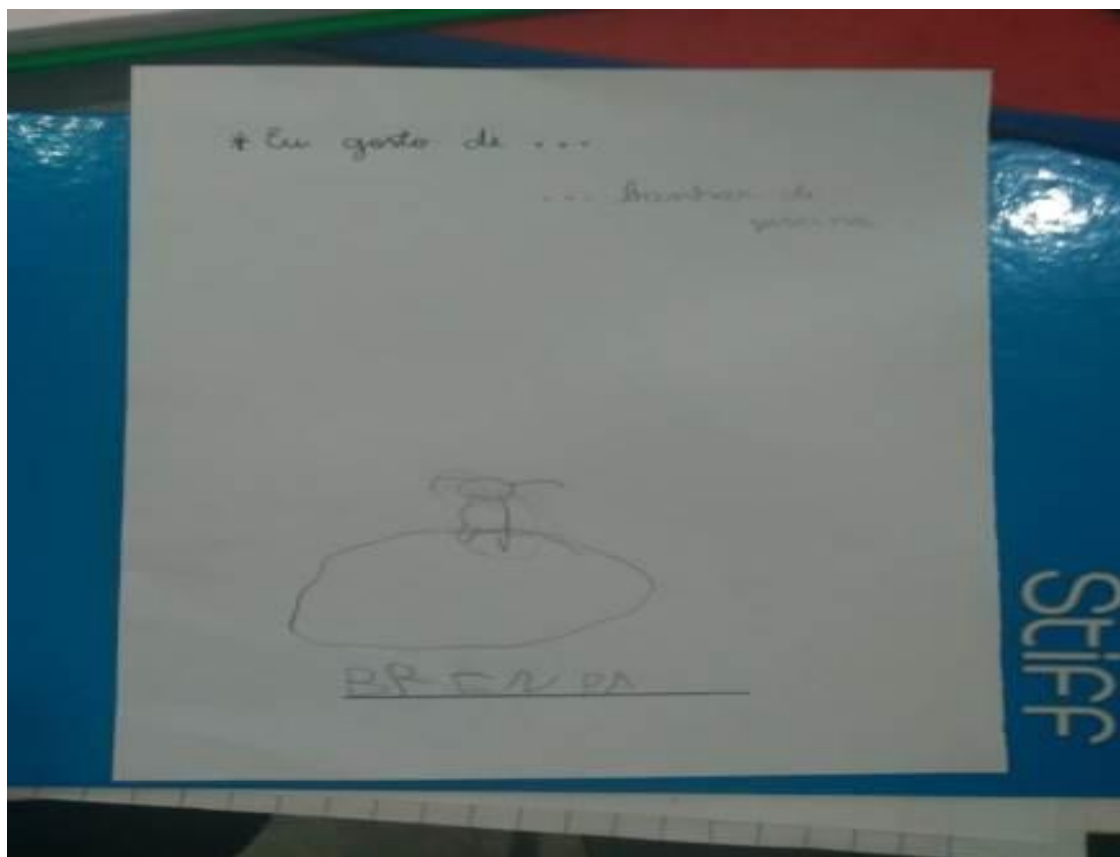


FIGURA 01- BANHAR NA PISCINA (O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER)

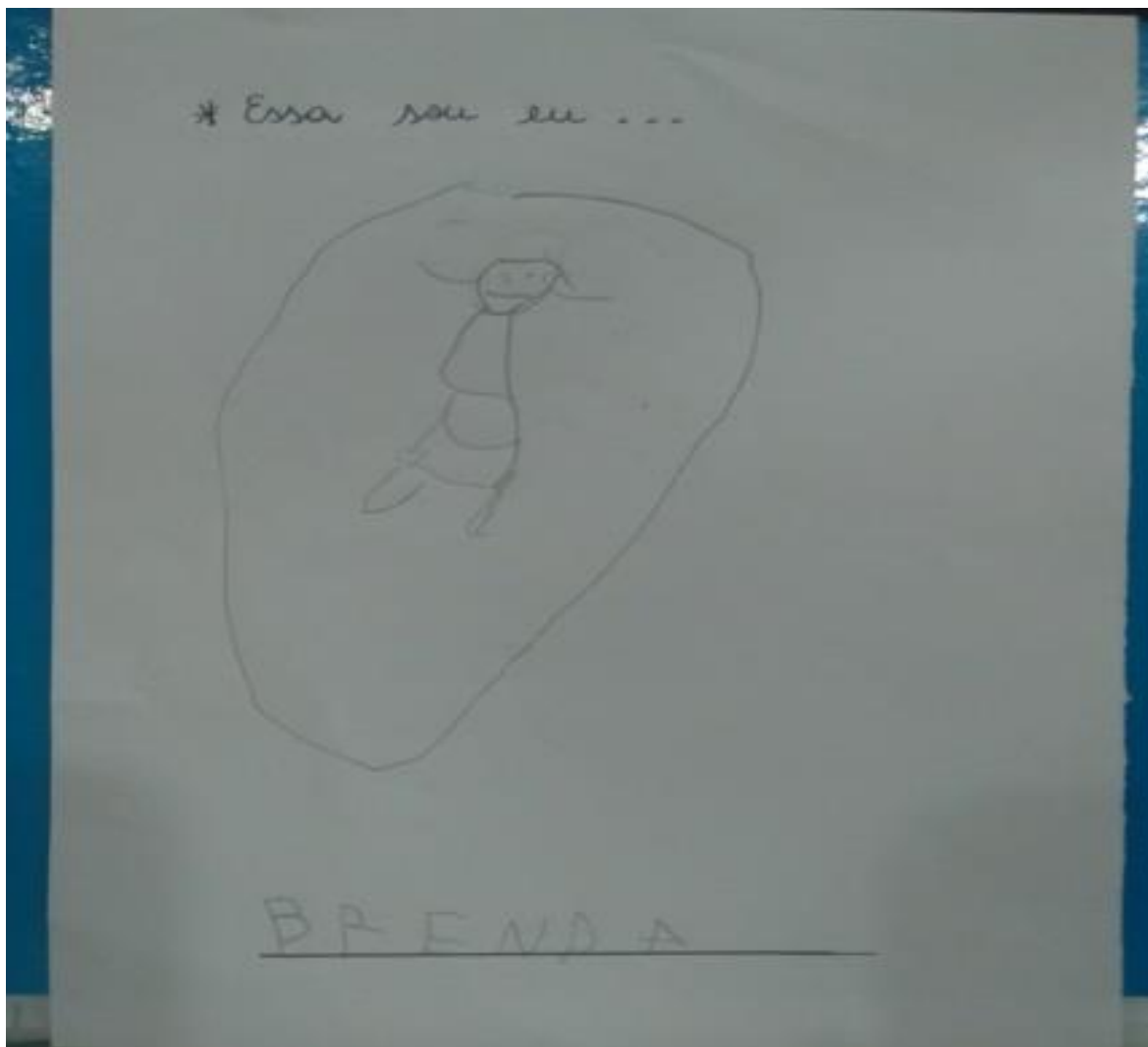


FIGURA 02- DESENHO DA PRÓPRIA CRIANÇA



FIGURA 03- BRINCAR NO JARDIM (O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER)

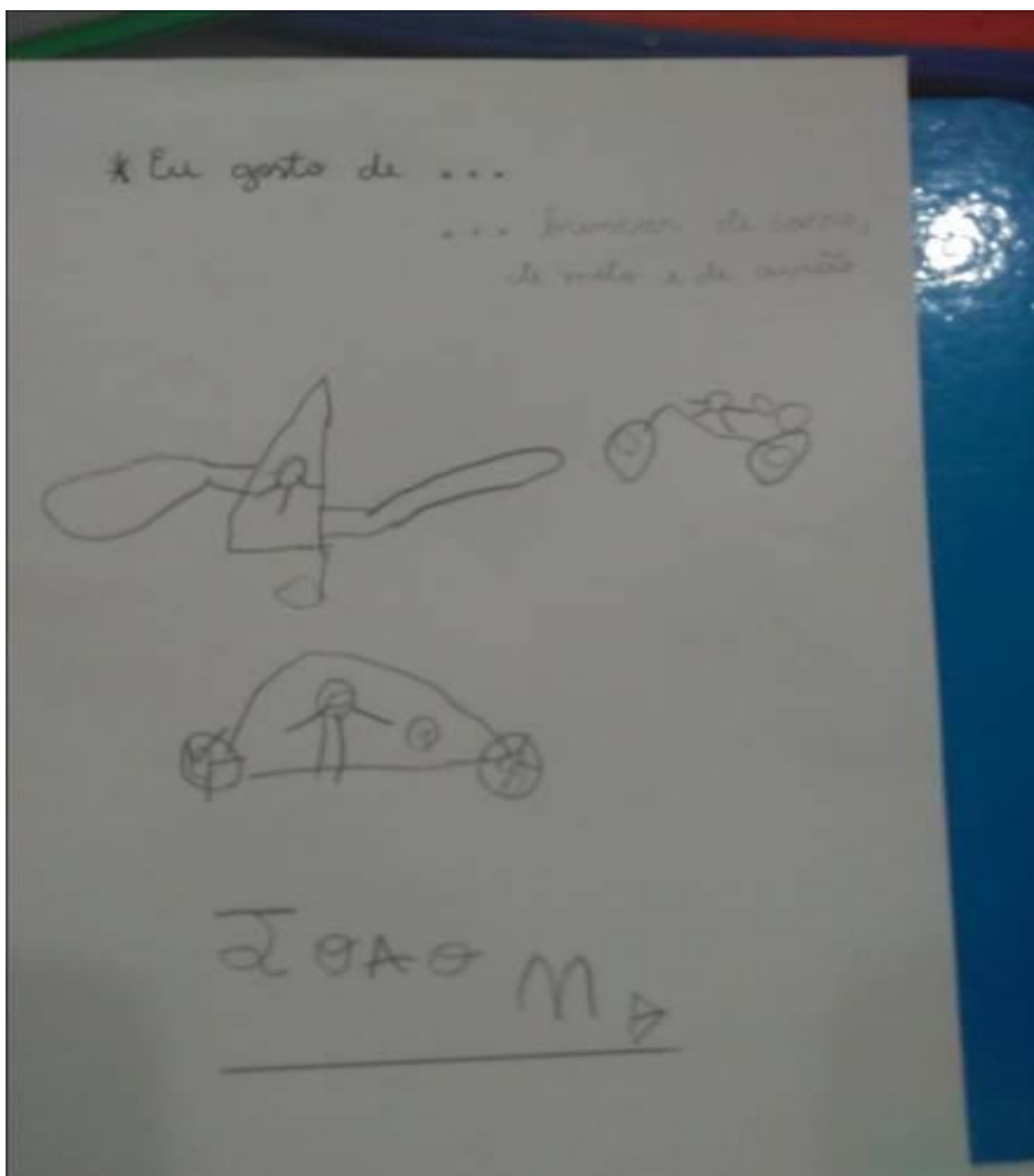


FIGURA 04- BRINCAR DE CARRO, MOTO E AVIÃO (O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER)



FIGURA 05- BRINCAR DE SER ANJO (O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER)

uma análise sobre as contribuições desse profissional para a formação continuada de professores

Fabiana Aragão Vieira*

Josemar Nogueira Silva**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as contribuições do supervisor educacional na aquisição de conhecimentos dos professores, para que aperfeiçoem as suas práticas dentro e fora da sala de aula. Entende-se que o supervisor educacional, para ser eficiente, precisa estar atento às oportunidades que a prática cotidiana dispõe, a fim de criar situações que provoquem nos professores possíveis inovações. Também observa-se que a eficácia da ação do supervisor torna-se, pois, diretamente ligada à sua habilidade em promover mudanças de comportamento no professor. Este estudo ainda observa que o Supervisor ver-se-á diante de conflitos e incertezas que, muitas vezes, o levarão a refletir sobre como está sendo realizado o processo de formação que se desenvolve dentro da escola, para o que precisa depositar o máximo de intencionalidades, em um planejamento cauteloso, para a promoção de mudanças nas práticas de professores, principalmente porque mudanças não são algo definitivo, ao contrário são dinâmicas e contínuas. Procura-se apontar que o supervisor educacional tem um papel muito relevante na missão de restaurar o valor e o significado do ensino como espaço de inovação, transformação, integração e capacitação constante. Entende-se ainda que o supervisor educacional pode contribuir significativamente no suporte aos professores quanto à sua formação, quando, através de uma relação afetiva e de confiança, faz com que os professores reconheçam seus saberes e os aspectos que precisam ser superados e aperfeiçoados. No seu percurso explicativo, o presente trabalho apoia-se em estudos bibliográficos, à luz de concepções e posições de teóricos escolhidos como fontes para a sua realização e para o fortalecimento dos aspectos metodológicos preconizados.

Palavras-chaves: Supervisão. Formação continuada. Professor.

1 INTRODUÇÃO

Consultando as literaturas que norteiam este estudo, foi possível verificar que o supervisor recebe diversos nomes para qualificá-lo. O autor Vasconcellos (2004), em seu livro *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*, retrata, ao longo de sua publicação, a fusão dos termos Supervisão Educacional/Coordenação Pedagógica. Já Alonso (2010, grifo nosso), em seu texto *A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor*, afirma que: “Esse profissional – na verdade um professor – fica na escola e realiza a *supervisão pedagógica* junto aos professores, recebendo o nome de coordenador, orientador, assistente pedagógico ou equivalente”.

* Graduada em Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: phabby.vieira@gmail.com

** Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1978) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2005). Atualmente é supervisor - Secretarias Municipais de Educação (SEMED/Ma), com atuação na Docência Superior, em Graduação e Pós-graduação, na Faculdade Atenas Maranhense-FAMA e Instituto de Educação São Francisco-IESF. E-mail: josemarasilva@gmail.com
<http://www.iesfma.com.br/index.php/revista>

Contudo, apesar de haver autores que fazem o uso de vários termos para referenciar o mesmo profissional, utilizaremos, na grande totalidade deste artigo, o termo “Supervisor Educacional”, em conformidade com o tema proposto. Não obstante, pode haver, em alguma ocasião, a necessidade de citar outros termos para referenciar esse profissional tão versátil.

O Supervisor Educacional exerce atribuições significativas que dão suporte às instituições de ensino. Ele é responsável pela organização do processo de construção coletiva e execução do Projeto Político-Pedagógico da escola. É mediador do trabalho docente e articulador das práticas pedagógicas às novas teorias da aprendizagem, tendo como base a proposta pedagógica da instituição de ensino na qual ele trabalha.

A supervisão, na atualidade, continua com alguns aspectos tecnicistas próprios da função, a saber: ações pedagógicas pelos planos dos Regimentos Escolares, investigação, diagnóstico, planejamento e avaliação do currículo em aliança com outros profissionais da educação. Porém, atualmente, investe também em suas ações com conceitos multifacetados, assumindo postura social, política e humana, considerando as vivências que tanto os docentes quanto os discentes trazem consigo.

O supervisor educacional deve proporcionar condições para a formação continuada dos educadores, promovendo ações que objetivem a articulação dos professores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola. Nesse sentido, o presente artigo, intitulado: **“O PERFIL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL NA ATUALIDADE:** as contribuições desse profissional para a formação continuada de professores”, pretende analisar o seguinte questionamento: Até que ponto a atuação do supervisor educacional contribui na formação continuada de professores?

Para responder, a priori, esse questionamento, foram estabelecidas as seguintes hipóteses: a) O supervisor precisa colocar-se à disposição do professor no sentido de ajudá-lo na aquisição de conhecimentos que aperfeiçoem as suas práticas dentro e fora da sala de aula; b) O supervisor deve promover atualizações como forma de motivar o corpo docente; e c) O supervisor, na tomada de decisões, deve agir em conjunto com os professores, para que eles sintam-se como uma parte ativa e integrante da escola.

Dentro dessa perspectiva, delineou-se o seguinte objetivo para esta pesquisa, analisar as contribuições do supervisor educacional na aquisição de conhecimentos dos professores, para que aperfeiçoem as suas práticas dentro e fora da sala de aula.

O estudo foi realizado, por meio de pesquisa bibliográfica, pela qual se reconhece a importância desta investigação, na medida em que a intenção é torná-la embasamento

teórico para posteriores pesquisas. O intuito é demonstrar que o supervisor educacional deve provocar nos professores o constante questionamento e buscar pela identificação de suas necessidades para uma atuação cada vez melhor no processo de aprendizagem e esse ato de questionar deve ser habitual e sistemático, incluindo o estudo e a crítica às teorias e à própria prática de ensino do professor.

Na sua intencionalidade, torna-se relevante, porque apresenta mudanças na forma como o supervisor educacional vem sendo visto atualmente, principalmente por parte de seus pares, conferindo-lhe uma ressignificação de seu próprio fazer pedagógico. Ademais, no que concerne ao contexto social, o supervisor educacional é um agente mediador para uma educação de qualidade através de suas várias atribuições, seus saberes políticos, educacionais e, sobretudo, humanos. Com sua colaboração, é possível a construção de uma escola dinâmica, cooperando com movimentos construtivos no ensino e no aprendizado, interagindo com toda a comunidade escolar através de projetos que integrem a escola, a família e a sociedade como um todo.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Inicia-se o estudo da função supervisora, buscando primeiramente entender a etimologia da palavra supervisão que é explicada da seguinte maneira: super (sobre) + visão (ação de ver), ou seja, ação de ver sobre, visão sobre, visão abrangente, visão ampla, etc. (GIANCATERINO, 2010). Destarte, a supervisão está relacionada à visão ampla das ações, oriundas do contexto educacional. Nesse sentido, passou a ser exercida como função de controle no processo e se manifestava nos meios e formas de conduzir a educação.

Vasconcellos (2004, p. 85) ressalta que “[...] no século XVI, a função supervisor/coordenador tinha uma ação bem modesta sob a influência da *Ratio Studiorum*”. Esse documento norteava a ação educativa a partir de 1551, a qual regulamentava os colégios fundados pela Companhia de Jesus. Contudo, mais tarde houve mudanças significativas para a trajetória desse profissional.

No século XVIII, o PABAE¹ incidiu com maior força sobre o modelo de supervisão, de modo que tornou a função totalmente tecnicista e controladora, pois nesse plano, era dada ênfase à metodologia, à visão mais técnica, priorizava-se o “como fazer” ao invés do “porquê” ou do “para que fazer”.

Segundo Nogueira (2005, p. 37), os três objetivos básicos do PABAE eram:

1º introduzir e demonstrar, para os educadores brasileiros, métodos e técnicas utilizadas na educação primária promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores; 2º criar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de recursos disponíveis no Brasil, e em outros países, no campo da educação primária; 3º selecionar professores, de competência profissional, eficácia no trabalho e conhecimentos da língua inglesa, a fim de serem enviados aos Estados Unidos para cursos avançados, no campo da educação Inglesa.

O objetivo primeiro remete para o momento em que surge o profissional supervisor. Muito embora os demais objetivos ofereçam subsídios para dimensionarmos a supervisão e suas origens, há de se considerar que é de fato o primeiro objetivo do PBAEE dar o suporte para essa afirmativa. Desse advém, como principal resultante, a forma como os supervisores foram, infelizmente, desenvolvendo suas práticas, ficando evidente a ação fiscalizadora desse profissional.

Por intermédio da Reforma Universitária (Lei Federal nº 5.540/68), a supervisão educacional no Brasil surge em nível de Ensino Superior e, com ela, também as especializações (Orientação Educacional, Administração Escolar, Planejamento Escolar, Inspeção Escolar etc.) foram implantadas no Curso de Pedagogia, ao final dos anos 60.

Anos mais tarde, houve a implantação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei Federal nº 5.692/71), em que a Reforma Universitária direcionaria, posteriormente, todo o projeto educacional para a efetivação do plano político e econômico do governo do presidente Médici, no início dos anos 70. A supervisão educacional passa a ser institucionalizada por essa lei.

[...] foi tentativa de dotar a educação do mesmo tipo de racionalidade característica das chamadas organizações modernas. Essa tentativa se configurou, tanto na multiplicação de hierarquias ocupacionais dentro do sistema escolar — supervisores, orientadores educacionais, administradores e inspetores —, como na caracterização da atividade educacional em termos tecnicistas, mais adequados ao universo empresarial. (CURY et al., 1982, p. 27).

Em meados dos anos 90, o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, estabelece que:

[...] a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

Ainda no enfoque das leis, destaca-se o parágrafo 2º do art. 67, o qual estabelece:

[...] são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (BRASIL, 1996).

A regulamentação, de maneira geral, estabelece que o profissional é responsável por coordenar, planejar, executar, controlar e avaliar o projeto político pedagógico da unidade em que ele está lotado, juntamente com o corpo diretivo e docente. A função de supervisor educacional, supervisor escolar e supervisor pedagógico são sinônimas, para todos os efeitos legais.

Ressalta-se ainda os três primeiros artigos do Projeto de Lei 4.412 de 2001, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituída e regulamentada, nos termos desta Lei, a profissão de Supervisor Educacional. Art. 2º. O exercício da profissão de Supervisor Educacional é prerrogativa dos portadores de diploma de curso de graduação obtido em instituição de ensino superior devidamente autorizada e credenciada pela autoridade competente do sistema de educação nacional. Art. 3º. O campo de atuação do Supervisor Educacional abrange: I – os órgãos centrais e regionais dos sistemas de ensino; II – as instituições de ensino; III – todas as áreas que desenvolvem ação de formação. Art. 4º. Compete ao Supervisor Educacional coordenar, planejar, pesquisar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, controlar, acompanhar, orientar, executar e avaliar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes e pareceres técnicos, científicos e pedagógicos, na área educacional. (BRASIL, 2001).

Diante de todo o desenho estrutural das leis, projetos e pareceres, a introdução da supervisão educacional foi, em certo momento histórico, para o cenário escolar, um divisor de águas em que de um lado estavam os que pensam, deliberam e comandam e do outro lado os que executam. A figura do supervisor limitava o professor no exercício de seu fazer pedagógico.

Como o período da ditadura não é um fato histórico tão distante, muitos ainda não se desvencilharam totalmente de seus efeitos, o que é compreensível quando encontramos entendimentos que, acerca da supervisão, remontam ao espírito ditatorial com manifestos em uma linguagem e práticas em consonância com os termos, como fiscalização e inspeção. (GIANCATERINO, 2010, p. 82).

Para aquisição do verdadeiro sentido da supervisão educacional no contexto escolar, é necessário despir-se da vestimenta histórica que caracterizava a função como sendo autoritária e vestir a nova roupagem que segue a tendência estimuladora e organizadora que envolvam, de forma global, todos os componentes integrantes da comunidade escolar.

Em função da origem profissional do supervisor educacional ligada ao poder e controle autoritários, existe a necessidade de ele assumir uma postura diferenciada com finalidade de conquistar a confiança dos educadores e, cada vez mais, um espaço onde possa exercer um papel pedagógico mais adequado que é o de mediar, conciliar, conceber,

proporcionar, desmecanizar o ensino, bem como elevar os níveis de rendimento tanto dos discentes quanto dos docentes.

3 A AÇÃO SUPERVISORA: concepções x condições

Ao longo da tessitura deste artigo, considerou-se concepções e posições de teóricos escolhidos como fontes para realização e fortalecimento dos aspectos metodológicos. A construção deste tópico em específico baseia-se principalmente na configuração que Vasconcellos (2004) emprega em sua obra. Para contextualizar o pensamento do autor, acrescenta-se a visão de outros pensadores, com o propósito de substanciar as ideias por ele apresentadas.

Alvo de muitas críticas, o supervisor educacional encontra-se como pauta em diversas discussões nos últimos anos, principalmente considerando a situação do ensino em geral. Diante desse ponto de vista, uma série de concepções sobre esse profissional vão ganhando posicionamentos que podem ficar na neutralidade como pode, em certos momentos, sair de uma posição sem evidência para exercer o protagonismo das relações educacionais, principalmente quando o supervisor torna-se promotor de novas práticas pedagógicas.

No que se refere ao olhar negativo que o supervisor exerce, Alonso (2010, p. 168) revela que:

[...] na década de 80 especialmente, quando foi mais forte o chamado ‘movimento crítico’ da Educação, os ‘especialistas do ensino’ e, particularmente, o supervisor, permaneceram no centro da crítica, apontados como responsáveis pelo insucesso escolar e outras mazelas do ensino.

Atualmente, esse movimento crítico ainda ocorre, pois a carga tecnicista intrínseca da função supervisora faz com que os professores encarem o supervisor como um mero cumpridor das ordens oriundas da direção da escola, resultando na falta de confiança do professor em dividir com o supervisor as suas frustrações, o que, por conseguinte, acaba impedindo uma solução ou até mesmo uma prevenção de problemas. Com base nas considerações de Corrêa e Oliveira (2011, p. 59), ressalta-se que é necessário “[...] construir uma nova dialética profissional onde o acompanhamento à orientação e a parceria tornem-se indispensáveis”.

Ainda sobre o lado “sombrio” da função, há situações em que, por falta de bom senso, o supervisor “pega no pé” do professor, buscando o mínimo sinal de falhas e deflagrando batalhas veladas. Essas questões acabam por comprometer o desempenho

profissional do docente e fortificar ainda mais a forma depreciativa com a qual o supervisor é visto pelos seus pares.

Como já foi mencionado, o supervisor é pauta de vários debates e críticas e, paulatinamente, há um movimento que, paralelo ao negativo, apresenta o supervisor como um profissional que ganha outras conceituações que harmonizam mais com o trabalho pedagógico:

[...] como prática educativa ou como função, a supervisão educacional, independentemente de formação específica em uma habilitação no curso de Pedagogia, constitui-se num trabalho escolar que tem o compromisso de garantir a qualidade do ensino, da educação, da formação humana. Seu compromisso, em última instância, é a garantia de qualidade da formação humana que se processa nas instituições escolares, no sistema educacional. (FERREIRA, 2010, p. 237-238).

O supervisor deve primar pela aquisição de subsídios para o combate a possíveis movimentos que contribuam para a depreciação da escola, desvalorização do professor e redução da qualidade do ensino. O supervisor, antes de qualquer outra função, é um educador e o papel principal do educador é fomentar tanto nos professores quanto nos alunos o prazer em adquirir cada vez mais conhecimento.

Medina (2002, p. 32) ressalta que “[...] considerando as características próprias do professor, o supervisor desenvolve com ele as formas possíveis de controlar o processo de aprender e de ensinar”. É no estreitamento dos vínculos de trabalho que os dois profissionais irão desenvolver parcerias que promovam melhores resultados em prol de um único fim que é a qualidade do ensino e aprendizagem.

Para corresponder aos desafios que são encontrados pelo supervisor no decorrer do exercício de suas funções, Vasconcellos (2004) faz uma abordagem sistemática das três dimensões da formação humana, são elas: atitudinal: o aprender a viver juntos e aprender a ser; procedimental: o aprender a fazer ou saber fazer; e o conceitual: o aprender a conhecer. Segundo o autor, essas dimensões constituem condições subjetivas para a ação do trabalho supervisor.

A dimensão atitudinal requer do profissional a habilidade de se colocar no lugar do outro, de desenvolver a empatia. Para os professores, trabalhar em meio a uma atmosfera de animosidades não produz os frutos que se espera do seu próprio trabalho. Cunha (2006, p. 86) afirma “[...] que hoje, cada vez mais, a dimensão afetiva é reconhecida como uma dimensão fundamental da formação”.

Imagine ter que fazer uma oração pedindo forças para ir à escola e encarar o seu supervisor, os alunos e os outros colegas de trabalho durante uma manhã ou durante um dia

inteiro? Realmente, é algo que interfere muito na disposição do docente em dispensar de si o melhor para o bom rendimento de seu trabalho. Nessa hora, o supervisor precisa ser um elo de conforto para o professor que está precisando ser orientado, para que esse não o veja como seu suposto algoz.

Conforme Giancaterino (2010, p. 87):

[...] ser supervisor é aceitar o desafio de trabalhar em prol de um mundo mais justo e igualitário, direcionando o trabalho pedagógico para uma visão ampla, da realidade e, acima de tudo, valorizando o ser humano enquanto sujeito em desenvolvimento e capaz de construir o próprio conhecimento.

O supervisor, involuntariamente, pode deixar-se levar por questões corriqueiras que acabam rotulando o professor e criando entre ambos uma barreira que impede um relacionamento mais próximo. Esse é o momento de o supervisor fazer um exercício de dissociação dos rótulos negativos e preconceituosos, de modo que ele consiga ponderar a melhor forma de resolver as referidas questões corriqueiras.

O supervisor precisa compreender que, muitas vezes, ele já está profissionalmente estruturado, enquanto o professor pode estar começando sua história pela docência. Pode-se dizer que o supervisor não pode desistir nem do aluno, nem do professor e nem de suas próprias motivações profissionais.

Para ajudar o professor nas questões laborativas, o supervisor precisa considerar a criticidade, a historicidade e a totalidade das causas que possivelmente vêm a desmotivar o professor. “A ação supervisora que se pretende emancipatória não poderá se construir alheia às subjetividades das pessoas envolvidas, valorando significativamente o espaço das relações”. (CUNHA, 2006, p. 87).

A análise crítica deverá ser um exercício contínuo da ação supervisora, objetivando encontrar as fragilidades no trabalho de sua equipe docente, não para puni-los, ou encontrar um culpado, ao contrário, ele deve reforçar as potencialidades de cada indivíduo que a compõe, pois o resultado de uma equipe que não está rendendo reflete negativamente no trabalho da supervisão. O supervisor tem que vestir a camisa e comprar as lutas de sua equipe, sendo justo, dando “a César o que é de César”.

A ação supervisora precisa ser inquieta, no intuito de perceber aspectos que, até então, não tinha tido contato antes, buscar inovações e o desconhecido, pois assim o supervisor será capaz de apresentar à sua equipe elementos novos, ajudá-los a reconhecê-los, para juntos desenvolverem um trabalho de parceria que se torne habitual. Villas Boas (2011, p. 77) salienta que “[...] cabe ao supervisor a tarefa de garantir a eficiência do processo educacional e a eficácia dos resultados a que se propõe”.

Na dimensão procedimental:

O pensar certo sabe, por exemplo, que não é a partir dele como um dado, que se conforma a prática docente crítica, mas sabe também que sem ele não se funda aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, ‘desarmada’, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura. (FREIRE, 1996, p. 17).

Para construir a prática “práxis” e atingir os objetivos, a supervisão precisa se organizar estruturalmente. Em contrapartida, em muitas escolas, o supervisor, como já foi visto anteriormente neste trabalho, assume a postura de bombeiro, ou seja, aquele que está na escola para apagar “incêndios”, substituir professor, mediar conflitos entre professor e aluno, elaborar atividades complementares para atenuar o déficit de conteúdos trabalhados pelo professor, etc.

A cada vez que o supervisor precisa, por qualquer motivo, fazer um movimento contrário às suas verdadeiras atribuições, mesmo que esse motivo seja em prol de não truncar o cotidiano das atividades escolares, ele permite que haja um considerável distanciamento entre a prática e a teoria.

A crescente lacuna entre teoria e prática pode dar-se por diferentes motivos: as condições de trabalho, a diferença de classes sociais, as influências da sociedade puramente capitalista, o péssimo investimento na educação, a falta de subsídios e infraestrutura das escolas e formação deficiente. Mesmo com tantos motivos, não se pode conceber o exercício da prática sem a teoria, elas podem até acontecer isoladas, porém sem substancial significado de uma para a outra. Para Pimenta (2012, p. 31), “[...] os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados”.

A dimensão conceitual norteia um dos trabalhos centrais da supervisão que é o de criar condições adequadas de acordo com o perfil do aluno e do professor, com intuito principal de auxiliar o professor a ensinar e o aluno a aprender, pois como afirma Villas Boas (2011, p. 78), “[...] o teor de envolvimento vital de professores e estudantes responde, em grande parte, pela qualidade de seus respectivos desempenhos e dos resultados finais alcançados”.

A supervisão deve estar apta a recepcionar as novas contribuições teóricas sem deixar-se enveredar pelos modismos, pois o supervisor não precisa necessariamente abandonar sua linha de trabalho, a fim de reestruturar a escola a um novo aspecto educacional.

O supervisor deverá fazer o confronto das linhas pedagógicas para construir seu ponto de vista.

Nessa dimensão, há um momento de inquietação por parte do supervisor justamente por tantas inovações que acontecem naturalmente e, tratando-se de propostas pedagógicas, ele precisa obedecer ao que é descrito no projeto político pedagógico da instituição à qual ele presta serviço. Nesse momento, a troca de saberes entre o supervisor e o professor é bem quista, pois ambos precisam das intervenções que cada um pode agregar aos seus trabalhos.

[...] o coordenador vai se formando à medida que participa da reflexão sobre a prática, busca cursos de aperfeiçoamento, troca experiências, sendo que pode aprender o saber específico de cada disciplina nas relações que estabelece com os professores da mesma forma que pode também dar sua contribuição na formação dos professores. Deve haver, portanto uma verdadeira interação entre o professor e supervisor [...] (VASCONCELLOS, 2004, p. 115-116).

Como já havíamos mostrado neste estudo, na época do PABAE, ficou claro o lado tecnicista da função supervisora, pois naquele momento priorizava-se o “como” fazer. Na visão da dimensão conceitual, há uma preocupação do supervisor em propiciar ao professor uma metodologia mais ampla que responda a quaisquer das indagações que porventura venham surgir. Com isso, finaliza-se aqui as abordagens referentes às três dimensões componentes da ação supervisora, com base em condições subjetivas.

Já com relação às condições objetivas para a ação supervisora, deve-se considerar o olhar de Medina (2002, p. 27), quando infere que “[...] explicitar as contradições, trabalhando o conflito com o objetivo de estabelecer relações de trabalho do grupo da escola [...]” é um dos objetivos de uma ação supervisora renovada.

Faz parte também das ações objetivas da ação supervisora o fato de que o supervisor deve considerar as diferenças; criar demandas para o trabalho; respeitar a singularidade da escola; elaborar ações preventivas no afã de reduzir conflitos; valorar as ações do professor no interior da escola, em um movimento de ensinar e aprender; ter visão holística dos processos sem deixar de lado o sentido da vida humana; e também criar formas próprias para adquirir conhecimento e considerá-lo relativo, visto que é algo em constante movimento e mudanças.

4 O PROFESSOR X EDUCADOR: reflexões sobre o caminhar desse profissional na busca pela transformação e ressignificação do seu papel na educação

Para se dar início a essa fase do artigo, será feito o uso do termo professor para qualificar ambos os gêneros, por uma questão de linguagem e para não dificultar o transcorrer da leitura, mesmo considerando que a maioria da classe é composta por docentes mulheres.

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra. (FREIRE, 1996, p. 28).

Na caminhada pela ressignificação do seu papel na educação, o professor encontra muitos desafios, um deles certamente é compreender que as posturas tradicionais de ensino não são mais admitidas pela configuração da educação atual. O professor precisa apartar-se do vínculo da educação bancária, a qual segue o currículo e tem como base a exposição oral dos conteúdos, utilização de livros didáticos ou métodos apostilados sem verificação.

A visão de Freire (1987, p. 36) sobre a educação bancária “[...] sugere que exista uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo [...]”. Em outras palavras, a educação bancária forma indivíduos que têm a passividade como sua principal característica, tornando ínfima a sua participação nas transformações pessoais e sociais.

A pedagogia da escola bancária impõe normas que impedem a comunidade de ter acesso ao processo de ensino-aprendizagem de forma amistosa, pois estabelece apenas o vínculo entre a ciência e o aluno. Configura-se, assim, o alto índice de analfabetismo completo ou funcional, da evasão, da indisciplina, bem como a perda total dos valores morais que agravam ainda mais o quadro da educação no Brasil.

Para Ghedin (2012, p. 152), “A reflexão sobre a prática constitui o questionamento da prática, e um questionamento efetivo inclui intervenções e mudanças”. Para tanto, as demandas educacionais atuais pedem que o professor saia da zona de conforto deixando de ser um profissional responsável unicamente pela instrução dos saberes técnico-instrumentais. O professor tende a condicionar os alunos aos padrões socialmente instituídos, obedecendo a metodologias e conteúdos preestabelecidos para movimentar-se no sentido de comprometer-se com a sua interação com a família, a sociedade e a formação integral do ser humano.

Pode-se inferir que, há algumas décadas, havia a valorização da escola enquanto instrumento privilegiado de ascensão social, valorização do professor como mediador dessa ascensão, remuneração satisfatória para os professores. A escola e o professor eram considerados fontes privilegiadas de informações.

Vasconcellos (2007) traz alguns questionamentos resultantes das queixas dos professores, relacionadas com as mudanças educacionais no decorrer dos últimos 30/40 anos. Além disso, esclarece o que aconteceu, nesse período, para que o professor chegasse onde chegou.

Os acontecimentos, segundo o autor, seriam: a fragmentação e o esvaziamento da formação de professores; a diminuição acentuada de salário; a queda no status social do professor, o qual deixou de ser referência cultural da comunidade; e a tendência em se considerar o professor como o grande responsável pelos males da educação.

Como resultante, os próprios professores passaram a enxergar-se de modo depreciativo, sem expectativas pessoais e profissionais. De acordo com Borges (2013, p. 151), “[...] o professor é um profissional que, historicamente, não tem reconhecimento social nem valorização”.

O professor enfrenta muitas incertezas relacionadas à sua importância no contexto educacional, pois as inovações tecnológicas vêm colocando em pauta se o professor é mesmo necessário, se não é chegada a hora de o professor sair de cena, colocar seus conhecimentos embaixo do braço e retirar-se deixando que a tecnologia por si só seja a maneira exclusiva de obter conhecimento.

Outra incerteza que circunda o meio educacional é a de que talvez a utilização cada vez mais ativa dos meios tecnológicos nas escolas substituirá o professor, ou as próprias escolas irão desaparecer substituídas por centros de tecnologia educacional.

Têm sido frequentes afirmações de que a profissão de professor está fora de moda, de que ela perdeu seu lugar numa sociedade repleta de meios de comunicação e informação. Estes seriam muito mais eficientes do que outros agentes educativos para garantir o acesso ao conhecimento e a inserção do indivíduo na sociedade. Muitos pais já admitem que melhor escola é a que ensina por meio de computadores, porque prepararia melhor para a sociedade informacional. As questões de aprendizagem seriam resolvidas com a tecnologização do ensino. Desse modo, não haveria mais lugar para a escola e para os professores. Numa sociedade sem escolas, os jovens aprenderiam em Centros de Informação por meio das novas tecnologias como televisão, vídeo, computadores. (LIBÂNEO, 2001, p. 6).

Contrariando todas essas inseguranças que pairam sobre os professores, cabe a eles alinharem-se com as inovações educacionais, a fim de que não fiquem perdidos ao exercerem a troca de saberes com seus alunos. Nesse sentido, essa transmissão não é uma via

de mão única, analogicamente, ela é como um jogo de tênis de mesa em que os dois jogadores participam ativamente das jogadas em um bate e rebate da bola.

[...] na relação professor-aluno na sala de aula, um fator fundamental do trabalho docente trata da relação entre o aluno e o professor, da forma de se comunicar, se relacionar afetivamente, as dinâmicas e observações são fundamentais para a organização e motivação do trabalho docente. (BORGES, 2013, p. 152).

O professor, ao mesmo tempo em que transmite suas ideias e lança questionamentos aos seus alunos, também será desafiado pelo educando a responder suas indagações, proporcionando uma troca de conhecimentos mútua. Ele precisa também ser capaz de criar conhecimento e, principalmente, colocar-se na condição de educador, haja vista que o professor deve ser reflexivo, crítico, mediador, transformador, com sentimentos bem dosados, características essas fundamentais para um bom educador.

O ato de doutrinar deve ser feito com entusiasmo e expectativas positivas. É necessária a definição de uma postura concisa, pois a educação não é neutra. E, em nossa sociedade, já não pode haver mais lugar para uma educação repetitiva, com um educador acomodado, treinador e transferidor.

[...] não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas [...]. Eles fazem fluir o saber não o dado, a informação, o puro conhecimento, porque constroem **sentido para a vida** das pessoas e para humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. Por isso são imprescindíveis. (GADOTTI, 2011, p. 26, grifo do autor).

As transformações educacionais são provenientes do quadro econômico do país. Esse fato é reconhecido pelos educadores que consideram o momento das atuais mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas, na educação e no ensino, levando a uma reflexão do papel da escola e dos professores.

É na escola que a criança é preparada para, posteriormente, realizar seus projetos pessoais. O professor, conseqüentemente, dentro desse contexto, terá como tarefa proporcionar a essa criança subsídios que a preparem efetivamente em nível de conhecimento, de modo que ela consiga futuramente concretizar os projetos almejados.

A respeito da escola, Libâneo (2001, p. 3) afirma que “[...] por mais que a escola básica seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela mantém-se como instituição necessária à democratização da sociedade”.

Para acompanhar o ritmo do novo milênio, a educação está passando por um processo de constante mudança. No desenrolar desses acontecimentos, o professor vem exercendo um papel decisivo no processo de transformação social, pois a gênese de sua

identidade transpõe o profissional, sendo fundamentalmente o seu foco profissional na prática social.

Nos primeiros parágrafos da abordagem sobre o professor, foi citada a questão dos desafios enfrentados por ele na busca pela ressignificação de sua prática pedagógica, porém, ainda há mais desafios para esse profissional, como é o caso da sua própria profissionalização, da sua formação continuada.

[...] a profissionalização é entendida como o desenvolvimento sistemático da profissão, fundamentada na prática e na mobilização/atualização de conhecimentos especializados e no aperfeiçoamento das competências para a atividade profissional. É um processo não somente de racionalização de conhecimentos, e sim de crescimento na perspectiva do desenvolvimento profissional. (RAMALHO, 2004, p. 50).

O caminho até a ressignificação do papel do professor na educação ainda não findou, uma vez que muitas questões precisam ser discutidas e vivenciadas por ele. As mudanças educacionais estão acontecendo dinamicamente, porém o professor tem demonstrado resistência em acompanhar essas inovações. Destarte, o professor vai arrastando a velha preocupação se ele é ou não necessário no contexto educacional atual. Nesse sentido, Libâneo (2001, p. 21-22, grifo nosso) assevera que é “preciso, junto com isso, ampliar o leque de ação dos sindicatos envolvendo também a luta por uma formação de qualidade, por uma cultura *do profissionalismo*”.

5 AS CONTRIBUIÇÕES DA SUPERVISÃO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Antes de entrar-se no mérito de análise das contribuições que o supervisor tem a oferecer para que os professores aperfeiçoem as suas práticas dentro e fora da sala de aula, não se pode deixar de pontuar a necessidade que há em o supervisor manter constantemente seu nível de formação profissional atualizado.

Quando o supervisor consegue vislumbrar os elementos que integram os diversos prismas de seu próprio caminhar pedagógico, ele passa a ter uma visão mais clarificada sobre ele e sobre os colegas docentes. Dessa forma, vai ao encontro da compreensão dos fenômenos, da sua complexidade e dos movimentos que norteiam a interação com sua equipe para alcançar os objetivos educacionais aos quais se propôs. Acerca disso, Villas Boas (2011, p. 79) complementa que “[...] a prática da Supervisão exige auto avaliação de seu próprio desempenho e um esforço continuado de aperfeiçoamento como técnico, mas, especialmente como pessoa”.

Na caminhada traçada pelo supervisor, ele irá encontrar situações adversas, peculiares, desafiadoras e, para lidar com todos esses reveses que o cotidiano escolar apresenta-lhe, o supervisor precisará manter-se informado, saber usar os aparatos tecnológicos em favor de sua própria formação, reservar um tempo para reflexão, crítica, estudo contínuo através de bons livros para embasar a sua prática cotidiana, ou seja, exercitar o viés de supervisor-pesquisador. Isto porque,

[...] consciente de sua prática, das teorias que a embasam e das teorias que cria e desenvolve ao resolver problemas diários, é um profissional inserido no processo de formação contínua em busca de mudanças e fundamentações criteriosas para sua prática. [...] Isso significa cuidar também da própria formação contínua, reservando tempo para ler, estudar, pensar, criticar a prática cotidiana e rever constantemente as intenções. (ANDRÉ; VIEIRA, 2006, p. 22-23).

A priori, observou-se neste artigo ações que norteiam o trabalho do supervisor e as lutas que esse profissional continua enfrentando para desconstruir as definições negativas que circundam o seu trabalho. Ditador, burocrata, fiscal, quebra-galho, delator, enfim, adjetivos que em sentido literal, nada qualificam o sujeito supervisor. Percebe-se também até aqui que já existe um movimento positivo que altera essa visão mais sombria da ação supervisora, em virtude de hoje o supervisor muito ter a contribuir com a escola, os docentes e discentes, ou seja, com a comunidade escolar de um modo geral.

Giancaterino (2010, p. 92) aponta que “A supervisão educacional tem por objetivo principal propiciar melhores condições para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem”. Entende-se com essa afirmativa que, conseguindo o supervisor melhorar o desenvolvimento do processo de ensino, logo ele também conseguirá mudar as concepções negativas que norteiam as suas ações.

Não se pode deixar de citar neste trabalho a necessidade de o supervisor considerar a utilização da gestão democrática como uma das diretrizes do seu fazer pedagógico. Em qualquer relação pessoal ou profissional, é notório que quanto mais elas forem democráticas, mais fácil será chegar aos objetivos pelos quais as relações estão sendo motivadas.

A gestão democrática tem por principal objetivo fomentar a participação dos sujeitos pertencentes ao contexto escolar, permitindo-lhes darem suas contribuições nas tomadas de decisões, juntamente ao corpo diretivo da escola. O supervisor, por ser o profissional com vínculo direto com a direção da escola, tem em mãos a vantagem de estreitar o acesso do professor aos processos de reestruturação organizacional da escola, tornando-o

mais atuante na tomada de decisões, ou seja, um aliado em prol do êxito dos processos pedagógicos.

Segundo Placco e Silva (2007, p. 27), a formação profissional “[...] produz melhores resultados quando estimulada e conduzida por alguém reconhecidamente experiente, capaz de transformar o processo de reflexão individual em um processo coletivo”, de tal sorte que a busca por novos caminhos transforme-se em uma ação orientada para objetivos mais amplos assumidos coletivamente pelo grupo. A inferência das autoras reporta ao entendimento de que venha ser o supervisor, o profissional mais indicado a ser elo entre direção e professores.

Pensar na supervisão, com foco na formação dos professores, não significa que o supervisor está abandonando as demais tarefas diárias, contrariando opiniões, mas indica que ele está valorizando o trabalho dos condutores educacionais, que ele está voltando a atenção para os acertos e os conflitos que acontecem na sala de aula e também levando em consideração outras demandas mais abrangentes que dizem respeito à escola e à sua relação com os acontecimentos sociais e as inovações educacionais. Assim,

[...] além de iniciativas específicas de treinamento das equipes técnicas e dos professores, todos os momentos do processo supervisorio devem ter como objetivo constante, embora oculto, o desenvolvimento dos componentes do processo supervisorio devem ter como objetivo dessas equipes nos seus aspectos técnicos e humanos, como profissionais da educação e como pessoas. Por outras palavras, todas as discussões, análises conjuntas e estudos individuais, quer na oportunidade do planejamento, da execução ou da avaliação, devem ser vistos como ‘chances’ de enriquecimento e amadurecimento pessoal. É responsabilidade da Supervisão promover condições que contribuam para esse fim. (VILLAS BOAS, 2011, p. 86).

O supervisor também deve orientar leituras em diferentes temáticas e eixos que estimulem a difusão de novos conhecimentos, bem como oferecer encontros com especialistas da área para mediar as discussões, conferindo a esses encontros pedagógicos um sentido valorativo.

Para uma assessoria de sucesso ao professor, o supervisor educacional deve proporcionar uma atmosfera de cordialidade e encorajamento, estimulando o desenvolvimento de conhecimentos e seu compartilhamento com o grupo; e discutir com os professores as dificuldades por eles apresentadas com o objetivo de juntos sanarem problemas. Segundo Medina (2002, p. 31), “[...] o supervisor, adotando como objeto de seu trabalho a produção do professor, afasta-se de uma atuação mais mecanicista, tecnicista [...] passa a contribuir para um desempenho docente mais qualificado”.

Outro aspecto que precisa ser valorizado pelo supervisor como contribuição da formação de professores é o de analisar como cada professor de sua equipe aprende, pois

assim como cada criança em seu processo de aprendizagem tem seu tempo para absorver o conhecimento, o mesmo acontece com os professores.

Como exemplo, apresenta-se a relação dos professores com as tecnologias educacionais, tendo em vista que alguns professores têm afinidade com elas, outros vão precisar de mais tempo para dominá-las e outros nem chegarão sequer a utilizá-las, justamente por acharem-se incapazes de aprender. Feita essa análise, o supervisor poderá escolher a maneira mais acertada de iniciar o processo formativo com seus professores.

Sobre esse aspecto, Placco e Silva (2007, p. 29) endossam que:

Essa questão é uma angústia do formador e do formado, e, em decorrência de nossa história, pouco temos detido nela. [...] ações formadoras têm sido postas à disposição dos professores e mais professores nelas se têm engajado. No entanto, se essas ações não levarem em consideração a maneira 'como' os professores aprendem, muito tempo e dinheiro terão sido despendidos em vão.

Qualquer estratégia que for considerada no sentido de formar continuamente o professor deve também analisar o produto final, que é o aluno. O sentido de produto final é dado quando entende-se que a formação competente do professor, com certeza, implicará em uma ascensão significativa do aprendizado do aluno.

Dessa forma, tudo ocorrerá em cadeia, o aluno, que aprende mais, rende mais, conseqüentemente, será conferido ao professor o mérito pelo avanço do desempenho de seu aluno, por conseguinte, dar-se-á ao supervisor educacional a prova de que seu trabalho como articulador do processo de formação de sua equipe foi cumprido com êxito.

A formação continuada de professores deve vir como uma das principais metas que a escola deve ter em seu projeto pedagógico. E para cumprir essa meta, a supervisão educacional, por meio de ações articuladoras como oficinas, workshops, gestão de projetos, participações em debates com colaboradores de fora da instituição, novas tecnologias e afins, consegue inserir o professor nesse processo de formação, de maneira contínua, prazerosa, desvinculando-a do caráter obrigatório.

O supervisor precisará do apoio de seus professores, pois até aqui constatou-se a importância que o supervisor tem como articulador do fazer pedagógico, principalmente quando ele consegue motivar sua equipe a aproveitar as oportunidades de se capacitar. Portanto:

A formação continuada é compreendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional de: estudo, atualizações, discussões e trocas de experiências. A formação continuada só faz sentido quando é também valorizada individualmente: só é possível aperfeiçoar o professor que queira crescer. (FUSARI, 2007, p. 23).

Todo o trabalho da supervisão, no que tange a formar sua equipe, será em vão, se o professor não admitir a necessidade de ele sair de sua zona de conforto. Faz-se necessária a disposição do professor em rever a sua prática e a sua própria formação. E, é no âmbito escolar, local onde exerce sua função, por intermédio de análises e discussões de sua realidade, que se tornará possível uma formação contínua e eficaz com a mediação da supervisão educacional.

6 CONCLUSÃO

O papel da supervisão educacional constitui-se um trabalho escolar que tem o seu compromisso pautado na garantia de qualidade da formação humana que acontece em um sistema educacional representado pelas instituições escolares.

O presente estudo pretendeu analisar até que ponto a atuação do supervisor educacional contribui na formação continuada de professores.

Ao longo da construção deste trabalho, verificou-se o quanto a função ainda traz consigo um fardo no sentido de ser também uma função fiscalizadora, controladora e técnica. Porém, evidenciou-se também que, paralelo aos encargos negativos que pairam sobre a função supervisora, há um movimento que o próprio profissional faz diariamente para desarticular essa visão sombria.

A legislação atual confere a esse profissional uma diversidade de atribuições que reforçam a importância do supervisor como articulador da formação continuada dos professores. Destacam-se, com isso, os serviços de consultoria e assessoria, realização de treinamentos especializados e participação em equipes multidisciplinares e interdisciplinares na área educacional.

A formação continuada de professores tem ainda o objetivo de proporcionar ao docente ferramentas que promovam a seus alunos aprendizagens significativas. Contudo, para que isso aconteça, o processo de busca pela sua qualificação profissional deve ser permanente, pois os saberes necessários à atividade docente sofrem constantes mutações.

Pôde-se refletir ainda sobre a necessidade de o supervisor buscar aperfeiçoar as próprias práticas por meio de capacitação contínua, a fim de que ele esteja melhor preparado para mediar a formação de seus pares. Não se concebe a prática sem teoria, por isso a exigência de qualificação do supervisor faz-se necessária, pois os professores, ao serem incentivados a buscar formação, devem ter na figura do supervisor um bom exemplo a ser seguido.

Verificou-se também que, ao exercer a empatia, o supervisor consegue entender as necessidades dos professores. Ademais esclarece-se que a ação supervisora, que pretende dar autonomia aos seus docentes, não pode desconsiderar a maneira como eles veem, sentem e pensam a respeito de algo, logo não pode descartar suas subjetividades.

Por intermédio do vínculo mais próximo que o supervisor educacional mantém com a direção da escola, ele pode estreitar o caminho entre professor e mantenedor, como forma de subsidiar a participação mais atuante dos professores nas tomadas de decisões, o que, conseqüentemente, causa no professor maior satisfação e aproveitamento de seu trabalho. Esse mesmo vínculo permite ao supervisor ter autonomia na hora de criar situações que promovam atualizações como forma de motivar o corpo docente, dentre elas pode-se citar: workshops, fóruns, projetos educacionais na escola e fora dela que exijam do professor um alinhamento com inovações tecnológicas, coaches que possam fazer intervenções com o grupo ou de forma individualizada com professores que necessitem de maior atenção.

Nesse contexto, o professor é chamado a repensar o seu papel na educação, porém, para que ele consiga empregar um novo significado ao seu fazer pedagógico, ele precisa encarar a necessidade de ele estimular seu próprio progresso, saindo do estado de inércia que porventura esteja vivendo.

Em virtude do que foi mencionado, percebe-se que o supervisor educacional que se preocupa em manter sua própria formação atualizada contribui na melhoria do processo de qualificação contínua do professor e que, para que haja êxito nessa ação supervisora em específico, é vital que o professor aceite as intervenções propostas pelo supervisor que objetivam à sua formação continuada.

THE PROFILE OF THE EDUCATIONAL SUPERVISOR IN THE CURRENT:

an analysis of the contributions of this professional to the continued formation of teachers

ABSTRACT

This work aims to analyze the contributions of the educational supervisor in the acquisition of teachers' knowledge to improve their practices inside and outside the classroom. It understands that the work of the educational supervisor to be efficient needs to be attentive to the opportunities that the daily practice disposes so that it creates situations that provoke in the teachers possible innovations. He also notes that the effectiveness of the supervisor's action thus becomes directly linked to his ability to promote changes in teacher behavior. This study also observes that the Supervisor will face conflicts and uncertainties that will often lead him to reflect on how the training process that is developed within the school is being carried out, for which he needs to put the maximum intentions in a cautious planning, to promote changes in teacher practices, mainly because changes are not definitive, on the contrary is something dynamic and continuous. It seeks to point out that the educational supervisor plays a very important role in the mission of restoring the value and meaning of teaching as a space for innovation, transformation, integration and constant training. It also understands that the educational supervisor can contribute significantly in the support to the teachers in their formation, when the teacher, through

an affective relationship and trust, makes the teachers recognize their knowledge and the aspects that need to be overcome and perfected. In its explanatory course, the present work is based on bibliographical studies, in the light of the conceptions and positions of the chosen theorists as sources for its realization and for the strengthening of the recommended methodological aspects.

Keywords: Supervision. Continuing education. Teacher.

NOTA

¹ Plano de Assistência Brasileira-Americana no Ensino Elementar, montado em Minas Gerais, em 1957, tinha como principal ação levar os professores aos Estados Unidos para se especializarem em supervisão para que posteriormente montassem cursos desta especialidade em Belo Horizonte em que mais tarde seriam montados em todo o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 167-182.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; VIEIRA, Marili M. da Silva. O coordenador pedagógico e a questão dos saberes. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos**. São Paulo: Paulus, 2013.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaoorigin-al-1-pl.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei n. 4.412, de 29 de março de 2001. PL4412/2001 Projeto de Lei. Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=27107>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CORRÊA, Rosângela dos Santos; OLIVEIRA, Eloisa Gomes de. Ação da supervisão educacional e formação humana: interferência no processo de emancipação do homem por

meio da atuação nos conselhos de educação. In: FREIRE, Wendel; RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão escolar: avanços de conceitos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

CUNHA, Maria Isabel da. Ação supervisora e formação continuada de professores: uma ressignificação necessária. In: AGUIAR, Ângela da S; FERREIRA, Naura Syria (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2006. p. 79-94.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. A profissionalização do ensino na lei nº 5692/71. In: REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DA EDUCAÇÃO COM OS CONSELHOS ESTADUAIS DA EDUCAÇÃO, 18. Brasília, DF, 1982.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURASI, José Cerchi. Formação contínua de educadores na escola e em outras situações. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 17-24.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: GHEDIN, Evandro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 148-173.

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática: um elo para o sucesso escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In: RANGEL, Mary (Org.). **Nove olhares sobre a supervisão**. 8. ed. SP: Papyrus, 2002. p. 9-35.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão educacional**: a questão política. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: GHEDIN, Evandro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **O professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 20-62.

PLACCO; Vera Maria Nigro de Souza; SILVA, Sylvia Souza da Silva. **A formação do professor**: reflexões, desafios, perspectivas. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 25-31.

RAMALHO, Betânia Leite. **Formar o professor, profissionalizar o ensino – perspectivas e desafios**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

_____. **Para onde vai o Professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VILLAS BOAS, Maria Violeta. **A prática da supervisão**. In: ALVES, Nilda (Coord.). **Educação e supervisão**: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 77-87.

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL FRENTE ÀS DIFICULDADES DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS:

estudo realizado na Unidade Escolar Rural Vila Boa Esperança no município de Raposa, MA

Ingrid Abreu Lopes *

Gilsene Daura da Silva Barros **

RESUMO

A alfabetização é considerada uma das etapas de fundamental importância para processo educativo, e, os entraves no processo de alfabetização geram um impacto negativo a prática docente e ao desenvolvimento escolar dos alunos. Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar os desafios do professor do 1º ano das séries iniciais frente as dificuldades de alfabetizar os alunos. Para tanto, o presente artigo versa sobre as dificuldades encontradas pelos professores em alfabetizar seus alunos, analisando se a prática do professor é adequada ao nível de sua turma e apontando estratégias didáticas que garantam os avanços no aprendizado da leitura e da escrita na perspectiva do letramento. Realiza-se então a pesquisa bibliográfica e de campo na Unidade Escolar Rural Vila Boa Esperança. Diante disso, pode-se afirmar que a alfabetização no 1º ano do Ensino Fundamental é de grande importância para o desenvolvimento da criança, pois a criança bem alfabetizada conseguirá seguir aprendendo ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Dificuldades de aprendizagem. Professor. Alfabetização. Aluno.

1 INTRODUÇÃO

A escola no mundo contemporâneo assume a responsabilidade de iniciar a criança no processo de alfabetização e de, gradativamente, melhorar sua leitura, de forma a garantir-lhe o domínio de uma prática cuja finalidade não se encerra em si mesma. Assim, embora o processo de alfabetização se direcione à apropriação das operações de um código – a língua escrita com seus mecanismos de leitura e escrita complementares entre si –, a preparação do leitor legítimo passa pela adoção de um comportamento em que a leitura deixa de ser uma atividade eventual para integrar-se à vida do sujeito como necessidade principal para proporcionar prazer e conhecimento. Consequentemente cabe à escola mais do que alfabetizar

* Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

** Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1999), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (1999) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Tem especializações nas áreas: da Psicopedagogia pelo Instituto Sedes Sapientiae-SP; deficiência Mental pela UNESR-Marília-SP e Atendimento Educacional Especializado-UFCE. Foi Professora do Centro de Ensino Especial Helena Antipoff -SEDUC-MA, da Oficina de Preparação para o Trabalho, atualmente exerce a função de supervisora no turno matutino, é professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Tem experiência na área de Educação Especial, com ênfase em Pedagógica, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão, deficiência, tecnologia assistiva, Atendimento Educacional Especializado, mercado de trabalho. Integra o Grupo de Estudos Política e Gestão da Educação, Formação e Trabalho Docente (GEPGEFTD) - UEMA e o Grupo de Pesquisa Currículo na Educação Básica-UFMA. E-mail: dgilsene@gmail.com

e possibilitar a seus alunos o domínio de um código e, por meio desse a convivência com a tradição literária: dela se espera a formação do leitor.

O processo de ensino aprendizagem requer compreensão em suas diferentes dimensões, compreensão essa, fundamental para o sucesso de qualquer aluno. Todo professor precisa ter ciência de sua importância enquanto mediador do processo de construção do conhecimento e de que deve acompanhar seus alunos e conhecê-los de modo a possibilitar uma relação amigável com os mesmos. Por outro lado, a contribuição da família também se torna fundamental para o sucesso dos alunos. Portanto os pais e/ou responsáveis devem fazer parte do processo de aprendizagem estimulando e participando com seus filhos do encaminhamento escolar.

Sendo assim o professor encontrará meios de romper com os desafios da complexa tarefa de alfabetizar os alunos no 1º ano do Ensino Fundamental.

Para tanto, a questão norteadora do artigo é a seguinte: Quais dificuldades o professor do 1º do ensino fundamental encontra em relação aos avanços das crianças da UER Vila Boa Esperança no município de Raposa?

Para efetivação desta pesquisa foram realizadas pesquisas, bibliográfica e de campo, na Unidade Escolar Rural Vila Boa Esperança. A importância social do tema justifica-se pôr a alfabetização ser o nível de escolarização de maior importância do processo educativo, pois uma alfabetização deficitária impactará negativamente a prática docente e o desenvolvimento escolar dos alunos.

A pesquisa foi importante porque causou impacto no campo de pesquisa, principalmente no Infantil 2, série que antecede o 1º ano do ensino Fundamental, onde as professoras poderão rever sua prática no sentido que a criança saia com as habilidades e competências desenvolvidas. É importante também para as professoras do 1º ano, pois estas poderão repensar sua prática em busca da alfabetização como processo contínuo.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em seis capítulos, apresentando-se, no primeiro, um breve histórico da Alfabetização no Brasil, em seguida faz-se uma explanação acerca da alfabetização sob a perspectiva do letramento, levando em consideração o Referencial Curricular Nacional para o Ensino Fundamental. O terceiro capítulo tem por objetivo apresentar a análise acerca das dificuldades do professor em alfabetizar no 1º ano do Ensino Fundamental, ressaltando a atual conjuntura educacional e pontuando a postura do Educador contemporâneo. O próximo capítulo apresenta a Apresentação da pesquisa, juntamente com a caracterização do campo de pesquisa e a análise e discussão de dados. No

último capítulo é apresentada a conclusão da pesquisa, bem como a validação das hipóteses, respondendo assim ao problema apresentado neste artigo.

2UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A História da Alfabetização, em nosso país, foi centralizada na História dos Métodos de Alfabetização. A concorrência entre a diversidade de métodos que tinham objetivo de garantir aos alunos a inserção no mundo da cultura letrada, determinou um amontoado de teorias e ideias sem relação a estudos e pesquisas a fim de investigar essa problemática.

Desde o final do Século XIX, a limitação de nossas crianças para aprender a ler e escrever, em especial na rede pública, impulsionou debates e reflexões buscando explicar e resolver esses percalços. No final desse século, principalmente a partir da Proclamação da República, as práticas de leitura e de escrita ganharam mais forças. A educação nesse período ganhou ênfase como uma das utopias da modernidade. Até então, nessa época, as práticas de leitura e escrita eram limitadas a poucos indivíduos nos ambientes reservados do lar ou nas “escolas” do império em suas “aulas régias”.

Até o final do império, as “aulas régias” proporcionavam condições precárias de funcionamento e o ensino dependia muito do comprometimento dos professores e dos alunos. Para a iniciação do ensino da leitura eram utilizadas as chamadas “cartas de ABC” e os métodos de marcha sintética, ou método sintético (da “parte” para o “todo”); da soletração (silábico), partindo dos nomes das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas.

Em 1876, em Portugal, foi publicada a *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, escrita por João de Deus, um poeta português. Essa cartilha ficou conhecida como “método João de Deus” e foi muito disseminada principalmente a partir do início da década de 1880. O “método João de Deus”, também chamado de “método da palavração”, motivava-se nos princípios da lingüística moderna da época e incidia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos.

Na primeira década republicana foi instituído o método analítico que diferentemente dos métodos de marcha sintética, norteava que o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo” para depois se analisar as partes que constituem as palavras. Ainda nesse momento, já no final da década de 1920, o termo “alfabetização” passou a ser usado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita.

A partir da segunda metade da década de 1920, passa-se a utilizar métodos mistos ou ecléticos, chamados de analítico – sintético, ou vice-versa. Esses métodos se desdobram até aproximadamente o final da década de 1970.

Na década de 80 o índice de analfabetismo ainda era elevado, a repetência e a evasão escolar estimularam a busca por novas formas de conceber e direcionar o trabalho educativo na alfabetização e os conceitos equivocados foram, aos poucos, sendo superados. Conforme Cambi (1999, p. 638) “A partir dos anos 80 e sucessivamente até hoje, a pedagogia foi atravessada por um feixe de ‘novas emergências’, novas exigências e novos métodos educativos, novos sujeitos dos processos formativos e novas orientações políticos culturais”.

Surge então o termo letramento, que pode ser determinado como um processo de aprendizagem histórico-social da leitura e da escrita. Por isso, se distingue como um conjunto de práticas que se inicia quando a criança começa a conviver com as diferentes formas da escrita na sociedade e se prolonga por toda a vida.

“No Brasil as definições de alfabetização e letramento se misturam, se impõem e constantemente e confundem”. (SOARES, 2003, p.5). Isto representa algo inadequado, visto que os processos de alfabetizar e letrar, embora interligados são independentes. Alfabetizar é ensinar o código alfabético e letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita.

Soares (1998) esclarece que a trajetória da palavra letramento no Brasil teve início em meados da década de 1980, que oriunda do termo inglês *literacy*, foi introduzida na nossa língua, sendo definida por: “[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita”. (SOARES, 1998, p. 18).

Para a autora o letramento traz implicações sociais, econômicas, políticas, culturais para os indivíduos que se apropriam da leitura e da escrita e as incorporam em sua vida como meio de expressão e comunicação.

Contudo o Brasil chegou ao século XXI sem conseguir solucionar a problemática do analfabetismo. O índice nacional de analfabetismo em 2003 era de 11,6%, incluídas as pessoas de 15 anos ou mais. (IBGE, 2003).

O ingresso no Ensino Fundamental vem crescendo gradativamente, de forma que é possível esperar uma contenção do analfabetismo nos próximos anos, isto se o trabalho nas escolas se tornar mais efetivo e se os níveis de evasão escolar diminuïrem, pois existe um número de crianças que após dois ou três anos de estudo, deixam a escola sem terem aprendido a ler e escrever.

De acordo com a região e a área, a situação do analfabetismo no Brasil se diversifica. Atualmente ainda existem municípios brasileiros com cerca de mais de 50% de analfabetos, em detrimento a outros em que essa taxa não chega a 10%, e essa situação chega a ser muito pior na zona rural. (BRASIL. MEC/Inep, 2003).

Dentre os condicionantes sociais que justificam a persistência do analfabetismo em pleno século XXI, pode-se destacar a pobreza e o desemprego que limitam as famílias de efetivar o ingresso e permanência dos filhos na escola, o trabalho infantil dentro e fora de casa, a falta de qualidade de alguns sistemas educacionais e escolas municipais e estaduais e a falta de uma política de alfabetização permanente.

3A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Anteriormente acreditava-se que o acesso no mundo da leitura e da escrita se fazia por meio da alfabetização, ou seja, desenvolver habilidades de decifrar o código alfabético, transformando-os em sons e escrita. Essa ideia de alfabetização não atende mais as necessidades sociais e políticas, pois apenas saber ler um texto e não saber relacioná-lo com a vida em sociedade não é satisfatório.

Atualmente o conceito de alfabetização começou a tornar-se mais amplo, pois os pareceres psicológicos, linguísticos e psicolinguísticos demonstram que se o aprendizado das relações entre letras e os sons da língua é uma condição para o uso da língua escrita, esse uso também é uma condição para da alfabetização.

A partir dessa nova visão surge a ideia de uma alfabetização na perspectiva do letramento que pressupõe que alfabetizar letrando é de fundamental importância, pois garante uma aprendizagem muito mais significativa.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco, pois não são dois processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto por meio de práticas sociais de leitura e escrita, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 1998).

Conforme Ferreiro e Teberosky (1985, p. 25) “A escrita da criança não resulta de simples cópia de um modelo externo, mas é um processo de construção pessoal”.

Esses novos tempos foram marcados por reflexões acerca do indivíduo como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos. O quadro educacional passou por grandes mudanças devido ao novo modo construir conhecimentos, alinhados aos

acontecimentos atuais com foco na particularidade do aluno. Portanto, na alfabetização a ação educativa do professor também sofreu esta influência, com a utilização de temas atuais com ênfase na formação intelectual e social do aluno. Essa mudança no cenário educacional se deu também devido aos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, com as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1985) que enfatizava que a alfabetização não era a mera codificação e decodificação do sistema linguístico, mas se caracterizava como um processo ativo em que a criança em contato com a cultura escrita ia aos poucos (re) construindo hipóteses sobre a língua escrita, até chegar à escrita convencional, como nos afirmam Ferreiro e Teberosky (1985, p. 22):

Nossa visão atual do processo é radicalmente diferente: no lugar de uma criança que espera passivamente o reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que ao acaso, aparece uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas sim criação original).

De acordo com esses estudos realizados pelas autoras supracitadas o processo para a aquisição da escrita não acontece em um único passo, mas sim de uma forma gradativa, onde o aluno vai adquirindo concepções, regras e normas, construindo e reconstruindo hipóteses, ou seja, ele passa por várias etapas até chegar à complexidade da escrita e o professor terá a função de mediar este processo, e propor desafios por meio de atividades planejadas com intencionalidade pedagógica. A partir disto Emília Ferreiro em entrevista a Revista Nova Escola (2001, p. 77) afirma que:

A construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta à interação social, na escola ou fora dela. No processo a criança passa por etapas com avanços e recuos, até se apossar do código linguístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável. Duas das consequências mais importantes do construtivismo para a prática em sala de aula são respeitar a evolução de cada criança e compreender que um desempenho mais vagaroso não significa que ela seja menos inteligente ou dedicada do que os demais.

Para algumas crianças um atraso ou fragilidade na alfabetização logo se transforma em uma grande dificuldade que as levará a turmas diferenciadas anteriormente nomeadas como *turmas de repetentes*, *de renitentes*, *classes de adaptação*, *classes de atrasados especiais*, *turmas de aceleração*, *turmas de progressão etc.* A possibilidade de voltar ao ritmo normal da escolaridade, depois de fazer parte dessas turmas, é distante, pois além de os alunos de os alunos tidos como *fracos* se sentirem diminuídos e desmotivados, os professores que os recebem na maioria das vezes são profissionais recém-chegados à profissão sem muita experiência.

Outro entrave é o dos alunos que, de alguma forma, vencem a barreira da alfabetização inicial, mas não têm contatos suficientes com a escrita para se tornarem letrados, não conseguem ler com fluência, e conseqüentemente sentem aversão pela leitura. Essas dificuldades se refletem nas várias esferas do currículo. Forma-se então um ciclo vicioso onde a criança não lê ou não compreende o que lê e não melhora a leitura porque não encontra ajuda para vencer essa dificuldade.

Para alfabetizar, letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades particulares de comunicação, como por exemplo, escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondência escolar), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz, etc. Dessa forma a escrita passa a ter de fato uma função social.

Nessa etapa a criança deve ser incentivada a compreender as demandas das várias formas de escrita, de acordo com o gênero textual, os objetivos do autor etc. Alguns tipos de textos relacionados à vida social, devem ser trabalhados ao longo do Ensino Fundamental, em diferentes projetos e em diferentes momentos, tais como:

- 1) Narrativas (histórias de autoria conhecida, ou não; contos de fadas; histórias do folclore, lendas; histórias de vida; “casos” da vida cotidiana);
 - 2) Listas (de compras, de coisas a fazer, de heróis favoritos, de personagens, de meninos e meninas, de brincadeiras etc.);
 - 3) Poemas (para serem aprendidos de cor, para serem recitados ou lidos silenciosamente);
 - 4) Receitas de cozinha (receitas simples e econômicas podem eventualmente serem preparadas na escola);
 - 5) Quadrinhos (crianças não só lêem mas produzem suas próprias histórias);
 - 6) Bilhetes, cartas e telegramas;
 - 7) Convites (para festas escolares, exposições, reuniões de pais);
 - 8) Cartazes, textos de propaganda (para promover campanhas);
 - 9) Agendas e diários (textos de natureza íntima);
 - 10) Textos didáticos (de Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências etc);
 - 11) Reportagens (sobre o que está ocorrendo na escola, no bairro, na cidade);
 - 12) Relatórios de visita ou de pesquisa;
 - 13) Documentos da vida cotidiana (cheques, requerimentos, certidões, formulários etc.);
 - 14) Bulas (de remédios de uso comum);
 - 15) Normas e instruções (como montar um brinquedo, organizar um jogo, etc.).
- (CARVALHO, 2017, p. 69).

O que se pode observar em cada um desses gêneros textuais é:

- a) A situação em que o texto foi ou será usado: uma carta ou bilhete; um convite; um artigo ou uma reportagem, um requerimento, uma certidão, uma lista etc. aparecem em contextos sociais diferentes;
- b) O local ou os locais em que o texto foi ou será encontrado: na rua, na escola, no jornal, no mercado, no tribunal, na televisão etc.;

c) O “corpo” do texto. As formas gráficas de uma receita de cozinha, de um poema, de uma lista são diferentes. (CARVALHO, 2017).

Ao apresentar um texto aos alunos é importante ressaltar que nem todos os textos têm autoria declarada. Nos jornais, por exemplo, apenas uma parte dos escritos são assinados. No caso de textos que têm um autor declarado (como é o caso da maioria dos livros), é importante saber quem é ele, quando e onde escreveu, o que se sabe sobre suas ideias, a quem se dirige etc.

Para o autor, os objetivos do texto podem ser informar, dar notícias, distrair, fazer rir, argumentar, convencer, discutir um problema, narrar um acontecimento, expressar ideias, vender um produto, apresentar propostas etc. Para entender o texto que estamos examinando em certos casos é preciso conhecer algo sobre o assunto do qual o texto trata e saber diferenciar se trata de um artigo, uma crônica, uma reportagem, um poema ou uma carta. Cada um desses gêneros textuais têm suas características próprias.

Portanto fazer com que as crianças entendam que uma sequência de frases, forma um texto é de suma importância. O problema é que na maioria dos casos, as crianças com dificuldades de leitura compreendem cada frase isoladamente e o texto completo não. Isso acontece por que a escola não ensina como o texto é elaborado.

Fazer a criança trabalhar desde cedo com os mais variados tipos de textos é um proposta que garante um avanço no nível de compreensão da leitura, mas familiarizar-se com a diversidade textual não é um trabalho para somente um ano letivo, é uma tarefa que se estende para toda a educação básica.

Tornar-se letrado, é aprender sobre os autores, suas formas de pensar, intenções, interlocutores, ideias e valores; é aprender sobre gêneros, sobre a forma de organização dos textos, a partir do título, obedecendo a certos acordos e desenvolvendo parágrafo a parágrafo para explicitar ideias.

4 DIFICULDADES DE ALFABETIZAR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Diante das mudanças na sociedade do mundo contemporâneo, as dificuldades do professor alfabetizador são inúmeras, dentre tantas, estão as relações interpessoais família-escola, as dificuldades, por parte do professor, quanto ao manuseio das novas tecnologias, as relações de gênero, étnicos-raciais e sexualidade.

Portanto a formação do professor alfabetizador deve passar por todas as dimensões do conhecimento para que ele consiga, de forma significativa, contribuir para a

formação de cidadãos capazes de compreender em todas as esferas o mundo a sua volta, e não somente ler e escrever.

A superlotação das salas de aula representa um fator preponderante para o processo de alfabetização, pois quanto maior o número de alunos, maiores serão as demandas onde a principal e mais desgastante é controlar a indisciplina dos alunos. A disciplina é o elemento primeiro para uma aprendizagem proveitosa e uma sala numerosa não oferece subsídios para que o professor consiga controlá-la e desenvolver um bom trabalho. Uma boa parcela da aula é reservada para advertir os alunos indisciplinados, que muitas vezes até lançam "palavrões" pejorativos contra o professor e os outros alunos.

Uma turma com 30 alunos tem vida social intensa, alianças são feitas e desfeitas corriqueiramente, surgem afinidades e antipatias, há conflitos e disputas. A professora é ao mesmo tempo mediadora, juíza, apaziguadora, estimuladora, autoridade responsável pela segurança física, animadora da aprendizagem, ombro amigo e às vezes até mãe substituta e além de tudo isso, tem que ensinar a ler e escrever. Com todas essas demandas a tarefa de alfabetizar fica relegada a segundo plano.

Outro desafio pertinente é a falta de apoio e acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos, o professor se depara sozinho nesta missão de alfabetizar a qualquer custo. Um fator bem interessante é que os pais atribuem ao professor a culpa do fracasso escolar do filho, assim se estabelece no ambiente escolar a "briga" histórica entre Escola e família.

O abandono escolar de alguns pais é revoltante, pois esse cenário é visível com muita frequência no meio escolar, pois muitos alunos vão e voltam com as tarefas em branco, chegam à sala de aula, desmotivados sendo que muitas vezes necessitam de estímulos exteriores para a construção de aprendizagens e não encontram. Essa é a realidade em muitas salas de aula, pais negligentes e omissos em reuniões escolares, datas comemorativas e outros eventos que favorecem a interação escola/família. Quanto a isso a legislação brasileira é bem clara, como versa o texto da Constituição Federal em seu artigo 205 que diz: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). A educação informal é obrigação da família e formal do Estado, por isso as duas instituições devem sempre estar em constante sintonia para priorizar uma boa educação.

Nesse contexto entende-se que escola e família precisam trabalhar em conjunto na tarefa da formação social da criança, se uma das duas se omite quanto à sua atribuição o processo de ensino/aprendizagem fica prejudicado. Nesta perspectiva Nérici (1972) considera que a influência da família é básica e fundamental no processo educativo da criança e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. Embora muitas vezes, o trabalho

ou a falta de tempo são algumas justificativas para essa ausência, considera-se que essas “desculpas” futuramente não irão sanar as carências intelectuais, afetivas e sociais que poderão aflorar no aluno.

Todo processo de construção de uma parceria entre a família e a escola fomenta-se na necessidade de oferecer à criança uma formação adequada. “Na verdade, se dizemos que a educação é um processo de construção da humanidade, ela é de responsabilidade de todas as instituições sociais, entre as quais se inclui a família”.

Na visão de Piaget (2007, p. 50):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais e ao proporcionar reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.

A divisão de responsabilidades entre as relações família e escola é intrínseco ao processo de formação do indivíduo. Não há como entender o processo de desenvolvimento psicológico de uma criança sem levar em consideração os contextos, familiar e escolar. Quando uma criança é concebida, cresce no seio da família uma relação de expectativa para com o bebê que, antes mesmo de vir ao mundo, já é encarregado de várias funções, dentre as quais, alcançar o sucesso escolar para um dia ser alguém na vida. A questão é que, quando uma criança apresenta problemas de aprendizagem, todo esse conjunto de expectativas depositadas nela pela escola e pelos familiares, tendem a ruir.

Na tentativa de amenizar essa problemática, O Ministério da Educação realizou a elaboração e distribuição da Cartilha da Família (um guia que orienta a participação da família na vida escolar), como estratégias que de forma bem intencionada ou não, causaram pelo menos o crescimento do interesse e chamaram a atenção dos pais para o acompanhamento do trabalho da escola, além de incentivar os professores a buscar maiores conhecimentos visando melhorar suas práticas de sala de aula.

Além disso, a afetividade ganha um lugar de destaque nesse processo pois, garantir o desenvolvimento pleno dos alunos é entender a escola como um espaço que privilegia a dimensão afetiva, contemplando a autoestima e o reconhecimento das potencialidades de cada um. Portanto a afetividade pode influenciar positiva ou negativamente o processo de aprendizagem. Ela atua como um fio condutor, nas palavras de Piaget como “elemento energético”, capaz de estimular a criança a buscar o novo.

Com base na análise piagetiana sobre as relações entre afeto e cognição, a afetividade não modifica as estruturas cognitivas, mas atua como favorecedora do sucesso ou

atraso na aprendizagem. Na prática em sala de aula o que se percebe é que grande parte dos professores não tem essa clareza. Confundem afetividade com proximidade, e acabam manifestando relação de afeto apenas com os alunos que se envolvem com mais facilidade.

Todos sabem que as crianças desmotivadas manifestam pouca participação, e não demonstram energia, interesse ou vontade para aprender ou estudar.

Assegurar a criança o direito de aprender é contribuir de modo a valorizar o sujeito que o aprende, o aluno.

Estes são alguns desafios que tem afrontado o professor alfabetizador em seu fazer educativo, que causam angústias, dificuldades e de certa forma sofrimento. Caso essas relações existam de verdade na escola, as dificuldades dos professores do 1º ano do Ensino Fundamental poderiam ser superadas e com isso oportunizar aos alunos um processo de alfabetização simples e gradual.

Falar de alfabetização é um pouco complexo até mesmo pela diversidade de métodos utilizados, e ainda devido às dificuldades de aprendizagem dos alunos, reprovações e evasão escolar. Desse modo, a alfabetização caracteriza-se por uma fase muito importante no desenvolvimento do aluno, sendo a base para conhecimentos futuros.

Por isso, para um professor a primeira turma de alfabetização é uma responsabilidade que preocupa e assusta, pois, a alfabetização é uma fase distinta onde os alunos ao chegarem à escola se deparam com uma porção de novas experiências e sensações e especialmente para aqueles que não frequentaram a educação infantil, sendo a alfabetização o primeiro contato com a educação formalizada. Além disso, colegas de trabalho e as famílias dos alunos estão atentos aos resultados. O professor que tem êxito constrói uma reputação valiosa, o que fracassa recebe no ano seguinte uma turma mais fraca, de crianças mais pobres, repetentes que não têm quem olhe por elas.

5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NA UNIDADE DE ENSINO BÁSICO VILA BOA ESPERANÇA

5.1 Caracterização do campo de pesquisa

A escola-campo escolhida foi a Unidade Escolar Rural Vila Boa Esperança, que fica localizada na zona rural de Raposa, município do estado do Maranhão, cujo endereço é, Rua Principal s/n, Vila Boa Esperança. A escola tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Raposa/MA, na diretoria, Márcia Cristina Santos Reis e código

INEP nº21500266. Os cursos ofertados são: Educação Infantil e Ensino Fundamental- 1º ao 9º ano.

Sua inauguração aconteceu no dia 26 de março de 2009, oferecendo para a comunidade do bairro Vila Boa Esperança a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino. Em 2010 passou a oferecer o Ensino Fundamental Maior, 6º ao 9º ano, no turno vespertino, como anexo da Unidade Integrada Jarbas Passarinho. A UER Vila Boa Esperança tem como visão realizar trabalhos de forma participativa buscando a cooperação entre todos que formam a comunidade escolar favorecendo um ensino-aprendizagem de qualidade aos alunos atendidos. Sua missão é promover um ensino de qualidade, desenvolver um ambiente participativo, de respeito ao próximo, de solidariedade e de convívio cultural, preparando os alunos para a produção do conhecimento e para o exercício da cidadania.

No início a escola atendia uma clientela de 270 alunos e atualmente 217 nos turnos, matutino e vespertino sendo que a mesma possui capacidade para atender 420 alunos nos dois turnos. A primeira gestora geral da Unidade Escolar Rural Vila boa Esperança, foi a senhora Ozinea de Fátima Lobato Vieira que passou o cargo para a senhora Sâmya Vanira Silva Lima que por sua vez repassou para a senhora Edileusa Pereira da Silva.

A escola dispõe de seis salas de aula estruturadas com dois ventiladores de parede em cada sala, cinco banheiros sendo dois de funcionários e os demais para o uso dos alunos. Uma cantina equipada com fogão industrial, freezer, uma estante e um armário para armazenar utensílios. Uma sala da direção, onde fica localizado um dos banheiros de funcionários, sendo composta por dois armários e duas estantes, um suporte para livros paradidáticos, uma mesa para a gestora agente administrativo e uma mesa para supervisoras. A escola também possui pátio coberto, carteiras, um espaço externo com a capacidade para a construção de mais salas de aula e uma quadra poliesportiva, mas no momento encontra-se sem utilização.

O espaço pedagógico das salas contém: Cantinho da leitura, um painel com frase de boas-vindas, chamadinha, calendário permanente e alfabeto. As produções das crianças ficam em exposição, mas sem espaço fixo (parede). Os cartazes utilizados nas aulas também são expostos sem lugar fixo. Seu quadro administrativo é formado por: uma gestora e um agente administrativo. Seu quadro pedagógico é constituído por duas Supervisoras Escolar, sendo uma para a Educação Infantil e a outra para o Ensino Fundamental menor e maior, duas professoras de Educação Infantil, cinco professores do Ensino Fundamental menor, oito professores do Ensino Fundamental maior, sendo dois de Língua portuguesa, dois de

Matemática, um de História, um de Geografia, um de Inglês, dois de Ciências, dois de Artes, um de Filosofia e um de Ensino Religioso. O seu quadro operacional é composto por seis funcionários de serviços diversos e quatro vigias.

5.2 Análise e discussão

Para a efetivação da pesquisa foi aplicada uma entrevista (APÊNDICE A) com a professora do 1º ano do Ensino fundamental contendo 7 (sete) questões com intuito de verificar os desafios enfrentados pelo professor em alfabetizar seus alunos.

O primeiro questionamento foi: Para você, o que significa estar plenamente alfabetizado?

Como resposta, obteve-se: *“É ir além de ler e escrever, é também conseguir compreender”*.

De forma bem rápida e um pouco limitada a professora relatou que, é ir além de ler e escrever, é também conseguir compreender, no entanto a professora não responde objetivamente à pergunta, pois estar plenamente alfabetizado é além de decifrar o código alfabético por meio das habilidades de leitura e escrita é também atribuir significado e sentido às funções sociais vinculadas à escrita. Nesse sentido Soares (2011, p.15) ressalta:

A alfabetização é um processo no qual o indivíduo assimila o aprendizado do alfabeto e sua utilização como código de comunicação. Esse processo não se deve resumir apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento.

O segundo questionamento foi: Qual(is) a maior(es) dificuldade(s) que você, professora alfabetizadora encontra em alfabetizar seus alunos?

Sendo a resposta para a pergunta acima: *“Recursos didáticos que são poucos; o acompanhamento dos responsáveis; às vezes, as crianças têm muita fome e ficam desmotivados; alguns são faltosos”*.

De maneira bem pontual, a educadora versou sobre a precariedade dos recursos didáticos disponíveis na escola, a insuficiência e/ou a falta de acompanhamento dos responsáveis; a desmotivação oriunda do estado de fome que algumas crianças apresentam na maioria das vezes e também a falta de assiduidade. Contudo, a educadora não deve esquecer-se da importância do seu papel nesse processo. Recursos didáticos não atuam sozinhos, precisam ser intermediados por profissionais da educação na tentativa de promover um diálogo produtivo entre metodologias e aprendizagem significativa.

A esse respeito, Ferreiro e Teberosky (1985) apontam que:

Apesar de a criança construir seu próprio conhecimento, no que se refere à alfabetização, cabe ao professor organizar atividades que favoreçam a reflexão sobre a escrita. ‘A criança precisa se sentir segura para expressar-se com mais facilidade, o que o ajudará no seu processo de leitura e escrita’.

O terceiro questionamento foi: Dentro das suas dificuldades como alfabetizadora, o que pode ser melhorado para facilitar o seu trabalho e para aumentar o aprendizado dos alunos?

Sendo esse respondido da seguinte forma: *“Em geral posso somente, fazer o que me cabe como profissional ensinando conteúdos, pois não tenho como interferir nesses problemas que apresentei na resposta anterior”*.

A professora relatou que, o que lhe cabe como profissional é apenas ensinar os conteúdos e que os problemas apresentados na resposta anterior, ela não tem como interferir. Quanto aos problemas relatados, realmente não cabe ao professor intervir, porém quanto às suas atribuições profissionais, estas, não se restringem somente ao repasse de conteúdos, pois além disso o educador precisa despertar nos alunos o interesse e vontade de buscar seus objetivos com seus próprios esforços propiciando aos mesmos a construção do seu próprio conhecimento. Nesse contexto o professor deve ser um mero orientador do processo. Sempre que possível o educador deve dialogar com os pais e propor algumas recomendações acerca de como agir com os filhos em casa para que eles tenham um rendimento escolar satisfatório.

Para Nepomuceno e Bridi(2010, p.10) “O educador não pode ser um mero espectador da construção de conhecimentos de seus alunos, ele deve ser organizador do processo de ensino-aprendizagem, devendo ser um mediador do processo”.

O quarto questionamento foi: O que você faz quando um aluno não apresenta o rendimento esperado?

“Quando o professor percebe que seu aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, o problema deve ser levado à coordenação para que se possa buscar estratégias para superá-lo”, respondeu a questionada.

A professora de maneira sucinta relata que ao perceber que seu aluno está com dificuldade de aprender, ela repassa a situação para a coordenação para que a mesma busque estratégias para solucionar o problema. A grosso modo esse posicionamento da educadora confere a uma atitude de” jogo de empurra”, onde as dificuldades do aluno em aprender são jogadas para outra instância, tirando de cima de si a responsabilidade de superá-las.

O quinto questionamento: Como você se posiciona quando um aluno se recusa a realizar uma atividade?

Diante desse questionamento, a entrevistada manifestou-se da seguinte maneira: *“Primeiramente temos que saber se o aluno possui autonomia para resolvê-la sozinha, caso contrário, deve-se incentivá-lo para que o mesmo possa realizá-la”*.

Ao responder sobre esse questionamento, a professora foi bem objetiva ao enfatizar que o aluno precisa desenvolver certa autonomia para realizar determinadas atividades e que o incentivo favorece o desenvolvimento de habilidades.

O sexto questionamento foi: Quais práticas pedagógicas de sala de aula você utiliza para minimizar as dificuldades dos alunos?

“Existem várias como: Utilizar as diferenças existentes em sala de aula, manifestar-se entusiasmado pelas atividades dos alunos, estabelecer relações entre novos e velhos assuntos, identificar quais os interesses dos alunos”, sendo essa a sua resposta.

O sétimo questionamento foi: Diante dos combinados de sala de aula, os alunos têm preferências por determinadas atividades?

Sim, todos os dias quando nos reunimos na rodinha, temos o momento das novidades, nessa hora os alunos tanto contam histórias como pedem para eu fazer uma outra atividade das suas escolhas e o certo é fazer o que o aluno pede naquele momento.

Diante da sua resposta, observa-se que ela é uma professora democrática, que ouve seus alunos para que sua aula seja mais atraente e os mesmos tenham um melhor rendimento no que diz respeito à aprendizagem.

6 CONCLUSÃO

A alfabetização é uma etapa inicial na educação da criança, pois é por meio dela que se inicia o processo de apropriação do sistema ortográfico e das primeiras letras.

Para entender sobre o contexto da alfabetização, bem como, conhecer os desafios do professor do professor do 1º ano do Ensino Fundamental situado no campo de pesquisa caracterizado neste trabalho, foi observado e conversado com a professora Unidade Escolar Rural Boa Esperança no município de Raposa para compreender as dificuldades do processo de alfabetização, o que torna o objetivo deste artigo atingido.

As observações pontuais deste estudo foram voltadas para o professor do 1º ano do Ensino Fundamental da UER Boa Esperança, onde, por meio da pesquisa de campo ficaram claras as dificuldades em relação à aprendizagem de seus alunos, não somente as dificuldades cognitivas, como também as dificuldades sociais, econômicas, biológicas e afetivas. A insuficiência de recursos didáticos no campo de pesquisa e a fragilidade na

formação inicial e continuada dos professores, também ocupam lugar de destaque entre as dificuldades.

Outra questão que vale a pena ressaltar é a estrutura física da escola, pois, as salas da UER não oferecem espaço adequado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas modernas e inovadoras o que contribui para a desmotivação por parte do professor, levando os alunos ao desinteresse e ao fracasso escolar. Para que haja um aprendizado de qualidade, o professor precisa dispor de um ambiente alfabetizador alegre, para que seus alunos se sintam motivados para o processo do aprender.

Na escola, não há relação intensa entre a família e a escola, pois a primeira raramente acompanha a vida escolar dos filhos. Percebe-se que a ausência dos pais é um fator preponderante para estabelecimento de barreiras no desenvolvimento das crianças, pois a contribuição dos mesmos é de suma importância para que o processo de alfabetizar aconteça. O interesse e envolvimento dos pais nas ações da escola, como, reunião de pais, recebimento de notas, atividades de casa, datas comemorativas ou eventos extraclasse garantem às crianças uma permanência na escola mais prazerosa, e com isso se sentirão mais seguras e motivadas a participar, sem reservas, de todas as propostas da escola o que lhes proporcionará o sucesso escolar.

Observou-se no campo de pesquisa a falta de afeto latente, uma vez que, os alunos (a grande maioria) mantinham sempre certa distância da professora e vice-versa, ela não se envolvia muito com os alunos, limitando-se a repassar os conteúdos desde o primeiro momento de forma mecânica sem se importar se as crianças estavam compreendendo ou não.

A afetividade por parte do professor tende a diminuir o peso que esse processo representa para as crianças, pois para a maioria delas o processo de aprender é uma atividade fatigante e desanimadora.

Portanto é importante que o professor esteja sempre se capacitando para as exigências do mundo contemporâneo, pois está em suas mãos formar cidadãos autônomos, críticos e reflexivos capazes de tomarem decisões por si e pela sociedade na qual estão inseridos.

Para que a UER Boa Esperança inicie um movimento em direção à mudança em seu quadro educacional, em especial na turma de 1º ano do Ensino Fundamental, é interessante que a escola invista na aquisição de materiais didáticos mais modernos e estimulantes para que as professoras, por meio do uso dos mesmos, tracem estratégias para minimizar as dificuldades dos alunos.

Outra medida que seria de grande ajuda é a elaboração de um projeto de expansão da escola, para rever alguns espaços, aumentar, adaptar outros para que o professor possa por exemplo, fazer uso do pátio para realizar práticas alfabetizadoras mais prazerosas para as crianças e até mesmo construir uma sala de recursos multifuncional, onde o professor poderá agendar o atendimento, no contra turno, para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Além disso, é de fundamental importância que a escola esteja sempre proporcionando cursos de formação continuada para seus professores, pois estes oferecerão subsídios para minimizar suas dificuldades em sala de aula.

THE CHALLENGES OF THE TEACHER OF THE 1ST YEAR OF FUNDAMENTAL EDUCATION TO THE DIFFICULTIES OF LITERACY OF STUDENTS: a study carried out at the Boa Esperança Rural School Unit in the municipality of Raposa, MA

ABSTRACT

Literacy is considered one of the fundamental stages in the educational process, and the obstacles in the literacy process have a impact on the teaching practice and the development of school students. Thus, the aim of this study is to investigate the challenges of the first year teacher of the initial series of elementary school in the face of difficulties in literacy students. For this purpose, this article deals with the difficulties encountered by teachers in working their lesson plan, analyzing if the teacher's practice is appropriate to the level of your class and pointing out didactic strategies to ensure advances in learning the reading and writing from the perspective of literacy. The theoretical framework, built from the bibliographical research, was the basis for the development of field research, held in the Unidade Escolar Rural Boa Esperança, whose results have allowed understanding the dynamics and challenges faced by teachers in the literacy process of the students. In view of this, literacy in the first year of primary education is of great importance for the development of children, through their formative character, stimulating initiatives, attitudes, creative potential, understanding and assimilation of knowledge and the development of essential postures for lifelong learning.

Keywords: Elementary Education. Learning Difficulties. Teacher. Literacy. Student.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo**. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Constituição da república federativa do brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação editora da UNESP (FEU), 1999. (Encyclopaedia).

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e prática**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Índice nacional de analfabetismo].2003. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/default.shtm>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007. Disponível em: <<http://educandoeconversando.blogspot.com.br/2011/03/um-breve-historico-da-alfabetizacao-e.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.

REVISTA NOVA ESCOLA.1 jun. 2001.Disponível em: <<https://novaescola.org.br/>>. Acesso em: 4abr. 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26. Poços de Caldas, out. 2003.

NEPOMUCENO, Camila Patrícia; BRIDI, Jamile Cristina Ajub. O papel da escola e dos professores na educação de crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 9, n. 1, jul. de 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/1273-4052-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.



APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO CURSO DE PEDAGOGIA

O presente Roteiro de Entrevista objetiva coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema é sobre **Os desafios do professor do 1º ano do Ensino Fundamental frente às dificuldades de alfabetização dos alunos**. Este instrumento pretende verificar quais dificuldades o professor do 1º do ensino fundamental encontra em relação aos avanços das crianças da UER Vila Boa Esperança no município de Raposa.

Desde já agradeço a atenção dispensada.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À PROFESSORA DO PRIMEIRO ANO

- 6) Para você, o que significa estar alfabetizado?
- 7) Qual(is) a maior(es) dificuldade(s) que você, professora alfabetizadora encontra em alfabetizar seus alunos?
- 8) Dentro das suas dificuldades como alfabetizadora, o que pode ser melhorado para facilitar o seu trabalho e para aumentar o aprendizado dos alunos?
- 9) O que você faz quando um aluno não apresenta o rendimento esperado?
- 10) Como você se posiciona quando um aluno se recusa a realizar uma atividade?
- 11) Quais as práticas pedagógicas de sala de aula você utiliza para minimizar as dificuldades dos alunos?
- 12) Diante dos combinados de sala de aula, os alunos têm preferências por determinadas atividades?

RELEITURA DA SOCIEDADE MARANHENSE DO SEC. XIX A PARTIR DA OBRA “O MULATO”, DE ALUÍZIO AZEVEDO

Angela Maria Oliveira dos Santos*

Larissa dos Santos de Araújo*

Marília Costa de Oliveira*

Joelina Maria da Silva Santos**

RESUMO

O presente artigo problematiza os conflitos sociológicos presentes na obra “*O mulato*”, de Aluísio Azevedo, como: o papel do negro na sociedade da época e o preconceito racial enraizado e a hipocrisia clerical, fatos estes que ainda hoje trazem consequências danosas para as relações sociais atuais, objetivando uma reflexão comparativa entre esses fatos sociais do século XIX e os dias atuais. Haja vista que é público e notório a presença de situações em que a discriminação racial é praticada. Por isso, virou temática para vários debates no sentido de forçar a criação de leis mais severas, no combate ao crime de injúria racial, principalmente as causadas na internet, pois quase nunca se descobre quem foi o autor.

Palavra-chave: Literatura, Preconceito racial, Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade maranhense atual recebe influências do que se vivenciou no passado. Percebe-se que, atualmente, o negro ainda sofre preconceitos de diversas naturezas, tais como raciais, econômicas e religiosas. A obra “*O mulato*”, de Aluísio Azevedo, retrata uma sociedade extremamente estratificada, onde a igreja exercia forte influência política, social, porém de cunho discriminatório. O personagem “Raimundo”, era mulato, tinha olhos azuis, estudou na Europa, formou-se em Direito e, mesmo com todas essas qualificações sofria preconceitos, pois a sociedade da época não aceitava que alguém com “pele escura” tivesse uma posição elevada, muito menos, que se envolvesse amorosamente com uma mulher “branca”. Tal situação pode ser observada na sociedade maranhense, onde são veiculados em jornais, revistas, redes sociais, relatos de experiências vividas por pessoas afrodescendentes.

* Especialista em gestão, orientação e supervisão escolar-IESF, professora da rede municipal de ensino, graduada em pedagogia-UEMA, cursando Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa e Literaturas. E-mail: angela-pba@hotmail.com

* Professora da rede particular de ensino, graduada em Letras-FAMA, cursando Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa e Literaturas. E-mail: larabless@hotmail.com

* Professora da rede particular de ensino, graduada em Letras-UEMA, cursando Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa e Literaturas. E-mail: mariliaforever_12@hotmail.com

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara- SP; Mestre em Pedagogia Profissional, Havana –CUBA, Graduada em Letras e Artes – UFPA. E-mail: joelina.santos@ifma.edu.br

Diante do exposto, emerge um questionamento: como proceder para averiguar se os conflitos sociais do cotidiano vivenciados no século XIX influenciam a sociedade maranhense atual? A partir desse desafio, este artigo se propõe a fazer uma reflexão sobre a temática.

Diante dessa reflexão, pretende-se comparar a sociedade maranhense do século XIX, apresentada na obra “*O mulato*”, de Aluísio Azevedo, com a sociedade atual. Nesta perspectiva, focar-se-á o preconceito na sociedade maranhense atual.

De acordo com a taxionomia de Vergara (2014), a pesquisa se classifica, quanto aos fins, da seguinte forma: descritiva e explicativa. Descritiva por expor características da sociedade maranhense do século XIX estabelecendo uma relação com a atualidade. Explicativa, pois esclarece quais fatores contribuem para a ocorrência do preconceito racial e social. Quanto aos meios, segundo a autora, é Bibliográfica, uma vez que recorre a uma vasta literatura, livros, revistas, jornais, redes sociais, para elaboração do referencial teórico do trabalho, estabelecendo uma relação entre os dados do período histórico apresentado na obra e a realidade vivenciada hoje.

Este trabalho possui bastante relevância pois discute os conflitos sociológicos presentes na obra e que influenciam no cotidiano da sociedade maranhense, ressaltando o papel do negro na sociedade da época e o preconceito implantado e enraizado que prejudica as relações sociais atuais.

Portanto, para concretização deste estudo, primeiramente, analisam-se as diversas literaturas que tratam do tema. Logo após, aponta-se o preconceito da sociedade maranhense do século XIX presentes na obra “*O Mulato*”, relacionando-os com os da atualidade.

2 “O MULATO” E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A literatura compreende o conjunto das obras literárias, produzidas no Brasil em língua portuguesa, desde os tempos coloniais. Originou-se de uma nova situação criada pelo descobrimento e colonização do Brasil, surgindo, assim, um novo homem que em contato com este novo território, nova sociedade e se agregando a novas e diversas realidades sociais e culturais, transforma-se em outro homem gerado pelo processo desenvolvido de miscigenação e aculturação (COUTINHO, 2004).

Embora a língua fosse a mesma, não podia expressar-se com a mesma “fala” do Europeu, por isso, transformou-a, adaptou-a, condicionou-a as novas necessidades expressionais, adaptando-as também as novas condições geográficas, a cultura, a culinária e

relações interpessoais. Toda essa diversidade cultural tinha que dar lugar a uma nova arte, uma nova poesia, uma nova literatura. Politicamente dependente de Portugal, o Brasil, como país, começou a lutar pela construção de uma civilização brasileira.

Segundo Coutinho (2004), a literatura brasileira teve início imediato quando o ser humano começou a construir suas imagens em torno de sua nova realidade através da música, dos contos, da poesia, das formas folclóricas. Pois, o que define e caracteriza uma literatura é a experiência humana, os sentimentos e a visão da realidade que ela transmite.

A literatura brasileira, desde sua gênese, exprime a alma brasileira, destacando sua realidade histórica, social, psicológica, humana e artística. Percorre uma linha evolutiva, decorrente das fontes europeias que mais a influenciaram, traduzindo uma tendência organizadora no sentido de obter uma identidade nacional.

O romance naturalista “O mulato” expõe a crítica social, por meio da sátira opressora dos tipos de São Luís: o comerciante rico e presunçoso, a velha devota e enraivecida, o padre negligente e assassino, e diversos personagens que tendem sempre para o imoral e para o ridículo; o anticlericalismo apresentado na figura do padre e depois cônego Diogo, devasso e hipócrita; a oposição ao preconceito racial que é o suporte de toda a trama; o aspecto sexual mencionado expressamente em relação à natureza carnal da paixão de Ana Rosa pelo mulato Raimundo; a vitória do mal, pois no desfecho, os crimes ficam impunes e os criminosos gratificados: a heroína acaba se casando com o assassino de Raimundo (grande amor de sua vida), e o padre Diogo, responsável por dois crimes, é promovido a cônego.

Há também vários vestígios românticos, pois foi escrito no auge da Campanha Abolicionista e o autor não manteve uma posição neutra, imparcial. Ao contrário, ele toma o partido do mulato, idealizando Raimundo, que mais parece o herói dos romances (ingênuo, bondoso, ama platonicamente Ana Rosa e desconhece a sua condição de homem de cor).

3 O MULATO: uma reflexão crítica

A formação histórico-social do Brasil e, nela, do Maranhão, por ser do tipo colonial teve em sua organização resíduos culturais europeus, africanos e “americanos”. Estes, uma vez amalgamados e articulados pela escravatura geraram uma nova sociabilidade complexa e tensa que se expressava num cotidiano social permeado por negociações e conflitos, solidariedades e violências cuja intensidade variava e dependia das circunstâncias em que se encontravam os seus sujeitos sociais.

No entanto, vale ressaltar que o fim do tráfico internacional de escravos e o tráfico interprovincial dentre outros aspectos colaboraram para a necessidade de redefinição do perfil das relações sociais e dos símbolos referenciais de status do indivíduo. Nesse sentido, a sociedade maranhense, na segunda metade do século XIX, em sua historicidade fora permeada por mudanças que podem ser constatadas nas diferentes relações estabelecidas entre os sujeitos que a constituíam naquele momento.

Dessa forma, os encaminhamentos que se efetivaram expressam o modo como as soluções foram pensadas e levadas a cabo por aqueles sujeitos que dominavam os recursos que ofereciam-lhes poder e prestígio, pois, conforme Chartier (1990), as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que tendem a estabelecer uma sociedade à custa de outros por ela desprezados, a regularizar um projeto reformador ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.

A narrativa de Aluísio Azevedo apresenta, em termos ficcionais, os diversos componentes econômicos, psicológicos, políticos e culturais da sociedade maranhense na fase de desmonte da agricultura mercantil de exportação de base escravista. O cenário é a cidade de São Luís e o enredo é a história de um amor proibido entre um homem “mulato” e uma moça “branca”.

A obra, “O Mulato” foi inspirada na vida maranhense da época. O lugar reservado a escravidão, ao clero, ao racismo, tem uma estreita relação com as convicções e os interesses do autor. O fato de Aluísio Azevedo ser um escritor comprometido com vários combates sociais e políticos possibilitou a compreensão de alguns exageros e modificações, com os quais questionou seu desejo de objetividade e realismo.

A intriga do romance ocorre com o retorno de Raimundo a São Luís, Maranhão. Este era filho de um traficante de escravos, o português José da Silva e de Domingas, sua escrava. Raimundo encontra-se confrontado, inconscientemente, pois ignora sua condição de mulato, numa sociedade cuja sobrevivência estava apoiada na manutenção do *status quo* escravocrata e conservantismo moral e religioso.

O Mulato foi publicado em 1881. Apresenta, uma história de amor, onde Ana Rosa e Raimundo são dois jovens que se querem apaixonadamente. Contudo, o caso de amor por eles vivido não se limita a enquadrar o implicação sentimental. Dada a complexidade da intriga, cabe como base da obra o preconceito de raça, em que entram em conflito aspectos relativos à condição humana, tais como a escravidão, a hipocrisia dos caixeiros portugueses nas lojas maranhenses, as festas populares de bairro, os mexericos de aldeia, as ambições

lícitas e ilícitas, e, principalmente, a dominação de uma classe social e de uma raça sobre a outra.

A complicação dá-se pelo fato de Raimundo hospedar-se na casa do tio apaixonando-se pela prima, Ana Rosa, cuja mão lhe é categoricamente negada, devido sua cor mestiça. Apesar das suas inúmeras qualidades, tais como a honestidade, cultismo e inteligência, Raimundo estava marcado por traços que o caracterizam mulato, aspecto esse que a sociedade tanto subjugava e discriminava.

Bosi (2002, p.157) afirma que

[...] a partir do momento em que o romancista molda a personagem, dando - lhe aquele tanto de caráter que lhe confere alguma identidade no interior da trama, todo esforço da escrita se voltará para conquistar a verdade da expressão.

Entretanto, Raimundo é dissimulado por características exageradas, como, por exemplo, ter olhos azuis. Cientificamente, constitui-se impossível Raimundo ter olhos azuis, pois era fruto de um cruzamento entre um branco puro e uma negra legítima, de primeira geração. O mulato passa a ter qualidades de homem branco, o que deixa a impressão de que o autor tenha almejado aproximá-lo do branco para melhor repelir o preconceito.

Como resolução a essa triste realidade, o autor rebate o pensamento positivista-encarnado pelo próprio Raimundo - que defendia o progresso, a liberdade social, a superação da religiosidade supersticiosa das regras sociais. A vida do mulato, com características do branco colonizador, representava uma ameaça à sociedade que, demonstrando ser mais forte em suas convenções, elimina tal ameaça. Raimundo é banido do meio social. É assassinado por um branco.

Como Ana Rosa pertencia a uma família branca, Raimundo é rejeitado, e o filho que gera em Ana Rosa é eliminado, através do aborto. Inclusive, os mulatos na obra são banidos, pretendendo-se, aparentemente, abolir qualquer possibilidade de continuidade da raça. E, assim como filho que gerou, Raimundo também foi eliminado.

Na cidade de São Luís, dessa época, as pessoas da “boa sociedade” tinham como referência estética a Europa, tanto para o alimento espiritual como para o do corpo. Poucos sabiam ler, contudo, diversos jornais eram regularmente publicados. Dentre os quais, o jornal “O País” e o “Diário do Maranhão” ocupavam uma posição de destaque.

Na época do lançamento da obra *O Mulato*, São Luís do Maranhão desfrutava ainda de uma situação econômica abastada, apesar de ser perceptível o início de uma fase de dificuldades. Segundo Meireles (1994), o açúcar firmara-se como principal produto de

exportação na província do Maranhão desde 1846 e permaneceria como tal até 1889, ano da Proclamação da República.

Mantinha a sua face colonial com seus sobrados de azulejos e sacadas, sua vida típica, como de uma colônia que tendia ora para o estilo português, ora para o estilo francês em todos os sentidos: nos costumes, na religião, no comércio, nas tradições, na cultura. Em 1881, a sociedade de São Luís preservava suas aristocracias, sua riqueza de origem, de luxo, que a situação econômica favorável ainda admitia, apesar dos indícios de crise. Lima (1976), assim a descreve: “a sociedade maranhense, mantinha seus preconceitos e identidade, com rigorosa divisão de classes, para mergulhar na decadência que se seguiu à abolição e à malograda aventura industrial”.

A Igreja desempenhava um papel importante na educação. Esta instituição aprovava ou encorajava os casamentos que mais se assemelhavam a transações comerciais. A Igreja Católica por ser parte do sistema escravocrata defendia os mesmos interesses econômicos dos outros proprietários fundiários. Assim, fechava os olhos para os maus tratos impostos aos escravos a quem pregavam a resignação.

A manutenção do sistema escravocrata e a influência que o clero exercia sobre a população eram, para Aluísio Azevedo, as duas principais causas da decadência social e degradação dos costumes do Maranhão. Ele estudou os efeitos destes dois fatores: famílias da elite comerciante e da oligarquia rural.

O aspecto documental das crônicas consagradas a estes problemas é evidente. Estas fornecem a chave para a compreensão do comportamento e da psicologia dos personagens que Aluísio Azevedo coloca em cena no seu romance “O Mulato”. Sob essa perspectiva, nos parece coerente supor que este autor, antes de adotar uma posição de romancista, desempenhou uma atitude de sociólogo abordando as realidades sociais inspirado por princípios filosóficos de Auguste Comte e por leituras de Darwin e Spencer.

O racismo, sem qualquer fundamento científico, paradoxalmente se funda na diferença de sangue, de cor da pele, no conjunto somático, orgânico, humano. Aluísio Azevedo caricaturou a vivência deste no personagem, o mulato, Raimundo. Este era letrado, culto, distinto, doutor em direito pela Universidade de Coimbra, rico, viajado, mas, marginalizado, mal visto, perseguido, humilhado e por fim assassinado unicamente pelo fato de ter nascido da união de um branco com uma negra, uma escrava.

Raimundo apresenta vários perigos para esta sociedade: perigo para o *status quo* racial fundado na dominação de brancos, principalmente, numa época em que os fazendeiros sentem que estão perdendo o poder econômico em benefício dos cafeicultores do Sul. O

Mulato desmente de maneira brilhante as justificações da segregação racial por suas qualidades humanas e suas possibilidades de ascensão social. Perigo no campo ideológico e político, pois, nessa sociedade escravocrata, monarquista e católica, Raimundo, com uma sólida formação positivista professa ideias republicanas e defendia a abolição da escravatura.

No campo espiritual, Aluísio Azevedo faz dele o protótipo do brasileiro culto aberto a novas ideias. Esse perigo expandia-se, também, a nível da família à medida que ele correspondia ao modelo pregado por revistas e romances europeus. Enfim, se tratava de uma tentação às mulheres e rival dos homens por suas qualidades de poder atrair o olhar das moças e colocar em perigo o edifício social e econômico cuja continuidade repousava nas virtudes das mulheres e obediência ao pai, ao marido e aos preceitos morais estabelecidos e fiscalizados pelo clero católico.

Os escravos que aparecem no romance assumem uma densidade psicológica e sociológica, apenas, quando desempenham um papel na intriga romanesca. A exemplo desse fato tem-se o caso de duas escravas forras, a ama-de-leite da Ana Rosa, Mônica, e a mãe de Raimundo, Domingas. A primeira é cafuza, a segunda é negra. São personagens que não existem por si próprios, mas em função de sua relação de interdependência com os brancos e o olhar destes ou de Raimundo. Também não há nenhuma personagem de destaque que diga o que pensa a respeito de seus semelhantes e que defenda a causa dos escravos em prol da abolição da escravatura, muito embora, o autor estivesse comprometido com a abolição.

Os problemas são apresentados pelo escritor sob uma perspectiva sociológica com ênfase aos aspectos morais e afetivos para, entre outros objetivos, se supõe, atingir a sensibilidade dos leitores. No romance, os escravos são na maioria dóceis e submissos, incapazes de uma atitude revolucionária. No entanto, os escravos desenvolveram diferentes táticas de resistência. As fugas, os quilombos e as insurreições escravas foram muito frequentes no sertão maranhense.

Com base em pressupostos estabelecidos pelo discurso racial vigente, na segunda metade do século XIX, no Brasil, caracteres físicos passaram a ser considerados como critérios de classificação racial. Desse modo, a cor da pele, a textura dos cabelos e os traços do rosto indicavam em qual raça uma pessoa podia esperar ser classificada. Enfim, o seu status social. Acrescente-se ainda o padrão da riqueza, a aparência definida pelo estilo da roupa, do comportamento e o círculo social em que se encontrava.

No romance, o autor analisa o porquê e a forma de os segmentos das elites vivenciarem o racismo. Nas entrelinhas de sua análise evoca a denúncia de que os mulatos, uma vez lidos sob a ótica do racismo eram discriminados. Por isso, para serem reconhecidos

deviam renegar seus antecedentes africanos. Em sua crítica mordaz à experiência do racismo, por meio do personagem Raimundo, o autor realça as incongruências verificadas entre o discurso racial e a formação histórico-social mestiça do Maranhão. Afinal, esse personagem era, sendo mulato, filho de um português “branco” e de uma escrava “negra”, com aportes estéticos e culturais europeus.

Tendo como base essa dicotomia étnica estabeleceu-se uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira de um modo geral, não cria um relacionamento democrático e igualitário, porque está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, e no negro o inferior.

4.1 Cotejo com atualidade

O preconceito racial é um fenômeno histórico e sociocultural que os indivíduos utilizam para estigmatizar e classificar negativamente as pessoas de origem negra com o objetivo de expô-las à situações vergonhosas e constrangedoras por sua condição étnica, seus costumes e tradições.

Há muito, entidades não governamentais e de classe como o Centro de Cultura Negra – CCN e o Grupo de Dança Afro Malungos - GDAM, vem lutando em defesa do patrimônio cultural-étnico, bem como da valorização de seus saberes. E graças a esses esforços, atualmente já existem leis que inibem e punem uma parcela da sociedade que pratica a discriminação e a injúria racial gestadas e paridas pelo preconceito racial. Porém, as figuras a seguir apresentam um retrato do preconceito racial que ainda é praticado no Maranhão, a despeito das leis e punições.

PRECONCEITO

Advogada é detida sob acusação de cometer racismo

 JORNAL O ESTADO MA
 07/11/2015

Caso ocorreu em rua da Cohab, em São Luís, onde um homem negro afirma ter sofrido preconceito

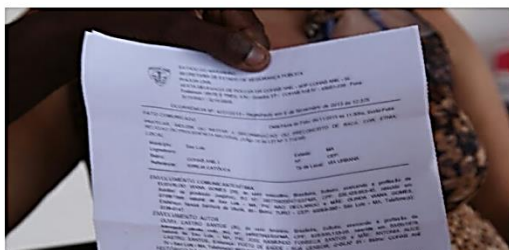


Foto: Flora Dolores

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão

 POLIANA RIBEIRO
 20/11/2015 às 10h00

Segundo representante do Centro de Cultura Negra, crime é comum no estado, mas ainda é pouco denunciado



Reprodução/site semanaon

Seduc investiga denúncia de racismo em escola da Liberdade

JORNAL PEQUENO
 13 MAR 2012

JONNY FIGUEIREDO

JP Edição 23,730 - Índice Geral Nacional
 Ano 60 - quarta-feira, 06 de julho de 2011

Publicado em: 06/07/2011

 Curtir 0  Tweetar

Denúncia de racismo na Ufma repercute nacionalmente

A notícia foi divulgada em primeira mão pelo Jornal Pequeno no último sábado

POR OSWALDO VIVIANI
 e JULLY CAMILO



G1

MARANHÃO

JP Edição 23,505 - Índice Geral Geral
 Ano 59 - segunda-feira 15 de novembro de 2010

Publicado em: 15/11/2010

 Curtir 0  Tweetar

Assassinatos étnicos e racismo causam assombro no Maranhão

20 líderes camponeses estão marcados para morrer

Have a break, have a KitKat.®

Funcionários de supermercado em São Luís registram BO por racismo

Ataques racistas já se repetiram em pelo menos três lojas da rede. Órgãos como o MP e Procuradoria do Trabalho já foram acionados.

10/06/2016 22h31 - Atualizado em 10/06/2016 22h45

Do G1 MA, com informações da TV Mirante

Apesar da lei 7716/ 1989, que define crime resultante de preconceito racial criada no Brasil determina pena de reclusão a quem tenha cometido ato de discriminação racial, esse tipo de crime ainda é bastante significado no Maranhão, embora seja comum é ainda pouco denunciado. (SANTOS, 2013).

Há mecanismos particulares de discriminação racial na sociedade brasileira. São mecanismos institucionais informais, que criam barreiras para negros e privilégios para brancos, bem como uma rede de mecanismos individuais, inclusive a indiferença, agressões e várias outras práticas informais, originadas de uma cultura que naturaliza a hierarquia racial. (TELLES, 2003).

E as conquistas continuaram acontecendo: o ensino da cultura negra já tornou-se obrigatório nas redes de ensino, lei de cotas, Estatuto da Igualdade Racial, movimentos em prol da cultura negra estão sendo, cada vez mais, praticados. Vale ressaltar que uma das formas de combater o racismo é através de investimentos na educação, além da denúncia que poderá ser feita através de boletim de ocorrência em uma delegacia, no caso do ambiente de trabalho, o último pode procurar o Ministério Público do Trabalho. Segundo Santos (2013, p.87), “o acesso à justiça, e ainda mais especificamente nos casos de crimes de racismo, é um fenômeno complexo relacionado a fatores sociais, econômicos e culturais, mas, principalmente, à mobilização social”.

Assim como no século XIX, apesar de criticado, Aluísio Azevedo buscou uma forma de denunciar esse ato bastante presente na sociedade maranhense através da obra “*O Mulato*”, a sociedade hoje, pode e deve denunciar, mesmo sabendo que é difícil punição para esta prática no Maranhão.

5 CONCLUSÃO

O negro, no passado, era mercadoria rotulada com valor apenas comercial, sem voz, sem autonomia, sem a própria dignidade, conquistou, através de suas lutas, sua liberdade, o direito de igualdade, porém continuou preso pelo preconceito, recriminado pelo passado de humilhações e sofrimentos, não era valorizado porque a cor da pele limitava suas chances na sociedade.

Esta etnia que fixou na sua pele uma maldição, plantou a cultura do Brasil, regou a riqueza de um povo com seu suor e fundou a grandeza desta nação, mas, ainda assim, muitos não respeitam o seu valor. Aluísio Azevedo, nesta obra, retrata a problemática da

sociedade através de suas histórias, usando seus personagens para mostrar a realidade e denunciar o preconceito existente.

Vale ressaltar, que ninguém nasce preconceituoso, pois no seio familiar é que se apreende os valores, onde fica mais evidente a busca pela conscientização de que esse fenômeno social é nocivo às relações pessoais e interpessoais entre os indivíduos.

Este artigo possui um valor social importante no combate ao preconceito racial que ainda é praticado no Maranhão, e que foi retratado em “*O Mulato*”, criticando a natureza de um povo que pratica atos violentos e verbais contra pessoas afrodescendentes. Parafraseando o “dito popular”, “somos afrodescendentes e não desistimos nunca”, em homenagem aos negros e negras que foram trazidos de forma violenta e cruel de sua mãe África.

RE-READING MARANHÃO SOCIETY OF THE 19TH CENTURY FROM THE WORK “THE MULATTO” BY ALUÍZIO DE AZEVEDO

ABSTRACT

This work of relevant character discusses the sociological conflicts present in "the mulatto" by Aluizio de Azevedo, as: the role of blacks in society of the time and the racial prejudice rooted and clerical hypocrisy, these facts that bring harmful consequences today still to the current social relations, aiming at a comparative reflection between these social facts of the 19th century and the present day. Since is public and notorious in faced with situations in which racial discrimination is practiced. So, turned many debates in thematic sense to force the creation of stricter laws to fight crime and racial, mainly the injury caused on the internet because you hardly ever find out who was the author.

Keywords: Literature. Society. Racial prejudice. São Luís.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluizio. **O Mulato**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Col. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: DIFEEL, 1990, p. 17.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LIMA, Carlos de. **A escravidão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976, p.167-168.

MEIRELES, M. M. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, Coleção Documentos Maranhenses, 1994, p. 36.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. [recurso eletrônico]. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A diferença como realização da liberdade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fund. Ford, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

UM OLHAR SOBRE CULTURA A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME “O ÚLTIMO SAMURAI”

Antonio de Pádua Cortez Moreira Junior*

Raphaella Abreu Carvalho Cortez Moreira*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre o filme “O Último Samurai”, em uma abordagem qualitativa, sobre o choque cultural entre o Ocidente e o Oriente. Ao problematizar as diferenças culturais do Ocidente (Estados Unidos) e Oriente (Japão), a partir do “choque cultural” abordado no enredo do filme, busca-se refletir o conceito de cultura, tendo como aportes teóricos os estudos de Tylor (2005), Boas (2010), Wagner (2010), Sahlins (1997), dentre outros. A análise realizada mostra que cultura é um processo de simbolização que para ser compreendida deve ser realizado um processo de imersão na cultura do outro e compreendida a partir desta. Nesse sentido, a cultura é vista como uma extensão de outro conceito e significado realizada em processos contínuos e criativos, como um eterno espiral de acontecimentos, sentimentos, comportamentos e símbolos. A análise do filme aponta ainda a importância e complexidade da reflexão sobre cultura como um sistema de representação simbólico/a e particular para a compreensão da diversidade entre culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Choque cultural. Simbolização.

1 INTRODUÇÃO

É consenso entre alguns autores que a cultura é uma construção social. A partir da construção (duas vezes construção) de Tylor (1871), que, no âmbito do Evolucionismo Cultural, unificou dois vocábulos de línguas distintas (*kultur* do alemão e *civilization* do francês), iniciou-se um processo de elaboração de um conceito que possibilitasse expressar o significado dessa força que é externa ao homem e por ele perpetuada e contemporizada.

Na sociedade contemporânea, uma das formas de se expressar e discutir a cultura para o mundo é por meio das tecnologias digitais, principalmente o cinema, pois através da análise de um filme é possível verificar não só os símbolos de uma cultura, mas também a forma como a sociedade que a construiu interage por meio dela, a conserva e a modifica, bem como um ser externo a esta sociedade a percebe e pode ser influenciado pela mesma. (BENJAMIN, 1994).

Dessa forma, a técnica utilizada para realização desse estudo foi a análise de um filme, em uma abordagem qualitativa, correlacionada à luz do referencial teórico dos estudos

* Advogado. Professor do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Especialista em Gestão Pública, Direito Civil e Processo Civil e Direito Tributário. Email: apcmjr@hotmail.com

* Pedagoga. Mestranda do Programa Interdisciplinar em Cultura e Sociedade - UFMA. Email: rapha_ac@hotmail.com

de Tylor (2005), Boas (2010), Wagner (2010) e Sahlins (1997).

O objeto de estudo é o filme “O Último Samurai”, dirigido por Edward Zwick, que também foi um de seus roteiristas. Produção do ano de 2003, que conta a história do Capitão Nathan Algren, personagem vivido pelo astro Tom Cruise, que no ano de 1876, depois de liderar parte das expedições militares que ocuparam o oeste americano, e vivendo sob a sombra de tais atos, é convidado a treinar e liderar as tropas japonesas que estavam prestes a enfrentar um inimigo parecido, de acordo com descrito por Oruma, um influente empresário japonês.

A partir desse cenário desenvolve-se o enredo que demonstra o choque cultural entre Ocidente e Oriente, foco de análise desse estudo. A diversidade entre as culturas surge desde os utensílios domésticos até o comportamento perante seus líderes. O Capitão Algren funciona no filme como um antropólogo que, com o passar do tempo, não só observa, mas adota para si a cultura local no decorrer do filme (filme e filme, repetição de palavras). Interessante também notar que existe outro antropólogo no filme, o samurai Katsumoto, que busca o conhecimento da cultura americana por meio de conversas e dos livros de propriedade e autoria do Capitão Algren.

Nesse contexto, torna-se possível realizar uma análise teórica do filme “O Último Samurai”, em uma abordagem qualitativa, sobre os conceitos de cultura, a fim de refletir as diferenças culturais existentes entre Ocidente e Oriente tal como retratadas no filme, a partir do “choque cultural” vivenciado pelo personagem Capitão Algren.

A chegada do Capitão Nathan Algren ao Japão, no início do filme, coincide com a introdução de vários elementos da cultura ocidental, ou seja, um fenômeno já decorrente de uma globalização que ainda engatinhava, bem parecido com o “culturalismo”¹ conceituado por Sahlins. (1997).

Logo, o presente estudo permitiu refletir sobre as relações entre o simbolismo e as fronteiras identitárias e culturais existentes entre os Estados Unidos e Japão, o que é universal e o que é particular, bem como ampliar as discussões sobre o conceito de cultura e suas influências na e para a sociedade.

2 UMA REFLEXÃO SOBRE CULTURA

Tylor (2005) foi o primeiro a conceituar e problematizar para o campo científico o termo “cultura”, contudo, outras definições também foram construídas durante os séculos XIX

e XX por autores evolucionistas como Frazer e Morgan, bem como de outros expoentes que ampliaram o campo conceitual, tais como Boas, Geertz e Latour, dentre outros.

Segundo Laraia (2001), Tylor definiu cultura como um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Nessa mesma perspectiva, Turgot (ANO) afirma que o homem é possuidor de um tesouro de signos e que tem a faculdade de multiplicá-los infinitamente, de retê-los, de comunica-los e transmiti-los aos descendentes como herança.

De acordo com Tylor (2005) cultura é entendida como um fenômeno natural, que analisado de forma sistemática, busca o estabelecimento de leis que explicam sua origem e sua transmissão. Diversidade cultural, em sua visão, deve ser entendida como resultado da desigualdade dos estágios evolutivos de cada sociedade, assim sendo, a Antropologia tem como dever definir uma escala civilizatória com dois extremos: em um ponto as sociedades europeias, e no outro as comunidades periféricas, o que traria assim um caráter extremamente etnocêntrico e eurocêntrico, destacando a cultura europeia como centro do mundo e a mais evoluída. Assim sendo, os europeus seriam os “civilizados” e os povos que não tivessem sua cultura inspirada na Europa seriam “selvagens” e “bárbaros”.

Em contrapartida ao pensamento de Tylor surge a posição de Franz Boas (2010), que adota o relativismo cultural, observando cada cultura em si mesma, abstraindo-se de um ponto de vista absoluto, privando-se de julgamentos e juízos morais a respeito das diferenças culturais. Afinal, o problema da história cultural, se apresenta como um problema histórico. Para entender a história é preciso conhecer, não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim.

O trabalho de Boas (2010) possui três premissas sobre o conceito de cultura: a) esse conceito deve ser uma alternativa ao de raça para explicar a distinção entre povos, desconstruindo os determinismos biológico, geográfico e econômico; b) deverão ser consideradas culturas, no plural, que são resultados de histórias particulares a partir da fusão de diferentes elementos aleatórios ao longo do tempo e espaço; e c) o conceito de cultura está sempre se renovando, pois existe a possibilidade de “escolha” dos elementos em culturas específicas.

Por meio de seu estudo, Boas inaugura a Antropologia Cultural, que teve como seu principal expoente Clifford Geertz, que defende cultura como:

[...] essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 2008, p. 4).

Logo, percebe-se que para Geertz a cultura tanto é uma representação de mundo como um conjunto de regras para atuar nele. A cultura existe por ser entendida como um sistema simbólico, em que as pessoas compartilham de um sistema de signos e significados, ou, nas palavras de Weber, a cultura seria um guia de comportamento para o comportamento social. Desta forma, a cultura é em si significativa e passível de interpretação, o que a torna um paradigma para a Antropologia (aqui tem uma quebra – ao invés de ir para Latour, porque não falar de Sahlins e as críticas ao conceito de cultura? – Pela crítica, poderiam puxar as críticas de Latour ao conceito de social/sociedade)

Por fim, importante tratar sobre o pensamento de Bruno Latour, antropólogo francês, que em seu pensamento trabalha a concepção do “social”, como algo que não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e assumir a tarefa de fornecer uma “explicação social”. (LATOURE, 2012, p. 18).

Nesse movimento, Latour (2012, p. 19) questiona a própria ciência sociologia, uma vez que:

Já não se sabe ao certo se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de sociais e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma ‘sociedade’. O social parece diluído por toda parte ou nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte ‘sócio-logia’.

Logo, propõe um debate sobre o que vem a ser sociedade, realizando duas abordagens: na primeira, analisa o social como o fenômeno que apresenta uma propriedade específica, tanto faz se negativa ou positiva. Já na segunda abordagem, a análise é justamente ao contrário, ou seja, não existe nada específico na ordem social, como se na verdade a sociedade fosse algo que não existe.

Latour utiliza-se da primeira abordagem apenas para criticá-la, uma vez que em seu pensamento o social é algo que está em constante mudança, logo, delimitando o “social”, estar-se-ia limitando o conceito aos humanos e às sociedades modernas, enquanto que este termo é bem mais amplo.

Nessa linha de raciocínio, o autor desenvolveu seu conceito de cultura por meio da obra *Jamais fomos modernos* (2005), na qual busca a definição do que é esse “moderno”, que designaria, em suas palavras, dois conjuntos de práticas, quais sejam, a “purificação” e a “mediação”, que para serem eficazes devem permanecer juntas, uma vez que a primeira cria a

mistura de seres de natureza e cultura e a segunda cria duas zonas ontológicas distintas, a natureza e a cultura.

Dessa forma, “sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias ou supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado ou mesmo interdito” (Latour, 2005, p.16), sob essa ótica, os modernos delimitariam seu reconhecimento às práticas de purificação, e as práticas de mediação não teriam qualquer reconhecimento. Contudo, como são as práticas de purificação que permitem a mediação, quanto mais o moderno tenta apartar a natureza da cultura, mais elas se entrelaçam.

A percepção do autor permite visualizar o entrelaçamento entre os termos “cultura” e “sociedade” por meio das práticas dos indivíduos que convivem em um conglomerado social, que, de acordo com o seu pensamento, sempre estará em constante modificação.

3 SINOPSE DO FILME “O ÚLTIMO SAMURAI”

O filme “O Último Samurai” conta a história do Capitão Nathan Algren (interpretado pelo ator norte-americano Tom Cruise), que fez parte do Exército dos Estados Unidos da América durante a expansão e a colonização do oeste, participando de vários combates que dizimaram populações de pré-existentes nesta comunidade. Essas experiências traumatizaram o personagem, o que é observado pelo seu comportamento inquieto, dependente de álcool para poder encarar sua vida.

Diante de sua renomada experiência em guerrear, o Capitão Nathan Algren é convidado a realizar o treinamento do Exército Japonês para o enfrentamento dos “selvagens” samurais, nas palavras do embaixador japonês, Sr. Omura.

Aceito o convite, Algren chega a um país que ainda possui a configuração “original”, mas que já está sendo remodelado com as marcas do Ocidente, tais como estradas de ferro, energia elétrica, roupas, utensílios domésticos, tudo por desejo do Imperador japonês, que influenciado pelo Sr. Omura, acredita que se adotar hábitos e símbolos do Ocidente estará modernizando o seu país.

Logo, após o breve início de trabalho, Algren recebe uma ordem para liderar um ataque do exército japonês contra os samurais, cumpre a ordem contrariado, pois sabia que seus comandados não estavam preparados para guerrear.

Em combate, Algren é surpreendido não pelo fracasso do seu exército, mas com a força e organização de batalha do exército samurai, liderado por Katsumoto. Ao final da

batalha, já quase vencido e muito ferido, Algren consegue matar um último samurai, e quando estava para ser assassinado por outro, é salvo da morte e preso por ordem de Katsumoto. Ao ser retirado do campo de batalha, lhe chama atenção a cena em que presencia um ritual de “assassinato” do comandante do exército japonês, o que lhe configurou um ato de covardia e brutalidade.

Ao chegar “na sociedade dos samurais”, Algren sofre um “choque cultural”, primeiramente pelo fato de Katsumoto falar inglês, uma vez que até então tinha os samurais como “selvagens”. Depois, por ser informado que ficaria durante todo o inverno como um prisioneiro, devido a neve que impossibilitaria uma viagem para Tóquio.

Existe uma passagem de tempo onde se mostra a recuperação física do personagem, que sempre pedia para beber saquê como uma forma de tentar “esquecer” seu passado. Quando recuperado fisicamente, Algren é levado à presença de Katsumoto, que se demonstra um homem culto, profundo conhecedor de artes da guerra e fiel ao Japão e ao seu Imperador, o que causa grande estranheza para Algren, que imaginava que os samurais queriam o líder da nação morto.

Com a convivência, Algren percebe que tudo que lhe havia sido relatado sobre os samurais era falso, pois era um grupo que buscava viver de acordo com o que lhe foi ensinado, preservando suas tradições, cultura e origem, em um ambiente de calma e de busca pela paz.

Homem inteligente e estudioso das línguas, Algren permite-se imergir na cultura japonesa e dos samurais, apreendendo a língua, o comportamento e técnicas de luta samurais. Essa imersão cultural possibilitou a Algren dar um novo sentido à sua vida, deter uma paz de espírito e conhecer a felicidade, reconhecendo-se como parte integrante daquele contexto que lhe era tão distante tanto geográfica, como culturalmente.

O tempo passou, a neve cedeu e o caminho para Tóquio tornou-se viável. Katsumoto viaja para encontrar o Imperador e Algren para reencontrar o seu “passado”. Por influência do Sr. Omura, o Imperador sanciona várias leis que minimizavam a figura e os ensinamentos dos samurais, pois a cultura destes era vista como um atraso e impedimento para a aceleração do processo de modernização que estava se iniciando no Japão, com base no modelo ocidental.

Algren então planeja e executa uma missão de libertação de Katsumoto, que resulta na morte do filho de Kasumoto e serve de estopim para um novo confronto entre os samurais e os soldados japoneses que agora estão bem treinados, fazendo uso de técnicas de batalhas e armamento ocidental.

Após a batalha, vencida pelo exército japonês com muita dificuldade, Algren leva a espada de Katsumoto, morto no campo de batalha, o que leva ao Imperador realizar uma reflexão e perceber que o seu país tem seu próprio modo de ser e costumes, que pode ser transformado, mas respeitando as tradições e a raiz cultural de seu povo que ainda se manifesta presente, isto é, olhar sua própria cultura japonesa, a partir dela e não do olhar e intenções da cultura do outro (americanos).

4 UM OLHAR SOBRE CULTURA A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME “O ÚLTIMO SAMURAI”

O objeto de estudo, o filme “O Último Samurai”, traz diversos elementos referentes ao olhar conceitual de cultura, tendo como foco para este estudo a imersão cultural do personagem do Capitão Algren, na sociedade samurai, que retrata no filme as diferenças culturais entre Ocidente (Estados Unidos) e Oriente (Japão), demonstrando o “choque cultural” vivenciado pelo personagem.

O pano de fundo do filme trata de uma “colonização desejada”, pois acreditava o governante japonês (desejada por alguns, não?) que, para preparar seu país para o futuro, deveria adaptar-se às práticas de um mundo “moderno”, ou seja, o mundo ocidental.

Vê-se claramente que o personagem Capitão Algren, apesar de já ter convivido com os americanos confrontados por ele, durante a expansão para o oeste nos Estados Unidos, e saber que seus hábitos e costumes não podem designá-los como “aculturados”, no entanto, ao chegar ao Japão é fortemente influenciado pela descrição que os outros personagens lhe fazem sobre os samurais.

A narrativa demonstra que o personagem vivido pelo ator norte americano Tom Cruise traz consigo uma visão cultural de acordo com Tylor, pois no início do filme, percebe-se que o personagem Capitão Algren demonstra um sentimento cultural que divide as aglomerações sociais em indivíduos “civilizados” e “selvagens” e por esta visão, considera a imersão cultural ocidental iniciada no Japão, àquela época, como necessária e correta, uma vez que possibilitaria ao país sair da condição de selvageria para um estado de civilização.

Isso vai de acordo com a concepção de cultura entendida por Tylor (2005), que concebe cultura como civilização, um processo de evolução cultural/social em que não percebia os grupos por ele estudados como parte do seu mesmo contexto histórico. Para Tylor (2005), a diversidade encontrada nos grupos estudados era classificada em estágios de evolução, a partir do parâmetro do pesquisador, visto como mais evoluído. Portanto, a

classificação da cultura atrasada, inferior do Japão era relacionada, a partir da cultura mais elevada e civilizada (Estados Unidos).

Essa marcação de cultura como diferença que causa desigualdades e não sendo vista como meio simbólico, também é referenciada no filme, quando da primeira batalha entre o exército japonês e os samurais, apesar da surpresa pela organização tática do inimigo, o personagem do Capitão Algren considera que várias das ações são “bárbaras” para com o oponente.

No entanto, o Capitão Algren ao tornar-se prisioneiro dos samurais, inicia o “processo etnográfico” de imersão na cultura do outro, chegando a ser curiosa a transformação do personagem no período em que permanece como prisioneiro. E ao se permitir visualizar e vivenciar aquela cultura percebe que não existe selvageria naquele contexto, mas sim uma forte cultura de respeito e obediência, transmitida ao longo das gerações e que faz parte de um determinado devir.

É nesse momento que o Capitão Algren avalia a existência de culturas e não de uma única cultura, dentro de um mesmo contexto histórico. Assim, o personagem inicia o processo de perceber e pensar a cultura do outro, a partir dela e não mais a sua cultura (americana) como cultura mais evoluída e correta.

Citando Franz Boas (2010, p. 45), a cultura passa a ser percebida como particular e dinâmica, ao defender que “para entender a história é preciso conhecer, não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim”. Algren, quando imerge na cultura samurai, percebe que aquele povo possui características que se confundem com a própria formação da nação japonesa, pois buscam a disciplina e a perfeição. Logo, percebe as culturas como diferentes, mas que não tem uma linearidade (não compreendi esse final).

A visão do personagem nesse momento é característica da teoria discutida por Boas (2010, p. 47), para quem “as atividades do indivíduo são determinadas em grande medida por seu ambiente social: por sua vez, suas próprias atividades influenciam a sociedade em que ele vive, podendo nela gerar modificações de forma”. E, como se analisa no filme, Algren percebe claramente que cada grupo cultural tem suas particularidades históricas, logo, a diversidade começa a ser percebida como um relativismo cultural. No entanto, cabe considerar que isso somente foi possível, quando o personagem vivenciou em campo a cultura do outro.

No início desse momento *in loco*, de conhecimento da cultura do outro, o filme retrata claramente uma situação de “choque cultural”, aonde o “desenvolvido” do Ocidente (capitão Algren) vê-se surpreendido por um grupo “selvagem” (samurais), ou seja, o olhar

inicialmente preconceituoso do personagem principal não concebia que ao se tratar sobre “pessoas que pertencem a diferentes culturas, há variedades específicas do fenômeno humano” (WAGNER, 2010, p. 28).

Com base na teoria de Wagner (2010), pode-se afirmar que o Capitão Algren estava cometendo um erro grave, pois a ideia de cultura coloca os pesquisadores em pé de igualdade com seus objetos de estudo.

É justamente no momento em que Algren aceita a “relatividade cultural” de Roy Wagner, percebendo que os samurais representam a cultura japonesa em sua ressignificação (como assim?), é que o personagem Algren vê que não tem sentido, o seu objetivo de destruir os samurais.

O capitão Algren começa a dar significado, a simbolizar para compreender a cultura do outro, não mais a partir da sua cultura (ou evidenciando para si a sua própria cultura?). Diante disso, permite-se analisar que cultura é uma convenção, é uma invenção, um processo criativo que está sempre se reconstruindo. (WAGNER, 2010).

O personagem, a partir de determinado momento da trama, funciona como um antropólogo que visualiza nos gestos e nas ações dos samurais (visualiza o quê?), e começa a perceber a importância e a lógica da cultura dos samurais, tanto que adota suas vestimentas e passa a interagir diretamente com aquela sociedade, mas não esquecendo a sua cultura. Esse momento é retratado quando Algren ajuda Taka a carregar uma vasilha pesada, ação comum nos países do Ocidente, e quando ela o interpela dizendo que os homens japoneses não ajudam naquelas tarefas ele prontamente responde dizendo que não e japonês.

A cultura do povo samurai e seu respeito à nação japonesa foram tão marcantes para Algren que, mesmo vestido como um ocidental, ao final do filme, adota o que considera como positivo da cultura oriental, e demonstra isso ao imperador japonês, pois este não estava percebendo a importância da cultura japonesa para o próprio povo japonês. Nesse momento percebe-se que, mesmo aquele (imperador) que fora criado na cultura não estava “vendo” a mesma. Esse momento do filme retrata o que Wagner (2010) discute ao considerar que a cultura deve estar visível para aqueles que estão imersos nela, assim percebendo-a.

Afinal, o raciocínio de Wagner expressa que a cultura é uma invenção do homem, nasce por meio de um processo criativo da sociedade. O choque cultural que nasce da percepção da “nova cultura” só existirá porque o agente já possui uma cultura pré-estabelecida e ao perceber a cultura em que está imerso faz uma analogia com a sua cultura “original”. Portanto, a cultura é um processo criativo e contínuo de invenção e de como se simbolizam as coisas para motivar e compreendê-las para agir e fazer algo.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou explorar e discutir os conceitos de cultura perceptíveis no filme “O Último Samurai”, analisando principalmente o comportamento e conduta do personagem principal, o Capitão Nathan Algren, interpretado pelo ator americano Tom Cruise e o “choque cultural” vivenciado pelo mesmo ao adentrar na cultura dos samurais.

Verificou-se por todas as ações do personagem, traços característicos das teorias de Tylor, Boas, e Wagner sobre o que é cultura, e como a mesma é percebida e praticada pelo ser humano na interação com a sua e com outras sociedades, e, conseqüentemente, outras culturas.

Diante da análise do filme, percebe-se que as teorias sobre cultura, mesmo que restritivas ou amplas em seu contexto de percepção, denotam um comportamento humano existente, ainda que sejam antagônicas entre si. O ser humano, como ser em constante transformação e mudança, característica primária de sua capacidade de adaptação, sempre terá atitudes diferentes de acordo com a sua atual situação, conseqüentemente, a percepção da cultura em cada sociedade por um agente que transite entre sociedades diferentes e seu comportamento variará com a sua forma de olhar e se comportar perante a cultura do outro.

Algren iniciou a história acreditando que se depararia com um grupo de selvagens, de uma sociedade que não teria uma organização cultural, ou seja, vendo o Japão e, principalmente, os samurais, a partir dos conceitos teorizados por Tylor. Após o primeiro momento de contato com os samurais, sua conduta já o transforma em um agente da teoria de Boas, pois percebe que naquele contexto existe sim uma cultura estabelecida e criada pela sociedade ali existente. E por último, fica evidente o choque cultural experimentado pelo personagem, que permitiu análise de aproximação da teoria de Roy Wagner.

Portanto, pode-se concluir que, no filme, cultura é uma invenção do homem, sendo fruto da percepção e visão de cada sociedade. Como ela evolui, isso se realmente existe essa evolução ou apenas sua revolução, é um tema que será debatido ainda por vários autores e futuras gerações. O que não pode ser negado é que por existir diversidade de culturas inseridas em diversas sociedades, a analogia entre diferentes sociedades e culturas se torna um movimento espiral, infinito e baseado em símbolos e significados que proporciona uma discussão complexa e amplamente debatida sobre cultura na contemporaneidade.

A LOOK ON CULTURE FROM MOVIE REVIEW “THE LAST SAMURAI”

ABSTRACT

The article presents an analyze about the movie “The Last Samurai”, with a qualitative approach over the cultural clash between the east and the west. When the cultural east (Japan) and West (United States of America) cultural differences are problematizes, in the cultural clash of the movie, we search do think over the concepts of culture, based ont the studies of Tylor (2005), Boas (2010), Wagner (2010), Sahlins (1997), and others. The analysis shows that culture is a simbolization process to be understood to be carried out in continuous and creative processes, as an eternal spiral events, feelings, behavior reflection on culture as a symbolic and particular representation system for understanding the diversity of cultures.

Keywords: Culture. Cultural Clash. Symbolization.

NOTA

¹O culturalismo discutido por Sahlins (1997) traz a ideia de cultura como valor de determinado povo e de como as culturas particulares leem a chegada do capitalismo, pois quanto mais reproduz as coisas, mais elas se transformam.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. Os métodos da etnologia. In: **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 41-52.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GEERTZ, Cliford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2001, pg. 25.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA. São Paulo: EDUSC, 2012.

_____. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

SAHLINS, M. “O pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto em via de extinção”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 3, n. 1, p.41-75.

TYLOR, E. B. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 31-45;

ULTIMO SAMURAI, O. Direção: Edward Zwick. Produção: Warner Bros. Pictures. 2004, 144 min, EUA.

WAGNER, Roy. Capítulo 1: a presunção da cultura. Capítulo 2: A cultura como criatividade. In: **A invenção da cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2010. p.27-46; 49-72.